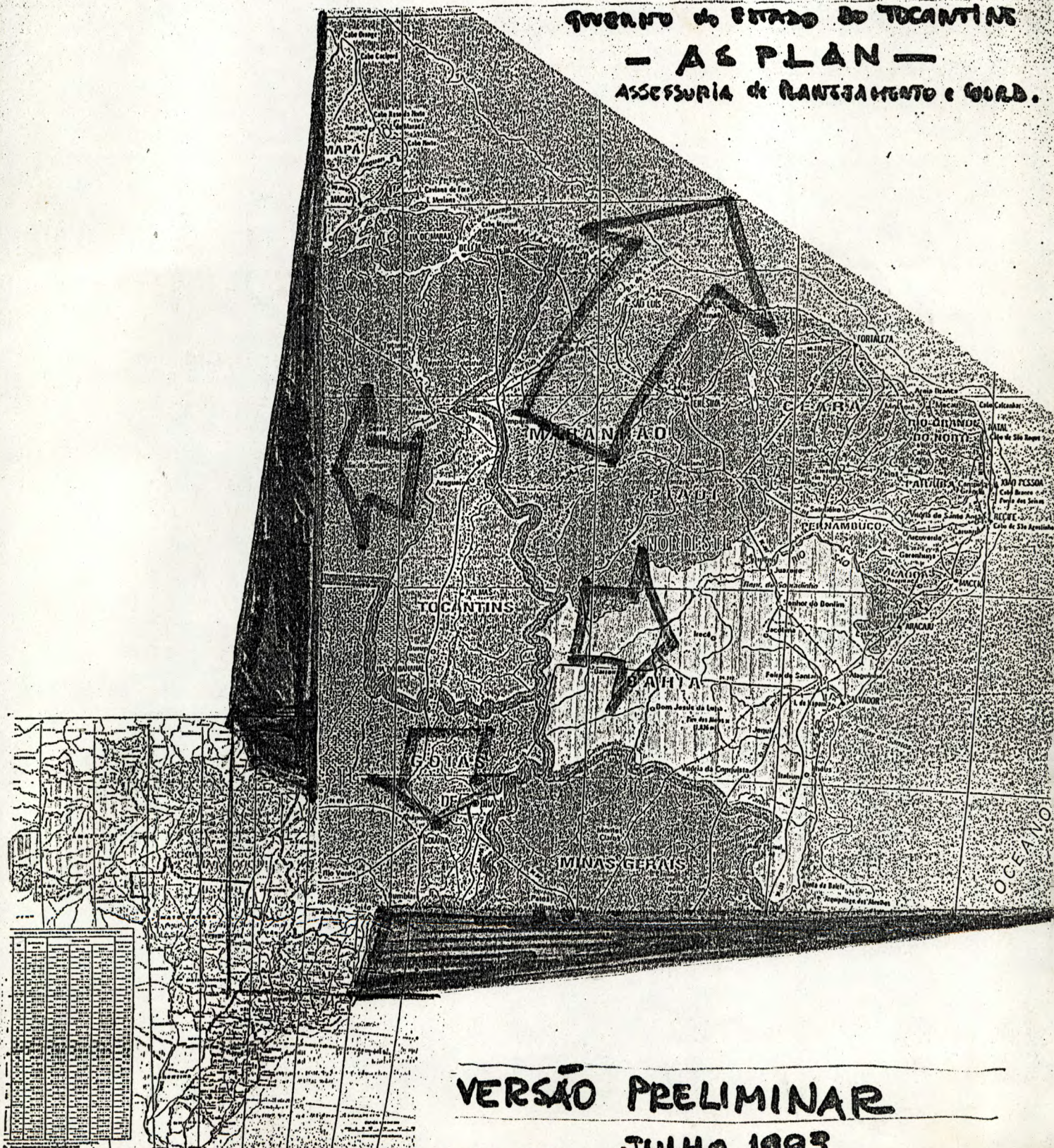


# PLANO ESTRATÉGICO

## DESENVOLVIMENTO

## ESTADO do TOCANTINS

GOVERNO do ESTADO do TOCANTINS  
— AS PLAN —  
ASSESSORIA de PLANEJAMENTO e COORD.



VERSÃO PRELIMINAR  
JULHO 1993

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E MEIO AMBIENTE  
BIBLIOTECA



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PALÁCIO ARAGUAIA  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - ASPLAN

PODER EXECUTIVO  
ESTADO DO TOCANTINS

GOVERNADOR DO ESTADO  
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

MOISÉS NOGUEIRA AVELINO  
PAULO SIDNEI ANTUNES

Chefe de Gabinete do Governador	AGRIPINO ARAUJO NETO
Chefe da Casa Militar	RAIMUNDO NONATO MARTINS
Chefe da Casa Civil	IVAN DE SOUZA COELHO
Chefe da Ass.de Planej.e Coord.	ANTONIO JOSÉ GUERRA
Chefe da Ass.de Comunicação Social	EDER BARBOSA
Procurador Geral do Estado	CORIOLANO SANTOS MARINHO
Auditor Geral do Estado	ANTONIO LUIZ COELHO
Comandante da Polícia Militar	LUIZ CARLOS V. VERAS
Secretário do Governo	PAULO SIDNEI ANTUNES
Secretário da Agric.e Abastec.	ADONIAS DE O. NEGRI
Secretário da Educação	RUY RODRIGUES DA SILVA
Secretário da Fazenda	MARCOS R. DE FARIA
Secretário da Infra-Estrutura	JOÃO F. DE OLIVEIRA
Secretário da Just. e Segurança	JÚLIO R. DE ARAÚJO
Secretário da Saúde	MERVAL PIMENTA AMORIM
Secretário da Ind. e Comércio	JOÃO TELMO VALDUGA
Secretário da Administração	GILBERTO F. CORMINEIRO
Secretário do Desenv. Social	JOAQUIM DE SENA BALDUINO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO  
Equipe do Processo de Planejamento Estratégico

- ANTONIO JOSÉ GUERRA  
Secretário-Chefe da ASPLAN

- EUGÊNIA MARIA PIMENTEL MENDES  
Chefe de Gabinete da ASPLAN

- ALEJANDRO LUIZ PEREIRA DA SILVA  
Diretor do Deptº de Planejamento e Estatística  
Coordenador do Plano Estratégico

- MÁRCIO MARTINS NAPOLEÃO BRAZ E SILVA  
Diretor do Departº de Programação e Acompanhamento



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PALÁCIO ARAGUAIA  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - ASPLAN

- LEVINO DIAS DA SILVA  
Coordenador de Planejamento
- JOAQUIM EDUARDO MANCHOLA CIFUENTES  
Coordenador de Estatística
- HIGINO JÚLIA PITI  
Chefe da Assessoria Técnica
- EDUARDO MOREIRA BARBOSA  
Coordenador Administrativo
- VOLNEI DOS SANTOS GUIMARÃES  
Coordenador de Informática

EQUIPE TÉCNICA

CLEMENTINO AMAZONAS PONTUAL	-	Eng <sup>o</sup> . Elétrico/Industrial
LUIS DARIO GUTIERREZ MERE	-	Arquiteto/Urbanista
PEREIRA DA SILVA	-	Eng <sup>o</sup> Agrônomo
JOÃO MARCUS MIRANDA WENZ	-	Analista de Sistemas
JOSÉ PIRES ELIAS	-	Eng <sup>o</sup> . Civil-Anal. Sistemas
LEMILDES CORREA F. DE SOUZA	-	Geografa
MARY JÚLIA DE SOUZA RAMOS	-	Economista
RICARDO SHINITE KONIA	-	Economista
MARIA MARINALVA P. BARROS	-	Economista
VITOR ANTONIO M. DE CARVALHO	-	Economista
GUSTAVO JAIME P. COELHO	-	Advogado
ANA CELIS A. DA S. ROSALVO	-	Administradora
DIVALDO JOSÉ COSTA REZENDE	-	Eng <sup>o</sup> Agrônomo
EDUARDO MATOS DE AZEVEDO	-	Economista
JOÃO SOARES DE ARAÚJO NETO	-	Estatístico
JOSÉ ALEXANDRE F. CHACON	-	Estatístico
LEONEL BRIZOLA SEIXAS	-	Economista
FRANCISCO DE A. POVOAS PEREIRA-	-	Eng <sup>o</sup> Agrônomo

CONSULTORES

- ROGÉRIO ANTONIO LAGOEIRO DE MAGALHÃES
- OSVALDO DELLA GIUSTINA



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PALÁCIO ARAGUAIA  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - ASPLAN

**APOIO OPERACIONAL**

- ANAPAUOLA DE SENE
- HIOLANDA ALVES CARVALHO
- NADJA MARIA S. BRITO
- ROSANGELES ALVES CARVALHO

**APOIO INFORMÁTICA**

- |                              |                    |
|------------------------------|--------------------|
| - FRANCISCO ASSIS VELOSO     | - Programador      |
| - JOÃO JOSÉ R. BRITO         | - Chefe de Divisão |
| - CARLOS GOMES MATOS JÚNIOR  | - Operador         |
| - JAMES JACQUES POSSAP       | - Operador         |
| - FRANÇOIS MORAIS CAVALCANTE | - Operador         |
| - ELZA ALVES RODRIGUES       | - Operador         |
| - GUARACY CARVALHO CORREA    | - Operador         |
| - TEODORO MENDES CARLOS      | - Reprografia      |

- Demais técnicos e pessoal de apoio administrativo da ASPLAN que apoiaram a elaboração deste trabalho;

- Membros das ASTEP'S - Assessoria Técnica de Planejamento das Secretarias e de outras instituições Estaduais.

## MENSAGEM DO GOVERNADOR

No renovar das esperanças do país, o coração do Brasil clama por um projeto de desenvolvimento nacional, que conjugue eficazmente a superação das disparidades que dilaceram a nação brasileira com as exigências econômicas do desenvolvimento.

Queremos crer que o Estado do Tocantins, com seu Plano Estratégico, gerado no debate e na participação de seu povo e agora apresentado à avaliação da comunidade nacional, pode colaborar na resposta a esse clamor nacional.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins se recusa a aceitar como simples quimera o sonho da grandeza brasileira, grandeza desde sempre sugerida pela potencialidade do seu território, seu solo, seus rios, as matas e as riquezas minerais, temperados com o estoicismo e a cordialidade de sua gente.

Assumindo, nesta perspectiva e por essas razões, suas responsabilidades no contexto nacional, o Estado do Tocantins tem consciência de que suas pretensões de desenvolvimento se inserem num projeto de interesse para o Brasil. É desta forma que a mais nova unidade da Federação oferece sua contribuição a uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro, na qual imagina poder desempenhar uma importante função estratégica.

É dentro desse espírito de confiança nos destinos do País que saúdo a todos os brasileiros, solidários nessa obra comum, e aos tocantinenses de um modo especial, a cuja vontade e capacidade de trabalho está entregue esta proposta, sob a proteção de Deus.

**MOISÉS NOGUEIRA AVELINO**  
Governador do Estado do Tocantins.

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

- VERSÃO PRELIMINAR -

S U M Á R I O

=====

MENSAGEM DO GOVERNADOR - Dr. Moisés Nogueira Avelino

APRESENTAÇÃO - Dr. Antonio José Guerra,  
Secretário-Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação.

PARTE I

0 CONTEXTO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E A INSERÇÃO ESTRATÉGICA DO TOCANTINS.

- 1 - Os Cenários Nacionais de Planejamento na Perspectiva da Virada do Século
  - 1.1 - Reestruturação Conservadora
  - 1.2 - Inércia Degenerativa
  - 1.3 - Reestruturação Social Produtiva
  
- 2 - Condicionantes Tecno-Políticos de um novo Projeto Nacional
  - 2.1 - A articulação do Projeto do Tocantins a um Projeto Nacional
  - 2.2 - Os Principais Condicionantes do Projeto
  - 2.3 - Expansão do Mercado interno, Modernização e Inserção Internacional
  - 2.4 - Criação do Espaço Econômico Interno para a Atração de Capitais Internacionais - Paralelismo com a Industrialização Substitutiva de Importações
  - 2.5 - A Natureza Econômica da Crise - Estabilização e Desenvolvimento
  - 2.6 - A Reestruturação Produtiva da Economia Brasileira
  - 2.7 - O Resgate da Dimensão Agrária
  - 2.8 - A Função Estratégica do Tocantins no Novo Modelo

**PARTE II**  
**DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO**

**1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

- 1.1 - O Território
- 1.2 - A Ocupação
- 1.3 - A Economia
- 1.4 - A História e a Cultura

**2 - AS POTENCIALIDADES DO TOCANTINS**

- 2.1 - A Vocação Agrícola
- 2.2 - Os Recursos Minerais
- 2.3 - O Potencial Turístico

**3 - AS CARENCIAS IDENTIFICADAS**

- 3.1 - Transportes
- 3.2 - Energia
- 3.3 - Telecomunicações
- 3.4 - Ocupação Espacial
- 3.5 - Tecnologia e Recursos Humanos
- 3.6 - Organização do Estado
- 3.7 - As Demandas Sociais
  - Educação
  - Saúde e Saneamento
  - Moradia
  - Trabalho
  - Lazer e Cultura

**4 - CONCLUSÃO**

**5 - ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS**

## PARTE III

### CENARIOS ALTERNATIVOS

#### 1 - INTRODUÇÃO

1.2 - Objetivo Síntese do Plano

1.3 - Cenário ético

- A Natureza da Sociedade a ser Construída
- As Funções do Governo

#### 2 - CENARIOS PROJETADOS

2.1 - Cenário nº 1 - A Estratificação da Situação de Inércia Degenerativa.

2.2 - Cenário nº 2 - Inserção do Tocantins num Cenário Nacional de Reestruturação Conservadora.

2.3 - Cenário nº 3 - Inserção do Tocantins num Cenário Nacional de Reestruturação Social Produtiva.

## PARTE IV

### PRIORIDADES ESTRATÉGICAS - PROJETOS ESTRUTURANTES

#### 1 - INTRODUÇÃO

#### 2 - PROJETOS ESTRUTURANTES

##### 2.1 - Zoneamento Econômico - Ecológico (ZEE):

##### 2.2 - Fortalecimento e Modernização da Agropecuária: Produção de Alimentos

- Investimentos para a Irrigação
- Investimentos para o Sequeiro
- Projeto Javaés
- Projeto Tocantins
- Projeto Araguaia
- Projeto Soja

##### 2.3 - Integração da Infra-Estrutura de Transportes e Energia Elétrica

- Sistema Intermodal: Ferrovia norte-sul, Rodovia BR 235, Rodovia BR 242 - Hidrovia Araguaia-Tocantins
- Integração dos Sistemas Hidroelétricos: - Produção e Distribuição de Energia
- Desenvolvimento das Telecomunicações

##### 2.4 - Recursos Humanos e Tecnologia

##### 2.5 - Capacitação e Ordenação do Estado

##### 2.6 - Atendimento a Demandas Sociais

- Educação
- Saúde e Saneamento
- Trabalho - Ampliação de Emprego e Renda
- Lazer e Cultura

## APRESENTAÇÃO

Em sua definição mais consensual, um Plano Estratégico pretende definir quadros gerais do futuro, nos quais se conjugam expectativas que qualificam esse futuro no longo prazo, com potencialidades e obstáculos presentes e em perspectiva; em resumo, o futuro possível dentro do desejável.

A conjugação dessas potencialidades e obstáculos sempre comporta diferentes encaminhamentos, donde se torna essencial e prioritário identificar o que possa ser considerado como "desejável": a preliminar essencial para a formulação de um Plano Estratégico é a identificação das expectativas da sociedade objeto do plano, em relação a seu futuro, bem como do caminho a ser seguido para transformá-la daquilo que é no que deseja vir a ser.

A elaboração do Plano Estratégico constitui-se, assim, também numa forma de aprofundamento do processo democrático, pela qual a sociedade é chamada não apenas a sufragar nomes respaldados por bandeiras diversas, mas a manifestar-se, pelos seus segmentos representativos, sobre o próprio encaminhamento de seu futuro, num quadro que transcende governos e inclinações partidárias. Dessa forma um Plano Estratégico constitui-se em moldura de um "sonho coletivo" que habita a área do diálogo político entre as diversas correntes, para oferecer aos sucessivos governos e à sociedade um referencial de longo prazo.

Enquanto instrumento de gestão, o Plano Estratégico constitui-se numa sinalização efetiva para o planejamento do Estado, tanto nas esferas da administração pública de todos os níveis quanto na iniciativa privada, seja para o que concerne às ações de alçada decisória interna, seja para orientar as negociações em relação àquelas cujo comando se situe em esferas externas. O Plano Estratégico formata o argumento central de desenvolvimento do Estado, organizando a diversidade dos aspectos setoriais num projeto coerente e daí tirando seu poder de indução do desenvolvimento: as ações propugnadas no Plano Estratégico funcionam como verdadeiros "nichos", prontos a induzir e acolher projetos concretos de desenvolvimento, gerados em diversas fontes de iniciativa.

O processo de planejamento estratégico conduzido no Tocantins baseou-se na expansão gradual do âmbito participativo, conforme ilustrado no fluxograma nº 1. O processo iniciou-se em julho de 1992 com a realização em Palmas do Fórum Técnico Interno, restrito aos técnicos do sistema de planejamento do Estado, ao qual seguiu-se o Fórum Técnico Expandido, com a participação de todos os segmentos governamentais, realizada no mês de agosto seguinte, em Paraíso do Tocantins.

As comunidades regionais foram chamadas a participar, enfim, nos Fóruns Regionais de Gurupi, Palmas e Araguaina. Fechando o processo de debates, realizou-se em março último o Fórum Nacional de Palmas, que se completa, em agosto de 93, com o Fórum Nacional de Brasília, com a apresentação da versão preliminar do Plano às autoridades federais, de outros Estados e outras forças vivas da nação.

Assim se espera poder integrar as aspirações da sociedade, os níveis de poder e o tratamento técnico que deve ser dado ao processo, conforme ilustrado no Fluxograma nº 2.

Como preliminar necessária a ambientação das perspectivas regionais de desenvolvimento, o processo de planejamento estratégico do Estado do Tocantins propõe uma hipótese de consenso sobre a natureza da crise brasileira e sua ligação com a definição de uma nova estratégia de inserção na economia mundial, em substituição ao esgotado modelo de desenvolvimento do pós-guerra.

Realmente, o desenvolvimento do Tocantins só ganha consistência estratégica, identidade e viabilidade política, quando pensado em articulação com um projeto nacional que dê resposta ao gravíssimo dualismo econômico-social brasileiro, em grande parte consequência da própria lógica do referido modelo, consequência esta que embora disfarçada enquanto este se mostrou dinâmico, revelou-se em toda a sua grandeza ao longo da crise dos anos 80.

Nessas condições assume-se, **como pressuposto da ética social** e de viabilidade política, que esta nova estratégia terá seu óbvio conteúdo modernizante contido no fato de se mostrar capaz de conjugar eficazmente a superação das disparidades que dilaceram a nação brasileira com as exigências econômicas do desenvolvimento - ditadas pelas novas condições de inserção numa economia internacional em acelerada reestruturação - e, **como pressuposto de viabilidade técnica**, o fato de fundamentar-se em efetivas potencialidades nacionais, de maneira a não alienar-se em meras proposições voluntaristas. Trata-se agora de fazer valer as potencialidades adormecidas do país, representadas pelas regiões e segmentos sociais até aqui marginalizados do processo de desenvolvimento, dentro de um novo projeto nacional que se ponha em linha de coerência com a reestruturação da economia mundial que vem se operando.

Esta a estratégia da viabilidade, tanto para o Projeto do Tocantins no contexto nacional, quanto para um Projeto Nacional, no contexto internacional.

Assim, não é apenas por gosto de extrapolar sua própria esfera que o processo de planejamento estratégico do Tocantins se vê instado a inserir-se no esboço de um projeto nacional de desenvolvimento, mas sim pela consciência de que ficando aquém, resumir-se-ia à listagem de um rol de carências e de potencialidades que soariam aos ouvidos da nação como eco de suas próprias perplexidades, não levando rigorosamente a lugar nenhum.

Claro, de um lado, que o Tocantins acredita que neste novo Projeto Nacional cabe-lhe uma função estratégica a desempenhar, o que justifica a iniciativa pelo ângulo do interesse próprio; mas, de outro lado, se mostra consciente de sua responsabilidade, como unidade federada, em participar da busca de rumos para o país, a despeito da modéstia de sua posição no cenário nacional. Como diz o lema dos eventos participativos que debateram o Plano, numa dupla alusão à posição geográfica do Estado do Tocantins e ao sentimento da nação: O CORAÇÃO DO BRASIL CLAMA POR UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL. Que Deus nos ajude a implementá-lo.

ANTONIO JOSÉ GUERRA

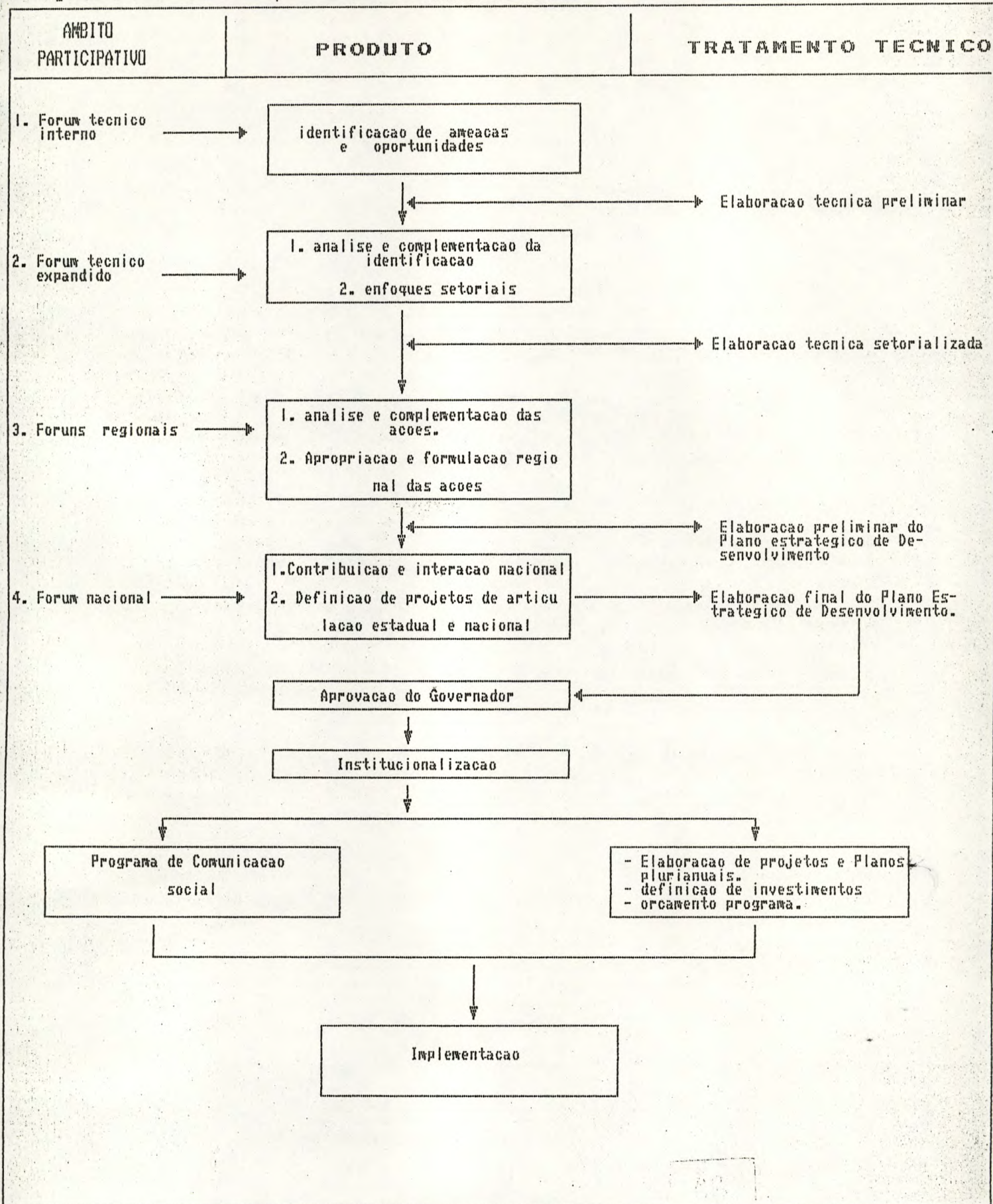
Secretário-Chefe da Assessoria de Planejamento e Coordenação.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATEGICO  
EXPANSAO GRADUAL DO  
AMBITO PARTICIPATIVO



Processo de Planejamento Estrategico  
Interacao entre o ambito participativo e o  
Tratamento Tecnico

Fluxograma nº 2



## PARTE I

---

---

O CONTEXTO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E A INSERÇÃO ESTRATÉGICA DO TOCANTINS

---

---

1 - Os Cenários Nacionais de Planejamento na Perspectiva da Virada do Século.

No giro do mundo, o Brasil, que desde fins da II Guerra experimentava um bem definido surto de desenvolvimento, encontra-se, desde o início da década de 80, mergulhado no que, sob muitos aspectos, se caracteriza como a pior crise de sua história. Segundo dados oficiais, computam-se hoje, dentre a população brasileira, cerca de 30 milhões de miseráveis e de 40 milhões de habitantes vivendo nas imediações da linha da pobreza, somando perto de 50% da população às margens dos benefícios do desenvolvimento. Essa é a dimensão da crise e também da oportunidade: o Brasil é hoje no mundo uma das poucas "nações por construir" onde, ao mesmo tempo, se apresentam condições objetivas para uma rápida superação do quadro que a deprime; uma indústria integrada, terras agricultáveis semi-úrgens em dimensões capazes de alterar o mapa econômico do mundo, gigantesco estoque de recursos naturais de todo o tipo, uma massa crítica de recursos humanos, um acervo tecnológico básico considerável, razoável capacitação científica, um enorme mercado potencial capaz de pesar decisivamente no equilíbrio econômico mundial.

Desde a última década todo esse formidável capital tem sido em grande parte mantido inerte e em estado de deterioração, seja em nome de duvidosas premissas ou de abordagens insuficientes, seja por força da dificuldade política para sua arregimentação; nada a estranhar: é dessa combinação que desde sempre se nutrem as crises aqui e alhures; nada também porque desesperar: desde sempre, na presença de condições objetivas minimamente favoráveis, mais cedo ou mais tarde, por força das próprias tensões que se geram no interior da crise, essa paralisia se rompe, abrindo espaço para o novo em todas as suas dimensões, num fenômeno sociológico conhecido e de desdobramentos previsíveis, naturalmente precedido da própria aceleração da crise nos seus aspectos ético, social, político, intelectual e, finalmente, financeiro.

Tudo indica que começamos a viver esse momento de irrupção, no entrecchoque dos três cenários que hoje se abrem para o país, na perspectiva da reinserção brasileira na economia mundial e à luz da longa experiência da crise: o da Reestruturação Conservadora, o da Inércia Degenerativa e o da Reestruturação Social Produtiva, como os poderíamos chamar, cujos traços gerais são apresentados a seguir.

### 1.1 - A Reestruturação Conservadora

O primeiro cenário - Reestruturação Conservadora-se põe na linha de continuidade do ideário que se vem constituindo no caldo de cultura da longevidade da crise dos anos 80. Sua possibilidade de sobrevida ressent-se, de um lado, da desmoralização prática desse ideário, imposta pela longa vivência da crise, enquanto, de outro lado, beneficia-se da dificuldade técnica e política de se colocar de pé uma alternativa conceitualmente rigorosa, para embasar a sua superação em clima de consenso nacional e de respaldo internacional, bem como capaz de ser operada sem desestruturar de vez o país.

Nessa contradição - habitual nos quadros históricos que exigem inflexão de trajetória- adquire a Reestruturação Conservadora tons de um voluntarismo alienado, ao aferrar-se à pretensão de alcançar um padrão de modernidade preso ao paradigma tecnológico industrial do mundo desenvolvido, cuja consecução só pode ser pensada na própria abstração da crise, pois justamente o que mais a caracteriza é a interrupção do processo de transferência de capitais-tecnologias do centro para a periferia, que no pós-guerra vinha criando pelo terceiro mundo as chamadas "novas economias industrializadas", dentre as quais o Brasil ocupou lugar de destaque. Naturalmente, sem a ajuda desses capitais-tecnologias, torna-se difícil imaginar como alçar, o assim anteriormente constituído setor industrial moderno da economia brasileira, como um todo, aos novos patamares de produtividade exigidos pela revolução científico-tecnológica vivida pelo mundo desenvolvido na década de 80.

De fato, diante de uma situação como essa, duas ordens de atitudes lógicas são possíveis: a de creditar passivamente o retorno às condições anteriores à retomada da iniciativa pelo centro desenvolvido - no interregno promovendo-se apenas algumas mudanças qualitativas, de natureza institucional, destinadas a facilitar o retorno - ou a atitude de partir para uma ação positiva de reestruturação interna, utilizando a potencialidade de desenvolvimento autônomo nacional e estrategicamente orientada para a exploração de novas possibilidades de inserção internacional.

é no contexto das atitudes da primeira natureza que adquire racionalidade o compasso de espera das políticas de estabilização, que marcaram toda a "década perdida", em cuja lógica a contra-partida nacional para a reinserção resume-se à estabilização econômica, procurada de forma direta e bastante em si mesma, e às reformas institucionais no sentido do livre comércio e da abertura de novas opções e maiores facilidades para o investimento externo.

A dificuldade é que nesse jogo de impasses já se vão treze anos, ao longo dos quais metade da população brasileira viu-se condenada a vegetar entre a miséria e a pobreza, assistindo o desfilar da longa série de fracassos de todos os planos econômicos - ortodoxos e heterodoxos - que assumiram essa premissa, sem a criação de qualquer perspectiva duradoura, seja de estabilização, seja de desenvolvimento.

#### 1.2 - A Inércia degenerativa

É neste clima de falência das tentativas de reestruturação, dentro da visão tradicional, conservadora, que surge a ameaça do segundo cenário: o da Inércia Degenerativa. Este cenário tende a prevalecer em seqüência à situações de impasse político, os interesses divergentes compensando-se mutuamente e não permitindo a formação de um consenso mínimo em torno de qualquer novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Neste quadro é de se prever o aprofundamento da "estagflação" (estagnação econômica com altos índices de inflação) e a prevalência, a nível de recursos públicos, de um distributivismo primário, impedindo a definição de prioridades nacionais e, portanto, de qualquer ação orientada para a superação da crise e mesmo para a simples estabilização limitada. Neste cenário - do qual muitos traços já são presentes - cresce o corporativismo - de classes sociais, setores econômicos e regiões - e a crise pode assumir um definitivo caráter crônico, numa perspectiva de empobrecimento que multiplicará os efeitos da "década perdida", mergulhando o país num misto de revolta e de apatia.

Neste cenário, vêm-se ameaçadas a própria unidade nacional e a continuidade do regime democrático. Considerando-se os elementos presentes na situação atual do país, este mostra-se o verdadeiro "cenário tendencial", uma vez que ele não pressupõe rupturas, seja pela hiperinflação, seja pela conformação de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

### 1.3 - Reestruturação Social Produtiva

Nesse contexto político torna-se imperativa uma segunda ordem de atitudes diante da crise: a da procura de novas orientações capazes de dar origem a um novo processo de desenvolvimento, via potencialidades endógenas do país, conformando um terceiro cenário - o da Reestruturação Social Produtiva.

Fiel ao preceito maior da vinculação internacional de qualquer novo projeto de desenvolvimento nacional (requisito cuja apropriação em termos de consenso mostra-se como a grande conquista política da crise) este não seria um cenário isolacionista, mas um cenário integrador do país no concerto internacional, decorrente de uma nova divisão do trabalho a nível mundial, coerente com as potencialidades e as vantagens comparativas nacionais. De outro lado, por ser uma cenário inovador, ele requer, mais do que os outros, aguda percepção técnica e política, reunindo, em contrapartida, maiores condições de viabilidade social e econômica, nos planos interno e internacional. Seria, em síntese, o cenário emergente das circunvoluções da crise, o filho gerado em parto dolorido. A orientação geral deste cenário seria a da incorporação ao processo produtivo das grandes massas marginalizadas e em processo de marginalização, viabilizando melhor distribuição de renda e do capital. Por esta via se estaria ampliando a base econômica interna, para dar sustentação ao desenvolvimento da indústria nacional moderna, ao mesmo tempo em que se estaria viabilizando uma nova etapa de atração de capitais internacionais e de fortalecimento da unidade nacional, pela ampliação de mercado interno e pela redução dos desequilíbrios inter-regionais, que ameaçam desagregar o país, não só sob o ponto de vista econômico mas dos outros componentes do processo social.

## 2 - Condicionantes Tecno-Políticos de um Novo Projeto Nacional

### 2.1 - A Articulação do Projeto do Tocantins a um Projeto Nacional

É sobre esse pano de fundo que se coloca o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, como contribuição de uma unidade da Federação que deseja e necessita colocar suas pretensões de desenvolvimento no contexto de um projeto de interesse para o Brasil. Seria de fato, impensável e fantasioso, pretender-se, nesta quadra de crise nacional, equacionar o desenvolvimento do Tocantins - a despeito da particularidade de suas potencialidades e enormes carências-abstraindo-se o quadro maior da problemática e dos rumos da nação. Na verdade, nas condições atuais do país, constitui-se em pré-requisito de qualquer plano parcial - de corte setorial ou regional - integrar-se ao esforço de construção de uma trajetória nacional, sob pena de que tudo perca consistência, exija dobrados esforços, produza menores resultados e, quiça, se frustre sob a poeira do tempo, no esforço inútil de correção de distorções parciais numa perspectiva geral de decadência.

### 2.2 - Os Principais condicionantes do Projeto

Esse novo Projeto Nacional de Desenvolvimento teria por condicionante básico, de ordem social, conjugar eficazmente a diminuição das disparidades que dilaceram a nação brasileira com as exigências econômicas do desenvolvimento, ditadas pelas novas condições de inserção do país a uma economia mundial em acelerada reestruturação, e como condicionante essencial de viabilidade técnica, o fato de fundamentar-se em efetivas potencialidades nacionais, de maneira a não alienar-se em meras proposições voluntaristas, sem eco nos processos de transformação dos cenários mundiais.

Estar integrado ao sistema econômico mundial - premissa maior de qualquer projeto, na medida em que na sua acepção essencial o desenvolvimento busca a integração - é tanto quanto participar competitivamente dos fluxos internacionais do comércio de mercadorias, participar dos fluxos de capitais que se processam em seu interior. Nesse sentido, a força do Brasil, no rumo da nova inserção na economia mundial, é, hoje como ontem, seu enorme mercado potencial, que posto em condições de se efetivar, além da dinamização imediata da economia interna, funcionaria como pólo de atração dos capitais internacionais necessários à sua modernização tecnológica. Em contrapartida, a fraqueza do país é o ter-se tornado não atrativo a esses investimentos enquanto restrito aos segmentos hoje concentradores da riqueza nacional.

### 2.3 - Expansão do Mercado Interno, Modernização e Inserção Internacional

A efetivação desse mercado só pode ser concebida no contexto de uma política que privilegie a desconcentração no objetivo da maximização do binômio produto-emprego e na perspectiva da aproximação das extremas desigualdades regionais e sociais, que hoje verticalizam a economia brasileira a níveis de caracterizar internacionalmente o país como exemplo de extrema má distribuição de renda.

Esta verticalização, óbice do processo de modernização exógena que presidiu a industrialização brasileira, hoje exclui do mercado e do processo produtivo moderno enorme parcela da população, não havendo economia capaz de resistir a tal modelo, que ademais de socialmente perverso é economicamente ineficaz.

A modernização do aparelho produtivo que faz sentido enfatizar neste contexto não é a que assume o paradigma tecnológico industrial do mundo desenvolvido, mas a que reconstrói a base econômica nacional em torno do limite mínimo de produtividade requerido atualmente pela própria economia brasileira; em outras palavras, importa mais para o objetivo da reinserção na economia mundial, como para a dinamização da economia interna, a incorporação de novos contingentes à produção e ao consumo, do que o atingimento dos níveis tecnológicos de competitividade internacional em segmentos limitados e concentradores da economia.

### 2.4 - Criação do Espaço Econômico Interno para a Atração de Capitais Internacionais - Paralelismo com a Industrialização Substitutiva de Importações

Assim como, desde as primeiras décadas deste século, a industrialização substitutiva de importações, embora na sua primeira etapa montada sobre indústrias de baixa produtividade em relação aos padrões desenvolvidos da época, veio a constituir-se na saída para a falência do antigo modo de inserção internacional brasileiro, fundado na "exportação de produtos primários - importação de manufaturados" (vigente desde o século passado sob a égide da antiga hegemonia industrial britânica), representando um formidável movimento de reestruturação interna no rumo da expansão do mercado nacional, a saída agora, embora tecnicamente diversa, preserva o mesmo sentido econômico. Naquela época tratava-se de abrir espaço econômico para atração dos capitais internacionais potencializados pelo salto tecnológico do entorno das duas grandes guerras, o que veio a manifestar-se pelo afluxo de capitais externos no pós-guerra, tal como trata-se agora da necessidade de nova ampliação da economia interna, para permitir o afluxo dos capitais internacionais, novamente potencializados pelo salto tecnológico da década de 80.

## 2.5 - A Natureza Econômica da Crise - Estabilização e Desenvolvimento.

A diferença é, apenas, que hoje a saída se apresenta menos evidente; se àquela época se tratava, antes de mais nada, de acudir a uma situação de desabastecimento interno, substituindo por produção interna os produtos importados, hoje trata-se de dar resposta econômica a uma situação que economicamente traduz-se, antes de mais nada, na questão da estabilização econômica.

Trata-se, em síntese, de recuperar a estabilização econômica pela reconquista do equilíbrio dinâmico da economia, buscado pela ótica do que tem de essencial e não apenas pela ótica dos desequilíbrios periféricos, que no "automático" dos sistemas em equilíbrio dinâmico regulam-se por si sós. Em outras palavras, trata-se de dar remédio ao dualismo crônico da economia brasileira, pela expansão da base de emprego (bens industriais de menor densidade tecnológica para consumo de massa e agropecuária ao longo da vasta e diversificada cadeia do "agribusiness") para dar suporte à modernização nacional, e não apenas pelo combate direto à inflação no que tem de fenômeno reflexo. Esse vetor positivo concomitante dos planos de estabilização - esquecido na sucessão dos planos da "década perdida" - constitui-se na almejada articulação entre as políticas de estabilização e desenvolvimento e é, na peculiaridade brasileira, tão ou mais importante que os clássicos elementos restritivos (contenção de despesas, eliminação do déficit público, etc.) do receituário universal, que por si só não perfazem um plano de estabilização suficiente, como a longa experiência o demonstrou.

Resumindo, a estabilização, no que tem de fundo estrutural, há de ser reflexo da restauração do equilíbrio dinâmico da economia. No caso brasileiro de dualismo econômico caracterizado pela convivência entre um setor moderno e um grande lastro de marginalização, esta estabilização virá necessariamente pela ampliação da base econômica do sistema, vale dizer, pela orientação dos investimentos para as atividades de maior coeficiente de emprego, como a agropecuária de modo geral, as pequenas indústrias de bens de consumo, a construção civil, etc.

## 2.6 - A Reestruturação Produtiva da Economia Brasileira

O pressuposto básico da reestruturação produtiva da economia brasileira, em prol da estabilização e do desenvolvimento, deve, assim, buscar, de imediato, o equilíbrio entre um setor industrial moderno, e uma base econômica suficientemente ampla para lhe dar sustentação e permitir o seu desenvolvimento. Decorre desta perspectiva que o equilíbrio do modelo a ser buscado há de ser consequência de um processo balanceado, em que se unam o máximo de produtividade com o máximo de abrangência social.

Numa feliz conjunção, é este o movimento que vai propiciar a reinserção internacional da economia brasileira, não só pelo ângulo da atração de capitais externos para operação num mercado interno assim expandido, como pelo ângulo da integração competitiva. Neste particular, se são evidentes e insuperáveis os obstáculos para que a integração se faça, de imediato, pela via da indústria competitiva, são igualmente evidentes as chances de que se possa fazer pela via das atividades agropecuárias - setor direta e indiretamente vocacionado por excelência para ampliação da base econômica interna - nas quais o Brasil goza de importantes vantagens comparativas no contexto mundial, quer por suas condições favorecidas de solo, água e clima, quer ainda, pelo acesso facilitado às tecnologias de alta produtividade para o setor, no qual, de resto, o país dispõe de boa capacidade autônoma de pesquisa aplicada.

## 2.7 - O Resgate da Dimensão Agrária

Fechando o ciclo iniciado na primeira metade do século com o processo de industrialização, a inserção que se projeta aponta para a recuperação da dimensão agrária da economia brasileira, posta agora em termos modernos, a níveis mais próximos dos atuais patamares de produtividade em que esta atividade é hoje praticada no centro desenvolvido.

É também a ótica do equilíbrio dinâmico da economia mundial, no curso de sua reestruturação, que abre para o Brasil a oportunidade de tornar-se o grande produtor de alimentos e insumos agrícolas para o mundo e para si mesmo, respondendo às suas necessidades internas e às das economias desenvolvidas e atendendo simultaneamente à necessidade de ampliação da base do sistema econômico mundial, pela incorporação ao mercado das massas das economias periféricas de potencial agrícola, como o Brasil, sem o que o movimento de aumento da produtividade no mundo desenvolvido não pode se sustentar.

Dessa forma, o cenário, em que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins vislumbra inserir-se no plano nacional, é o da Reestruturação Social Produtiva, no qual resgatam-se para o processo produtivo as regiões e as camadas populacionais marginalizadas, através de uma estratégia que, respondendo às exigências mundiais, permitirá ao país sua nova inserção, dentro de um novo equilíbrio econômico-social.

## 2.8 - A Função Estratégica do Tocantins no Novo Modelo

Essa concepção perspassa o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, abrindo-lhe a oportunidade histórica de recuperar-se do longo abandono a que foi relegado nas etapas anteriores do desenvolvimento nacional.

De fato, muitos são os fatores objetivos que recomendam o Estado neste novo modelo, dentre os quais (para lá da aptidão de seus solos, da disponibilidade hídrica, do clima favorável e de sua topografia), sobressai a peculiaridade de, embora sendo a última, ser a única fronteira agrícola nacional que aproxima a produção aos mercados consumidores, internamente aos das regiões Norte, Nordeste, Leste e externamente a todos os mais importantes mercados internacionais. Esta condição, que não se realizou no passado à falta de tecnologias, recursos e sobretudo visão nacional, manteve o Estado como a última fronteira a ser conquistada para a ocupação produtiva, reserva de valor de que hoje dispõe o país para vencer sua crise, no que tem de crônica como de circunstancial.

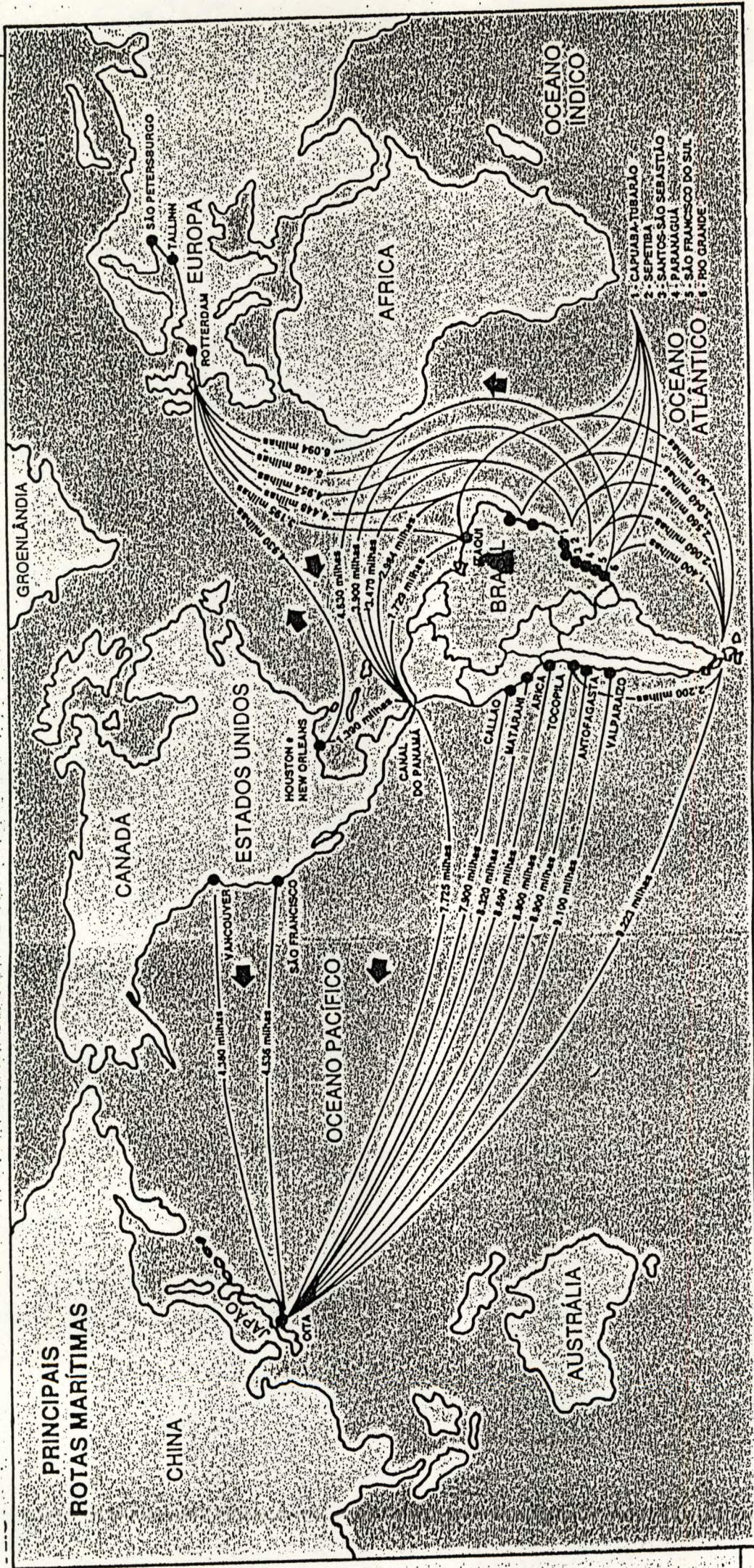
Na verdade, considerando-se que 60% dos solos do Tocantins são agricultáveis (segundo as pesquisas existentes), conclue-se que o Estado dispõe de cerca de 15 milhões de hectares aproveitáveis para a agricultura o que, a uma produtividade média de 3 toneladas de grãos por hectare, permite projetar uma produção de cerca de 45 milhões de toneladas, ou seja, próximo de 2/3 do que hoje no Brasil se costuma chamar de super-safra. Evidentemente este é apenas um dado técnico, que não chega sequer a ser um sonho, mas indicativo do potencial do Estado e do Brasil como grande produtor de alimentos, para os mercados interno e mundial.

A realização das potencialidades do Tocantins é sobretudo uma questão de vontade política porque, realmente, no caso, o padrão histórico de ocupação produtiva de outras regiões requer uma inversão: em lugar da ação do Estado vir "a posteriori" às iniciativas dos pioneiros, ela deve vir "a priori", induzindo a ocupação, do que, de resto, é exemplo a própria ocupação atual do Estado, totalmente resultante, no que tem de dinâmico, da iniciativa da rodovia Belém-Brasília, na década de 50. Trata-se agora de complementar esta iniciativa pioneira, principalmente pela implantação do Corredor Norte de Exportações, núcleo do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Este novo corredor das exportações brasileiras, buscando o norte, implica pelas suas condições técnicas modernas e pelo encurtamento de distância, numa redução do valor dos fretes para o exterior a índices bem inferiores aos que hoje são praticados. Este fato nos permite especular sobre se a criação desse novo eixo de circulação da economia brasileira não poderá significar a redenção do Norte-Nordeste, bem como boa parte do acréscimo de produtividade requerido para a inserção da economia brasileira na moderna economia mundial.

É por todas essas razões, que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins, além do que possa significar como união de vontades dos Tocantinenses, se constitui numa contribuição à abertura de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro.

ARQ. CENE/MAQ.02



## PRESSUPOSTOS CENTRAIS DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

A perspectiva em que se coloca o Plano Estratégico do Estado do Tocantins é a de uma área aberta à próxima etapa de expansão da economia brasileira, no rumo de sua nova inserção na economia mundial. Este movimento, que será naturalmente capitaneado pelas atividades mais aptas a uma rápida resposta às condições de integração competitiva aos fluxos internacionais do comércio, **privilegia as atividades agropecuárias**, para algumas das quais o Tocantins apresenta excepcionais vantagens comparativas no contexto brasileiro e mundial, que por permanecer como área de fronteira agrícola, quer por suas condições naturais favorecidas de solo, água e clima, quer ainda por sua posição geográfica estratégica em relação às regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Leste do país e aos principais mercados internacionais.

No quadro das transformações estruturais da economia mundial, das exigências que faz recair sobre a economia brasileira e das oportunidades que lhe abre, esta perspectiva aponta para a ocupação acelerada do território tocantinense, a partir dos seguintes pressupostos principais:

. A reestruturação da economia mundial, deflagrada na década de 80 reproduz em essência os fenômenos observados no entorno das duas grandes guerras da primeira metade do século, configurando um novo salto do centro desenvolvido para um patamar de produtividade mais elevado. A esse novo patamar, o conjunto do setor industrial brasileiro não tem como ascender como um todo, em razão, entre outras, da interrupção havida na última década, dos fluxos de capitais-tecnologia, do centro para periferia.

. A fixação desse patamar mais elevado naturalmente vale para todos os setores de atividade e não só para o setor industrial. Assim a própria continuidade das atividades agrícolas resultam limitadas nos centros desenvolvidos (considerando a baixa resposta dessas atividades, nos moldes em que já é praticada no mundo desenvolvido, a novos incrementos de produtividade). Conformam-se, assim, uma tendência de transferência dessas atividades para as áreas periféricas. A tendência é que o centro desenvolvido se reserve cada vez mais às atividades agrícolas mais sofisticadas, enquanto os remanescentes de sua força de trabalho ainda empregada no campo se orientaria para outras atividades, até mesmo, eventualmente, para a emigração.

. Esta nova divisão internacional do trabalho para a qual aponta esta tendência, abre ao Brasil o papel de moderno produtor de alimentos e insumos de origem agrícola em larga escala, do qual o mundo desenvolvido não pode prescindir. A FAO tem já para esta década a visão da década da fome, não só pela má distribuição da produção, mas pela falta absoluta de alimentos, tornando urgente a exploração das fronteiras agrícolas ainda existentes no mundo, dentre as quais destaca-se o Brasil.

A inserção da economia brasileira na economia mundial, assim reestruturada, aponta para o favorecimento da agropecuária, não só porque esta se coloca no rumo da divisão internacional do trabalho que vem se esboçando, como também pela razão técnica de se mostrar possível aliar, neste segmento, vantagens competitivas naturais com o acesso facilitado às tecnologias de alta produtividade. Esta reorientação em favor das atividades agropecuárias exercidas em padrões modernos, vem, de resto, sendo atestada nos tempos recentes, pelo contraste entre a prosperidade ostentada pelas áreas rurais de maior desenvolvimento do país e a crise em que se debatem as áreas industriais. A agropecuária assim entendida não é pois, como já foi na cultura nacional, sinal de atraso, mas de riqueza abundante e distribuída, além de sólido patamar para o desenvolvimento de outras atividades.

Internamente esta nova inserção nas escalas que se prenunciam, pressupõe ganhos de produtividade substanciais no conjunto das atividades agrícolas, requerendo áreas agricultáveis em dimensões expressivas e próprias à mecanização e à irrigação, nas quais é abundante o Estado do Tocantins.

Estar integrado a um sistema econômico significa tanto quanto participar competitivamente de seus fluxos de troca de mercadorias, participar dos fluxos de capitais que se processam em seu interior. Nesse sentido a reestruturação exigida do setor industrial brasileiro, mesmo que preferencialmente orientado para o abastecimento do mercado interno, coloca também a necessidade de elevação do patamar de produtividade deste setor de atividade, de maneira a que se torne apto a receber o afluxo de capitais externos.

Esta reestruturação exigida do setor industrial vai no sentido do aumento da relação capital/trabalho em suas atividades produtivas, reduzindo seu potencial de participação relativa no emprego total, o que exige a ampliação do emprego, através de outros setores.

A diminuição do emprego no setor industrial, mesmo que posta em termos apenas relativos, determinará o crescimento do excedente de mão de obra, que tenderá a pressionar ainda mais os equipamentos urbanos e as cidades inchadas se não houver a criação de novas frentes de oferta de trabalho. É neste sentido que se faz necessária a criação de polos desconcentrados, adequadamente equipados para esta função. Nesta perspectiva, o Tocantins poderá ocupar posição privilegiada. Apenas para especular sobre uma ordem de grandeza, pode-se supor que este fluxo poderia decuplicar, no horizonte do plano, a atual população do Estado, hoje de cerca de 1 milhão de habitantes. Esta população se orientaria tanto para a atividade econômica principal (agropecuária) como para as atividades industriais e de serviços, periféricas ao crescimento da atividade principal.

## PARTE II

### DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

#### 1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

##### 1.1 - O território

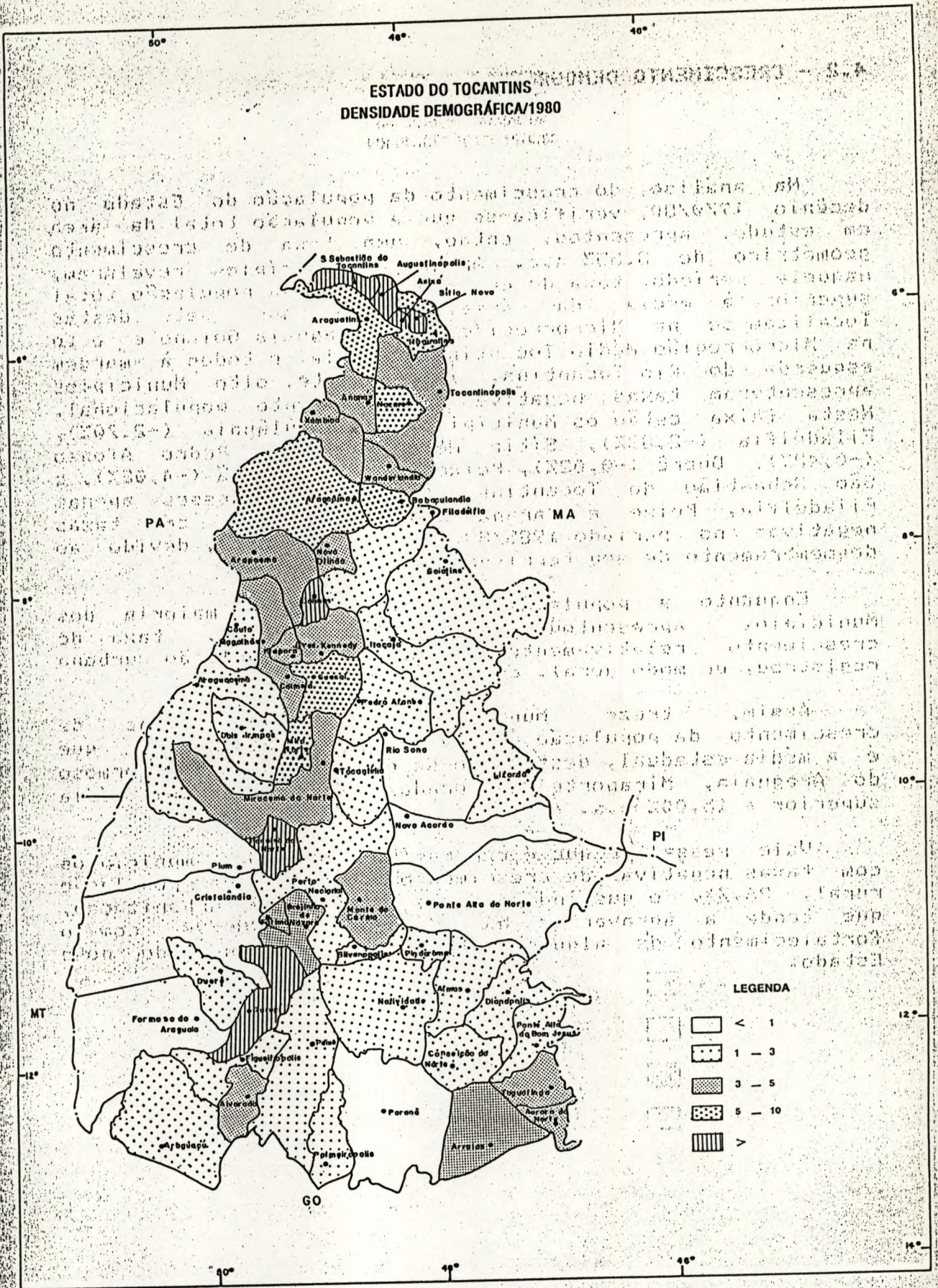
O território em que se define o Estado do Tocantins, foi e ainda é considerado como um vazio demográfico, uma "ilha" sem ocupação no interior do Brasil. Com grande suporte de recursos naturais, sua superfície de 277.480 Km<sup>2</sup> abriga uma população residente de 920.000 habitantes (Censo de 1991), resultando numa densidade demográfica de 3,3 hab/Km<sup>2</sup>. Situado na Região Norte do país - área da SUDAM - coloca-se o Tocantins em 10º lugar entre os estados brasileiros em extensão territorial, abrangendo quase um terço da região dos cerrados setentrionais. Sua extensão norte-sul configura genericamente duas zonas de clima, uma na porção norte do território, de clima úmido, com inverno seco, e temperaturas médias anuais variando entre 24º C e 28º C, e as precipitações pluviométricas entre 1.500 mm e 2.100 mm. Na porção sul o clima predominante é subúmido, os meses chuvosos equilibrando os meses secos, temperaturas, no extremo sul, variando de 22º C a 23º C e, no limite norte (centro do Estado) de 26º C a 27º C e precipitações pluviométricas entre 1.500 e 1.600 mm.

##### 1.2 - A ocupação

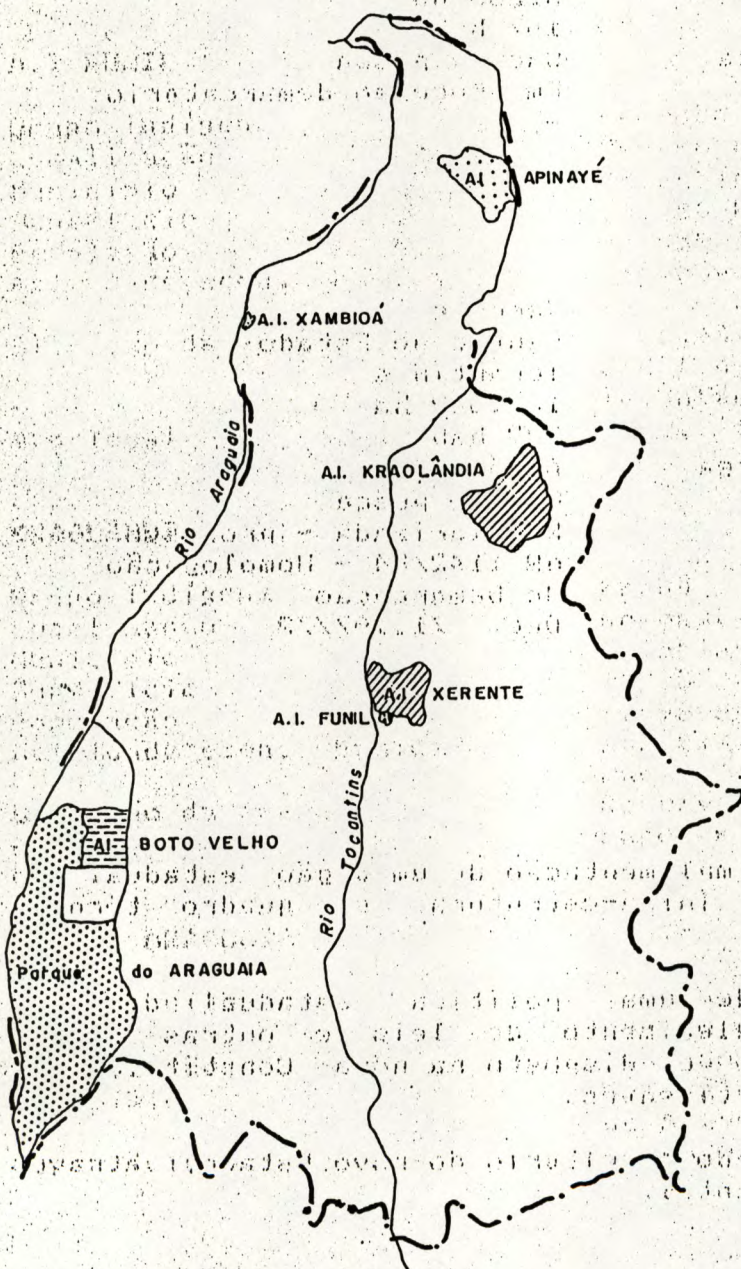
O desenvolvimento desse território passa necessariamente pelo planejamento de um processo de crescimento populacional. Os graves problemas sociais existentes são relativamente pequenos em função do número atual de habitantes, se comparados a outras áreas, também deprimidas, ou mesmo a cidades brasileiras importantes. Por exemplo, a população total do Estado equivale a pouco mais de três vezes a população da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, ou a quatro vezes a do bairro da Casa Amarela no Recife, ou ainda, é quase três vezes inferior à população do Estado de Alagoas, quase dez vezes menor em superfície.

Na verdade, os problemas do Estado do Tocantins decorrem das distâncias, do isolamento, do vazio econômico e populacional. Decorrem em seguida, da dimensão de suas potencialidades não aproveitadas nas etapas anteriores do desenvolvimento nacional.





ESTADO DO TOCANTINS  
DENSIDADE DEMOGRÁFICA/1980



# ESTADO DO TOCANTINS LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS



### LEGENDA

-  IDENTIFICADA/DELIMITADA
-  INTERDITADA
-  DEMARCADA/EM PROCESSO DE MARCATÓRIO
-  REGULARIZADA

Em decorrência da emancipação do Estado e do início de identificação desses problemas surgem agora os primeiros investimentos estaduais expressos em obras de infra-estrutura econômica e social, até então inexistentes. Há um longo caminho, no entanto, até que se possa prover as condições básicas para a realização de seu potencial econômico e para a atração de populações de outras regiões do país, pois é inegável a relação direta existente entre a implantação da infra-estrutura, o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico.

Assim a rarefação populacional é fator de desencorajamento para implantação da infra-estrutura e dos equipamentos coletivos em geral, dificultando o atendimento com eficácia dos serviços básicos como saúde e educação. O índice de população rural é ainda elevado (42,2%) e os centros considerados urbanos apresentam em sua grande maioria populações inferiores a 10.000 habitantes. Esta rede urbana caracteriza-se também pelas grandes distâncias entre as sedes, normalmente interligadas por estradas de precárias condições de tráfego. Os centros urbanos de maior expressão se situam ao longo do eixo da Rodovia Belém-Brasília e de sua área imediata de influência. Esses núcleos representam cerca de 50% do total da população urbana do Estado. Na verdade, esta rodovia constitui a estrutura básica, e quase única, do sistema de transportes de 7 das 10 sub-regiões em que se divide o território estadual.

Fora desse eixo, é precaríssima a ligação inter-regional do Estado; inexistem rodovias que o integrem às regiões vizinhas, especialmente o nordeste brasileiro. Assim o Estado se apresenta isolado dos mercados de consumo, mesmo os mais próximos, enquanto para exportação ainda não se configuram as vantagens comparativas que adviriam da implantação do corredor norte.

### 1.3 - A economia

A economia do Tocantins tem hoje na pecuária extensiva sua atividade predominante. Convivendo com ela, de forma incipiente, na região Centro-Sul e Sudoeste do Estado, desenvolve-se uma agricultura mais moderna, às vezes irrigada, possibilitando o surgimento de um pequeno parque agroindustrial. No restante do território, com exceção das áreas agrícolas da região sudeste, a pecuária extensiva convive com uma agricultura quase de subsistência, à qual se soma alguma atividade de extrativismo vegetal. No extremo norte a atividade extrativista predomina, concentrando-se nesta região a maior densidade demográfica convivendo com os piores indicadores sociais.

Tal estrutura econômica constituída ao longo da formação histórica do Estado fez com que se consolidasse uma situação de enorme concentração de terras e de renda, frequentemente tendo sua matriz fora do Estado, convivendo com uma realidade de pauperização e marginalização de amplas parcelas da população, em contraste com a riqueza dos recursos ambientais existentes.

#### 1.4 - A história e a cultura

Parte de Goiás até 1988, quando foi elevado a condição de Estado, o Tocantins teve uma história e detém uma cultura que pouco tem a ver com a história e a cultura goianas. Enquanto o sul de Goiás foi colonizado pelos bandeirantes paulistas e ocupado especialmente por mineiros, pouco se miscigenando com os indígenas nativos e com a ascendência negra, o norte de Goiás - hoje Tocantins - teve sua formação e evolução próprias.

A rota dos bandeirantes chegou apenas às fronteiras sul do Estado. A colonização da região se deu sobretudo pela penetração de piauienses, maranhenses e paraenses, os quais, ao contrário dos colonizadores do sul, se miscigenaram fortemente com os índios nativos e com os negros, dando origem a uma nova etnia com modo de ser, tipo físico e hábitos culturais específicos.

As distâncias entre o sul e norte, que nenhum sistema de transporte tratou de diminuir até a construção da Belém-Brasília, mesmo assim via de passagem, acentuaram este isolamento. Consequentemente as ligações da parte norte do antigo Estado com o Norte-Nordeste, se acentuaram, enquanto as ligações do sul se fortaleceram com o Leste e o Sul do país.

Forjado nessas especificações culturais ainda no século XIX se iniciaram os movimentos separatistas do antigo norte goiano, dos quais teve maior repercussão o liderado por Joaquim Teotônio Segurado, em 1821.

A constituição Federal de 1988, ao criar o Estado do Tocantins, reconheceu, portanto, não apenas a legitimidade de uma longa história, mas as características de uma cultura.

## 2. - AS POTENCIALIDADES DO TOCANTINS

### 2.1 - A Vocação Agrícola

A vocação agrícola do Tocantins pode ser dimensionada a partir de algumas constatações:

\* Segundo o RADAM-BRASIL, 60% da superfície territorial do Estado se constitui de solos agricultáveis, especialmente para a produção de grãos, como soja, arroz, milho, feijão, além da pecuária de grandes e pequenos animais.

\* Os cerrados, onde se pode "construir solos" cobrem 90% do território estadual.

\* Localiza-se no Tocantins a maior área contínua do mundo propícia a agricultura irrigada - (vale do Javaés), sem contar outras áreas igualmente propícias.

\* Há ocorrências em abundância de calcário agrícola com uma distribuição territorial que cobre praticamente todas as regiões do Estado, favorecendo a "construção dos solos" do cerrado, que tem no calcário seu elemento essencial.

\* A abundância e a variedade de seu sistema hídrico é propício às inúmeras possibilidades de desenvolvimento da aquacultura, de nível tecnológico moderno, salvaguardados os interesses ecológicos.

\* Existe potencialidade para a diversificação agrícola, como desenvolvimento da fruticultura tropical e amazônica, de culturas industriais e/ou energéticas, como a seringueira, o babaçu, o dendê e a cana de açúcar e ainda;

-para o reflorestamento para fins madeiros, industriais e energéticos;

-para o cultivo e exploração de especiarias e essências amazônicas e do cerrado, inclusive a floricultura, propiciando a indústria de perfumes e cosméticos e de produtos farmacêuticos;

-e, enfim, há potencialidade, para a criação em níveis modernos de animais silvestres, através de tecnologias já disponíveis;

\* O Tocantins desfruta de uma posição estratégica que o aproxima dos mercados das regiões Nordeste e da Amazônia bem como da saída portuária norte para as exportações (a se consolidar a partir da implantação da infra-estrutura de transporte, como já referido).

Esta imensa vocação agro-pecuária do Estado transparece sobretudo quando considerada frente à crescente demanda por alimentos no Brasil e no mundo, juntamente com os seguintes fatores:

- a necessidade do desenvolvimento agrícola do país para a retomada do crescimento econômico e sua reinserção na economia internacional;

- a necessidade de se diminuir o deficit de produção de alimentos existentes no país;

- a necessidade da ocupação produtiva do cerrado setentrional brasileiro, como forma de incorporar as vantagens competitivas proporcionadas pela saída norte para as exportações agrícolas brasileiras;

- o papel da ocupação econômica do território tocantinense, por suas condições geográficas e naturais diferenciadas, como fator de integração e equilíbrio para as regiões Nordeste-Norte e Centro-Oeste.

\* Por último vale a consideração de que alguns fatores locais específicos atuam favoravelmente a esta vocação:

- o fato de diferenciar-se o território tocantinense do restante dos cerrados setentrionais brasileiros, por apresentar um "balanço hídrico" favorável, reunindo as melhores condições da região para o desenvolvimento da agricultura irrigada, fundamental para uma agricultura moderna e competitiva;

- apresentar a região no atual momento baixo valor do solo, estabelecido pela rentabilidade da pecuária extensiva, propício ao desenvolvimento de programas e projetos agrícolas de cunho social (reassentamentos, colonização dirigida, parceria) capazes de ampliar a base econômica e de formar um mercado consumidor local;

- apresentar um potencial para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, geradora de empregos, com capacidade de elevação de renda, e capaz de sustentar um parque agroindustrial e de verticalizar a produção pecuária hoje existente, tanto para o corte como para a produção de leite e laticínios;

- ser o setor agropecuário, pela cultura local, o que apresenta maiores facilidades para a qualificação de amplas camadas de trabalhadores tocantinenses.

Na verdade considerando-se que 60% dos solos do Tocantins são agricultáveis e considerando-se que o território estadual cobre uma área de 277.000 km, conclue-se que o Estado dispõe de cerca de 15.000.000 ha. aproveitáveis. Se se considerar uma média de 3 ton. de grãos por ha. se poderiam produzir 45.000.000 ton. de grãos, ou seja, próximo ao que hoje no Brasil se costuma chamar de super-safra. Evidentemente este é apenas um dado teórico, que não chega sequer a ser um sonho, mas indicativo do rumo em que se deve caminhar.

## 2.2 - Os Recursos Minerais

Além desse vasto potencial que caracteriza a vocação agrícola do Estado, não pode ser desprezada a abundância dos recursos minerais existentes e identificados, mesmo sabendo-se do nível genérico dos estudos existentes. A base de conhecimento é ainda constituída pelos estudos do "Projeto RADAM-BRASIL" e com exceção de trabalhos em escalas maiores executados para a região aurífera de Almas e Natividade, pouca coisa existe. Mesmo assim, pode-se afirmar, com base no nível de conhecimento atual, que o território compreendido pelo Estado do Tocantins, apresenta uma grande riqueza e diversidade de minerais, capazes de, com nível de conhecimento adequado, dar sustentabilidade a um parque minero-industrial significativo. Também é importante observar que as ocorrências minerais distribuem-se ao longo de todo o território estadual, de norte a sul, de leste a oeste.

# INTEGRAÇÃO REGIONAL (MERCADO) DO BRASIL

EXPECATAÇÕES

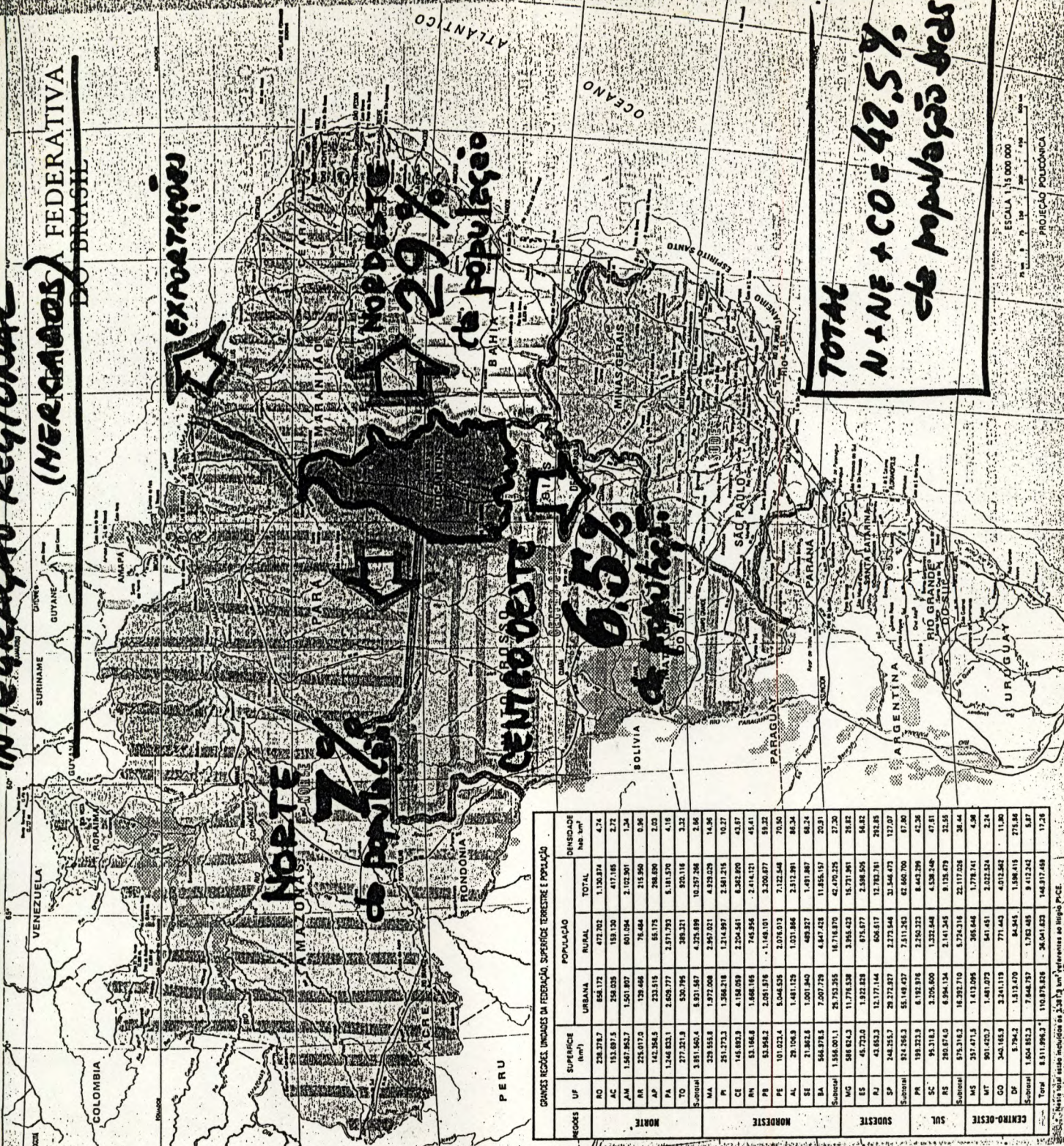
NORTE

NORDESTE 29% da população

CENTRO-OESTE

6,5% da população

TOTAL N + NE + CO = 42,5% da população bras.

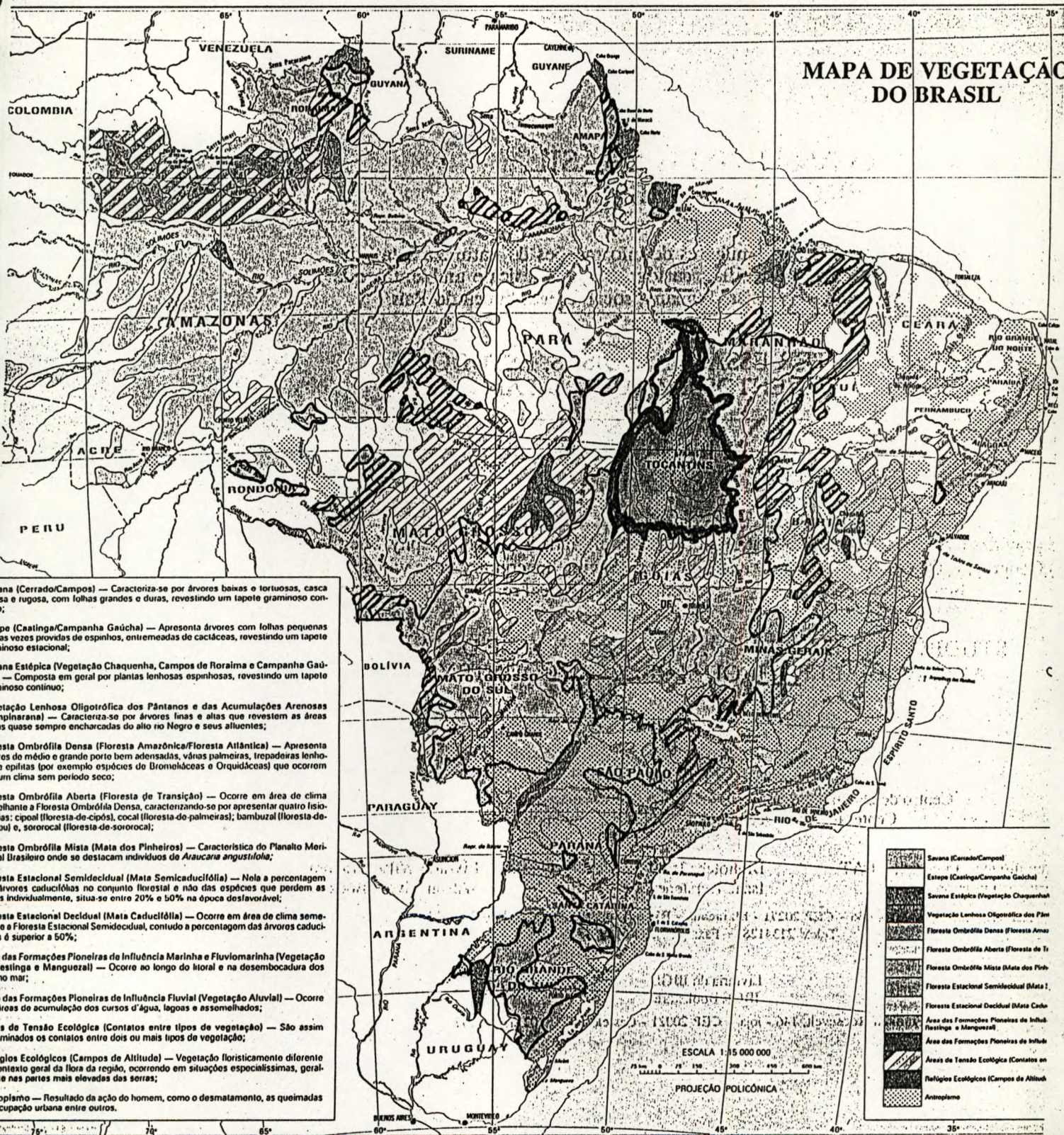


GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SUPERFÍCIE TERRESTRE E POPULAÇÃO

REGIÃO	UF	SUPERFÍCIE (km²)	POPULAÇÃO		TOTAL	DENSIDADE (hab./km²)	
			URBANA	RURAL			
NORTE	RO	278.378,7	658.172	472.702	1.130.874	4,74	
	AC	153.897,5	258.035	159.130	417.165	2,72	
	AM	1.587.852,7	1.501.807	801.084	2.102.891	1,34	
	RR	225.072,0	129.666	76.484	215.950	0,96	
	AP	142.258,5	232.515	65.175	298.090	2,03	
	PA	1.248.825,1	2.829.777	2.371.720	5.191.570	4,15	
	TO	277.221,8	520.195	398.221	922.116	3,32	
	Subtotal	3.951.565,4	5.911.587	4.375.899	10.287.286	2,66	
	NORDESTE	MA	229.555,8	1.977.008	2.957.021	4.932.029	14,56
		PI	291.272,3	1.266.218	1.214.997	2.481.215	10,37
CE		145.822,3	4.138.029	2.204.581	6.342.610	43,57	
RN		51.186,8	1.688.105	745.856	2.433.961	45,41	
PB		51.956,2	2.051.976	1.148.101	3.200.077	59,22	
PE		101.022,4	5.045.525	2.076.013	7.121.538	70,50	
AL		29.105,9	1.481.129	1.031.866	2.512.995	86,24	
SE		31.855,6	1.007.840	469.927	1.477.767	46,24	
BA		568.376,5	7.207.729	4.847.428	11.855.157	20,31	
Subtotal		1.558.001,1	25.752.205	16.716.870	42.469.075	27,30	
SUDESTE	MG	588.824,3	11.778.528	3.955.422	15.733.951	26,82	
	ES	45.722,0	1.922.829	875.977	2.598.806	56,82	
	RJ	43.652,3	12.172.144	606.617	12.778.761	292,85	
	SP	348.225,3	29.272.927	2.272.848	31.545.775	127,07	
	Subtotal	924.204,3	55.108.027	7.511.260	62.619.287	67,80	
	SUL	PR	199.222,9	6.192.976	2.250.222	8.443.198	42,38
		SC	95.316,3	2.206.520	1.322.848	4.529.246	47,81
		RS	280.674,0	6.994.124	2.141.245	9.135.370	32,58
		Subtotal	575.315,3	16.392.270	5.724.316	22.116.586	38,44
		MS	237.471,5	1.412.295	305.648	1.717.943	7,28
MT		901.420,7	1.481.273	641.451	2.322.524	2,74	
GO		345.165,9	2.241.119	771.442	4.012.562	11,80	
DF		5.794,2	1.513.470	84.545	1.598.015	273,56	
Subtotal		1.654.852,3	7.648.737	1.762.485	9.411.242	5,87	
Total		8.311.998,3	110.979.826	36.041.823	147.021.649	17,25	

Fonte: Superintendência de Censos Demográficos do IBGE, 1991.

# Uma visão panorâmica da nossa Natureza



**MAPA DE VEGETAÇÃO DO BRASIL**

**Savana (Cerrado/Campos)** — Caracteriza-se por árvores baixas e tortuosas, casca seca e rugosa, com folhas grandes e duras, revestindo um tapete gramíneo contínuo;

**Estepa (Catinga/Campanha Gaúcha)** — Apresenta árvores com folhas pequenas às vezes providas de espinhos, entremeadas dos cactáceas, revestindo um tapete rimoso estacional;

**Savana Estépica (Vegetação Chaquenha, Campos de Floresta e Campanha Gaúcha)** — Composta em geral por plantas lenhosas espinhosas, revestindo um tapete rimoso contínuo;

**Vegetação Lenhosa Oligotrófica dos Pântanos e das Acumulações Arenosas (Mplarana)** — Caracteriza-se por árvores finas e altas que revestem as áreas às vezes sempre encharcadas do alto rio Negro e seus afluentes;

**Floresta Ombrófila Densa (Floresta Amazônica/Floresta Atlântica)** — Apresenta árvores do médio e grande porte bem adensadas, várias palmeiras, trepadeiras lenhosas e epífitas (por exemplo espécies de Bromeláceas e Orquídeáceas) que ocorrem em clima sem período seco;

**Floresta Ombrófila Aberta (Floresta de Transição)** — Ocorre em área de clima voltante a Floresta Ombrófila Densa, caracterizando-se por apresentar quatro espécies: cipóal (floresta-de-cipós), cocai (floresta-de-palmeiras); bambuzal (floresta-de-bambu) e, sororocal (floresta-de-sororoca);

**Floresta Ombrófila Mista (Mata dos Pinheiros)** — Característica do Planalto Meridional Brasileiro onde se destacam indivíduos de *Araucaria angustifolia*;

**Floresta Estacional Semidecidual (Mata Semidecidual)** — Nota a percentagem de árvores caducifólias no conjunto florestal e não das espécies que perdem as folhas individualmente, situa-se entre 20% e 50% na época desfavorável;

**Floresta Estacional Decidual (Mata Caducifólia)** — Ocorre em área de clima semitropical e Floresta Estacional Semidecidual, contudo a percentagem das árvores caducifólias é superior a 50%;

**Áreas das Formações Pioneiras de Influência Marinha e Fluviomarina (Vegetação Restinga e Manguezal)** — Ocorre ao longo do litoral e na desembocadura dos rios no mar;

**Áreas das Formações Pioneiras de Influência Fluvial (Vegetação Aluvial)** — Ocorre em áreas de acumulação dos cursos d'água, lagoas e assomelhados;

**Áreas de Tensão Ecológica (Contatos entre tipos de vegetação)** — São assim denominados os contatos entre dois ou mais tipos de vegetação;

**Relíquias Ecológicas (Campos de Altitude)** — Vegetação floristicamente diferente do contexto geral da flora da região, ocorrendo em situações especialíssimas, geralmente nas partes mais elevadas das serras;

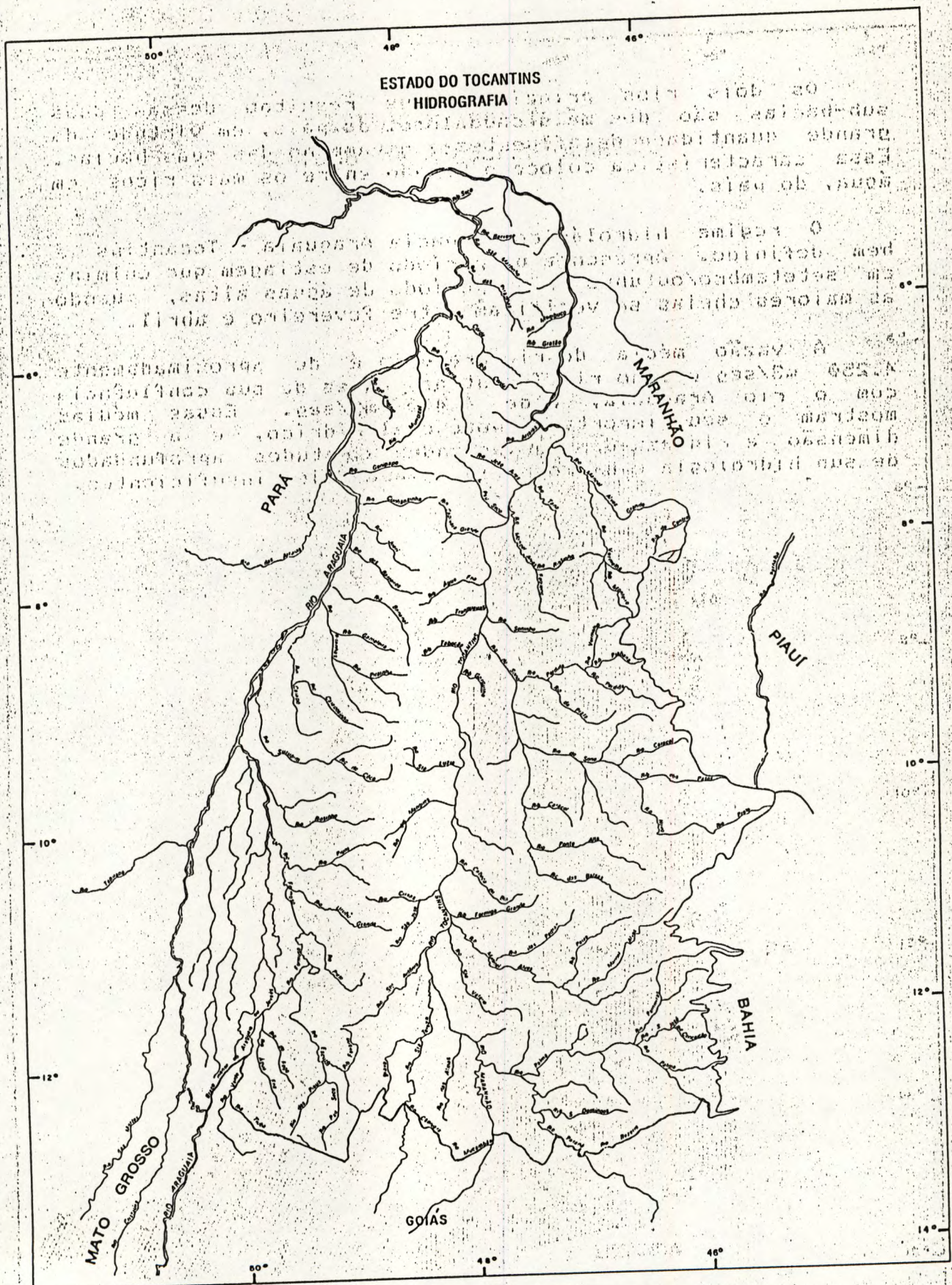
**Antropismo** — Resultado da ação do homem, como o desmatamento, as queimadas e a ocupação urbana entre outros.

- Savana (Cerrado/Campos)
- Estepa (Catinga/Campanha Gaúcha)
- Savana Estépica (Vegetação Chaquenha)
- Vegetação Lenhosa Oligotrófica dos Pântanos
- Floresta Ombrófila Densa (Floresta Amazônica)
- Floresta Ombrófila Aberta (Floresta de Transição)
- Floresta Ombrófila Mista (Mata dos Pinheiros)
- Floresta Estacional Semidecidual (Mata de Campos)
- Floresta Estacional Decidual (Mata Caducifólia)
- Áreas das Formações Pioneiras de Influência Marinha e Fluviomarina (Restinga e Manguezal)
- Áreas das Formações Pioneiras de Influência Fluvial
- Áreas de Tensão Ecológica (Contatos entre tipos de vegetação)
- Relíquias Ecológicas (Campos de Altitude)
- Antropismo

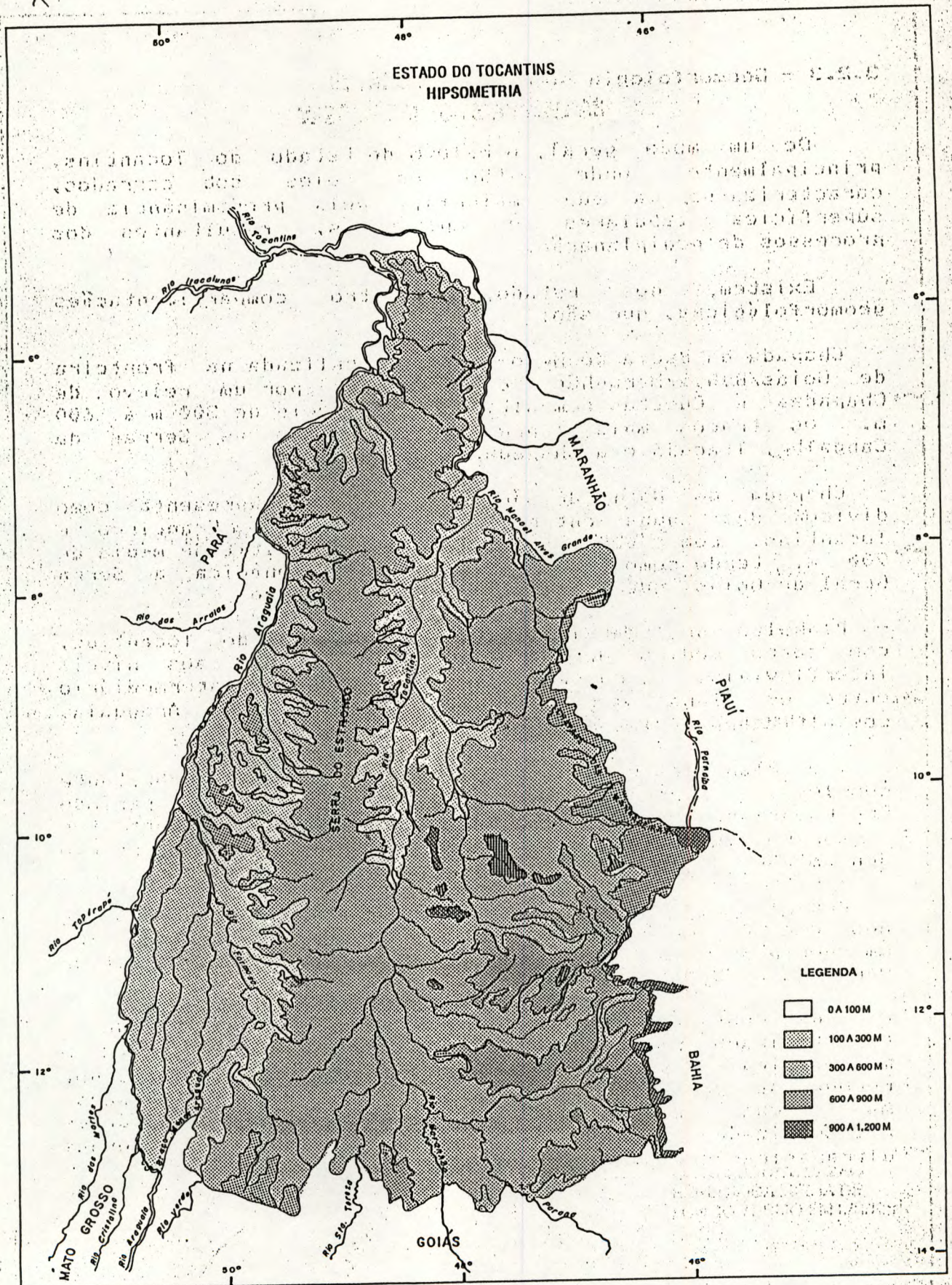
ESCALA 1:15 000 000

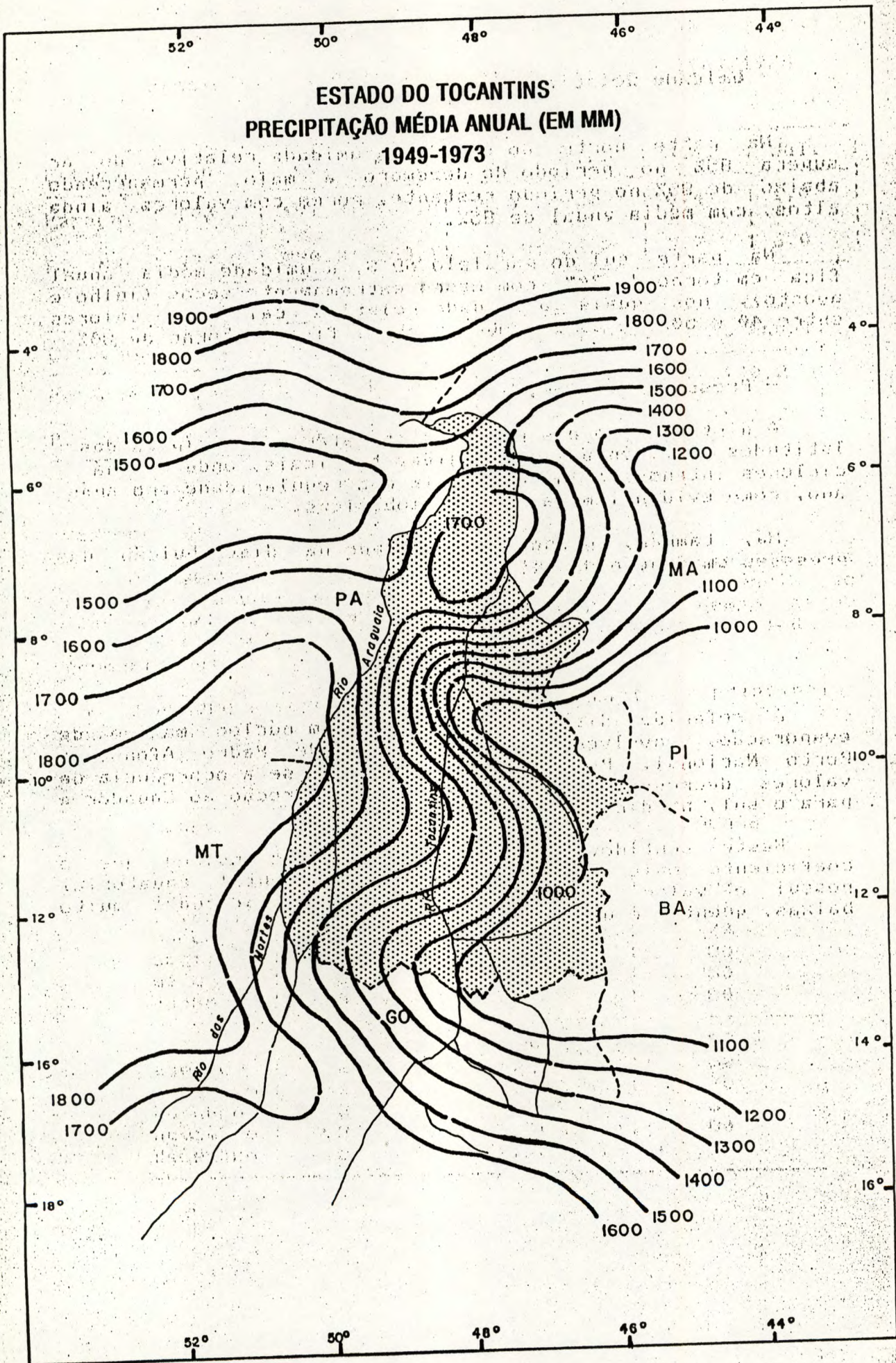
PROJEÇÃO POLICÔNICA



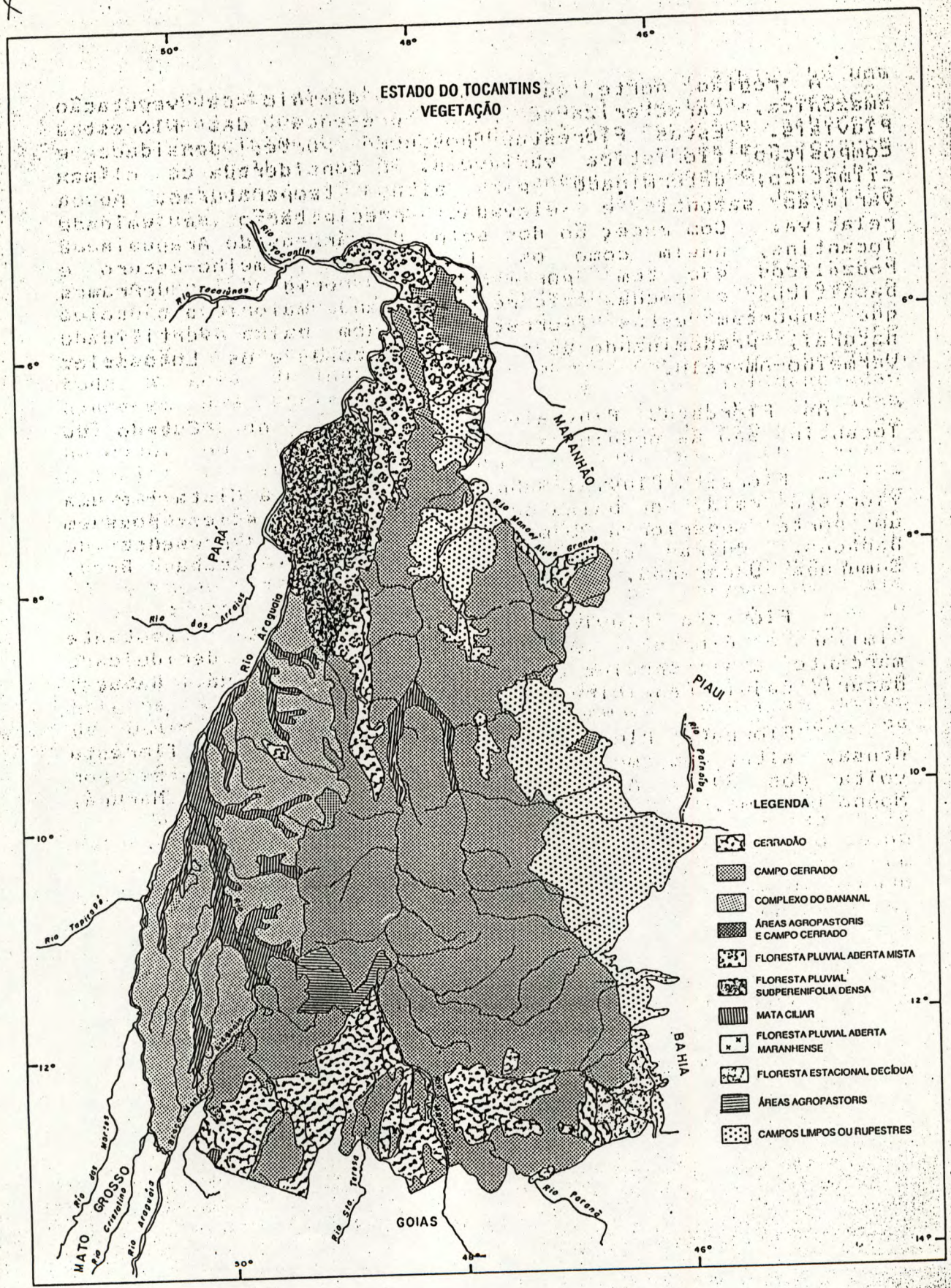


[Symbol]	LAGOAS
[Symbol]	LAGO
[Symbol]	LAGO INTERMEDIÁRIO
[Symbol]	LAGO GRANDE
[Symbol]	LAGO MUITO GRANDE
[Symbol]	LAGO ENORME



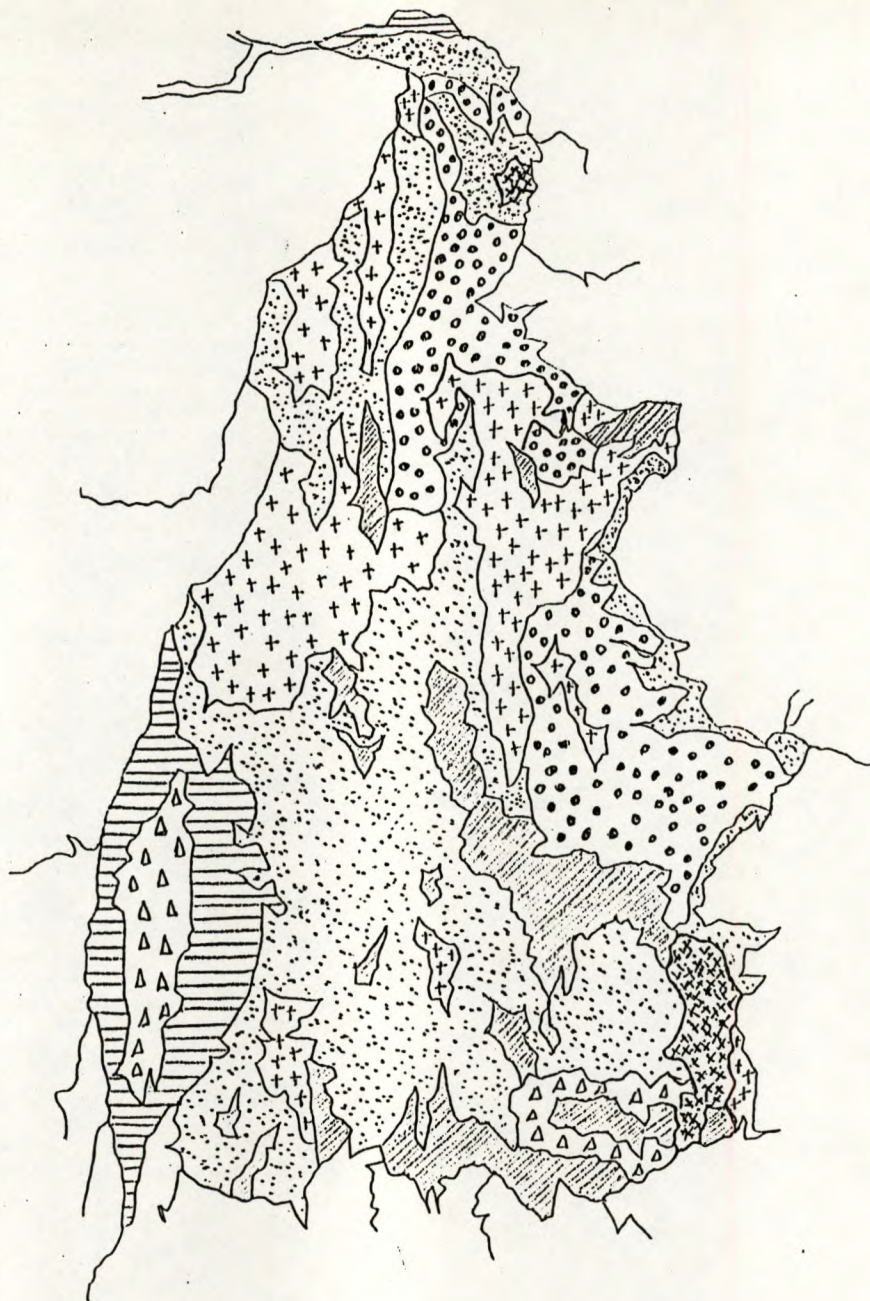


FONTE: PRODIAT












# PROVAVEL APTIDÃO AGRÍCOLA DAS TERRAS (\*)



## LEGENDA:

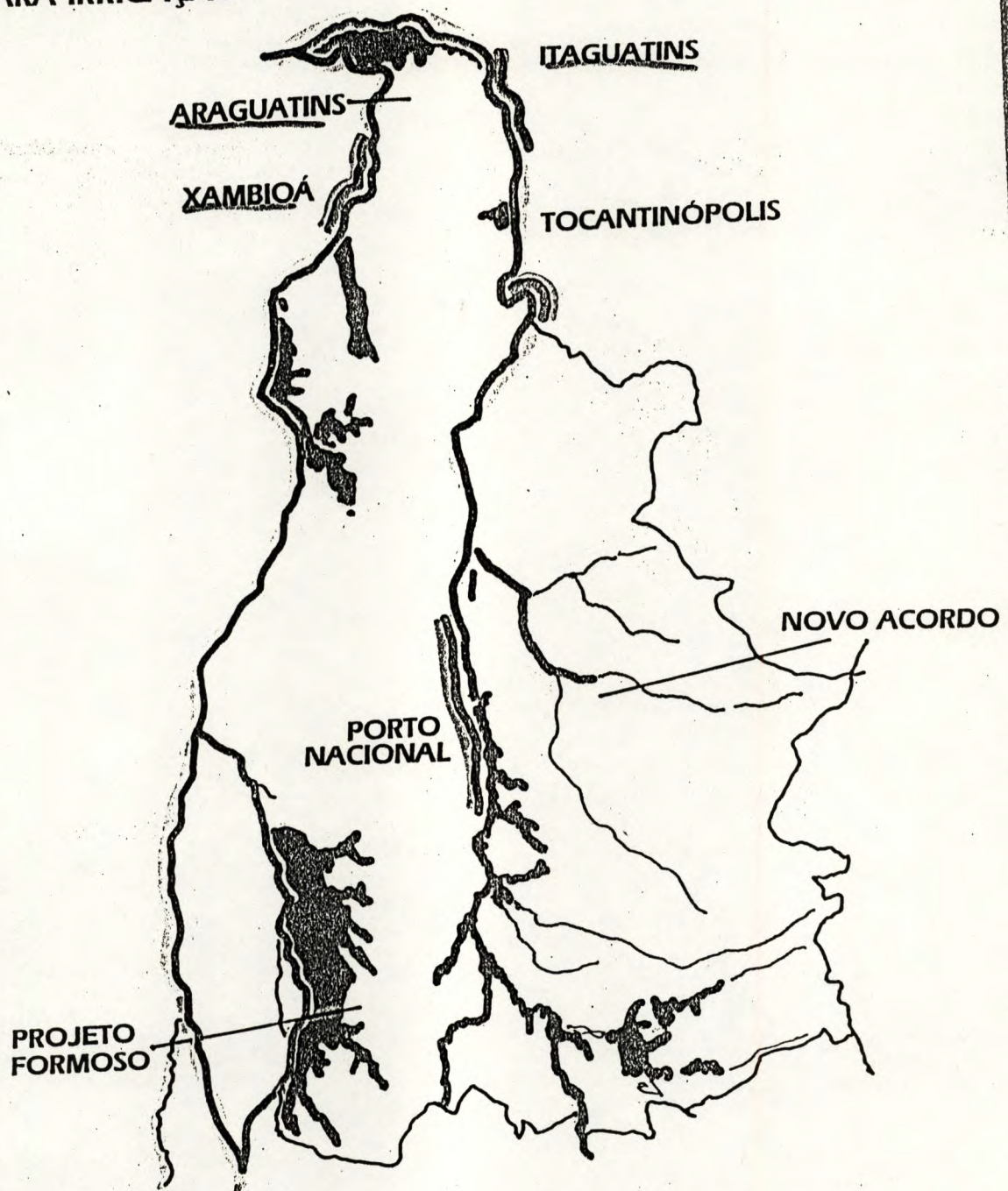
-  BOA APTIDÃO AGRÍCOLA
-  REGULAR APTIDÃO AGRÍCOLA
-  RESTRIITA APTIDÃO AGRÍCOLA
-  APTIDÃO PARA SILVICULTURA
-  APTIDÃO PARA PASTAGEM PLANTADA
-  BOA APTIDÃO AGRÍCOLA COM IRRIGAÇÃO
-  SEM APTIDÃO AGRÍCOLA

OBS: FONTE "PLANO DIRETO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO TOCANTINS" (1992).

(\*) EM VIRTUDE DE HAVER SIDO COMPILADO DE ASSOCIAÇÕES DE GRANDES GRUPOS DE SOLOS.

# ESTADO DO TOCANTINS

- TRECHOS NAVEGÁVEIS
- IMPEDIMENTOS À NAVEGAÇÃO
- ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PARA IRRIGAÇÃO



Os depósitos de calcário ocorrem em diversos pontos do Estado, o que significa a disponibilidade em abundância do elemento básico para o manejo do solo do cerrado, com vistas a seu aproveitamento agrícola. Existem ainda ocorrências de rochas fosfatadas de grande valor agrícola.

Em fase de intensificação da exploração se encontra a mina de ouro de Almas, com teores que permitem alta rentabilidade. De outra parte neste momento se ampliam os trabalhos de prospecção na região de Almas, com resultados promissores. Operam ainda no Estado vários garimpos, principalmente na região dos municípios de Almas, Natividade, Dianópolis, Porto Nacional e de Monte Carmo. Ao norte do Estado existem ocorrências de ouro assim como no nordeste, nas bacias do rio Sono e Tocantins, onde também se verificam ocorrências de diamantes.

O cristal de rocha é encontrado em vasta extensão territorial, principalmente na Serra do Estrondo, divisor de águas entre os rios Tocantins e Araguaia. Tem-se achado grande diversidade de quartzo de alto teor de pureza, o que com estudos mais aprofundados poderá se constituir em matéria prima para a indústria de semi-condutores.

Para a construção civil foram cubados grande depósitos de calcário e gipsita no município de Filadélfia, possibilitando condições extremamente propícias para a fabricação de cimento "Portland". A gipsita também ocorre no município de Babaçulândia.

A ocorrência de argilas utilizáveis para a indústria cerâmica distribui-se em toda a extensão do território estadual, permitindo ainda o desenvolvimento da indústria de porcelana, pois existem também ocorrências significativas de caulim. Foram também detectadas ocorrências de outros materiais estratégicos que poderão se constituir em elementos básicos para a nova engenharia de materiais, ora desenvolvida no bojo da revolução tecnológica. Assim pode-se referir ao Urânio, Titânio, Manganês, Cianita.

Enfim devem ser considerados os depósitos de zinco, cobre e chumbo em Palmeirópolis e de cassiterita no município de Peixe.

Águas minerais, ocorrem em várias regiões do Estado, assim como águas termais especialmente nos municípios de Paranã e Peixe.

Esta riqueza de recursos minerais pode ainda ser associada a produção da matéria prima para produtos siderúrgicos do entorno de Carajás, possibilitando o surgimento de um parque industrial, direcionado para as ferro-ligas num primeiro momento, e para uma indústria de implementos agrícolas, necessária ao desenvolvimento agrícola regional.

# MAPA DAS PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS MINERAIS DO ESTADO DO TOCANTINS



## AMBIENTE GEOLÓGICO DE MINERAÇÃO

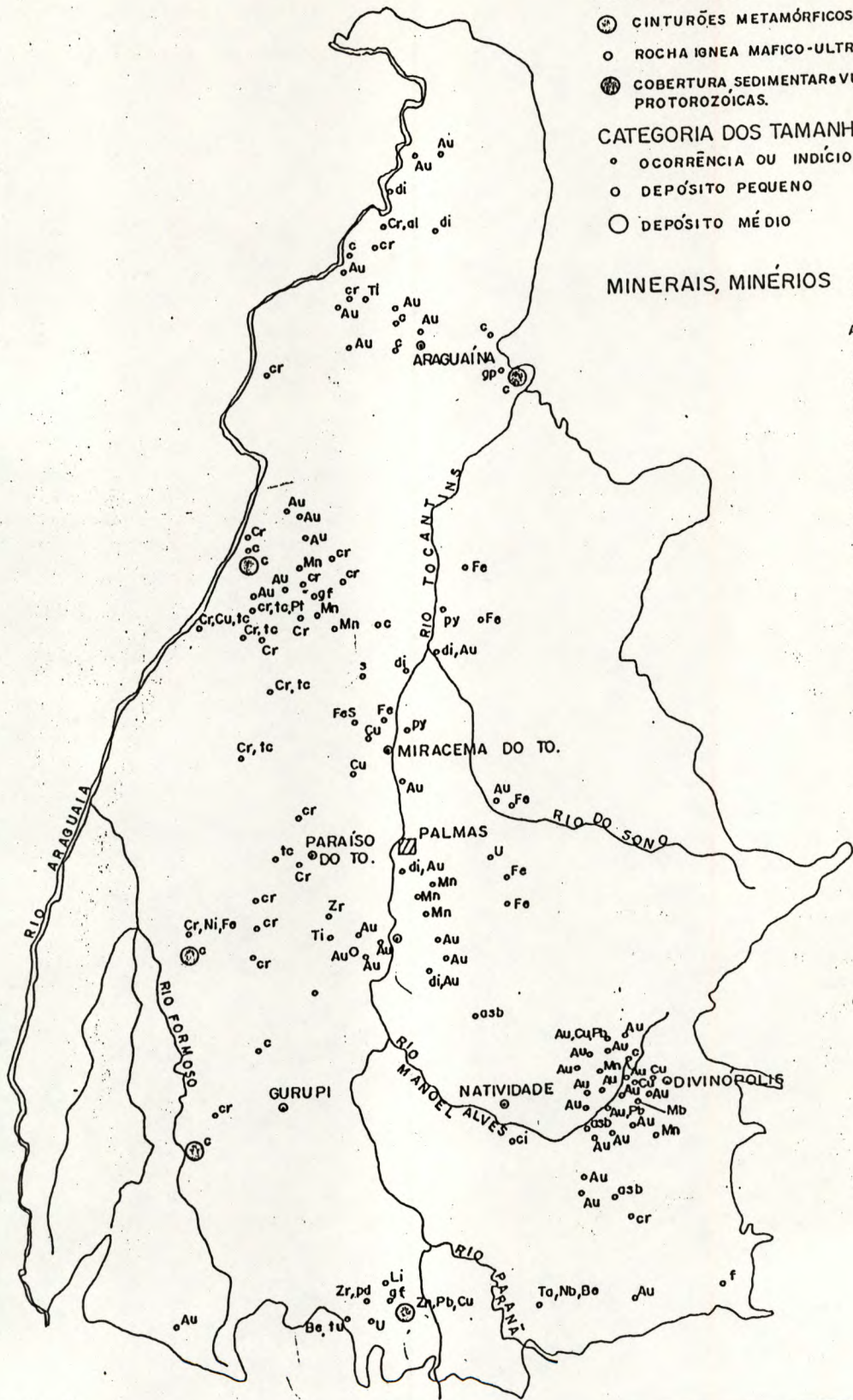
- ⊙ CINTURÕES METAMÓRFICOS DO PROTEROZOICO
- ROCHA ÍGNEA MAFICO-ULTRAMÁFICO
- ⊕ COBERTURA SEDIMENTAR VULCÂNICA - SEDIMENTARES PROTEROZOICAS.

## CATEGORIA DOS TAMANHOS DE DEPÓSITO

- OCORRÊNCIA OU INDÍCIO
- DEPÓSITO PEQUENO
- DEPÓSITO MÉDIO

## MINERAIS, MINÉRIOS E ELEMENTOS QUÍMICOS












- Al - Alumínio
- Asb - Asbestos/Cristolita
- at - Ametista
- Au - Ouro
- Be - Berílio
- c - Calcário/Damolito
- cd - Coridón
- ci - Cianita
- Cr - Cromo
- Cu - Cobre
- di - Diamante
- f - Fluorita
- Fe - Ferro
- py - Pirita
- gf - Grafita
- Li - Litio
- Mn - Manganês
- Nb - Nióbio
- Ni - Niquel
- Pb - Chumbo
- Pd - Paládio
- Pt - Platina
- S - Enxofre
- tc - Talco
- tu - Turmalina
- U - Urânio
- Zn - Zinco
- Zr - Zircônio
- cr - Cristal de rocha
- gp - Glpsita

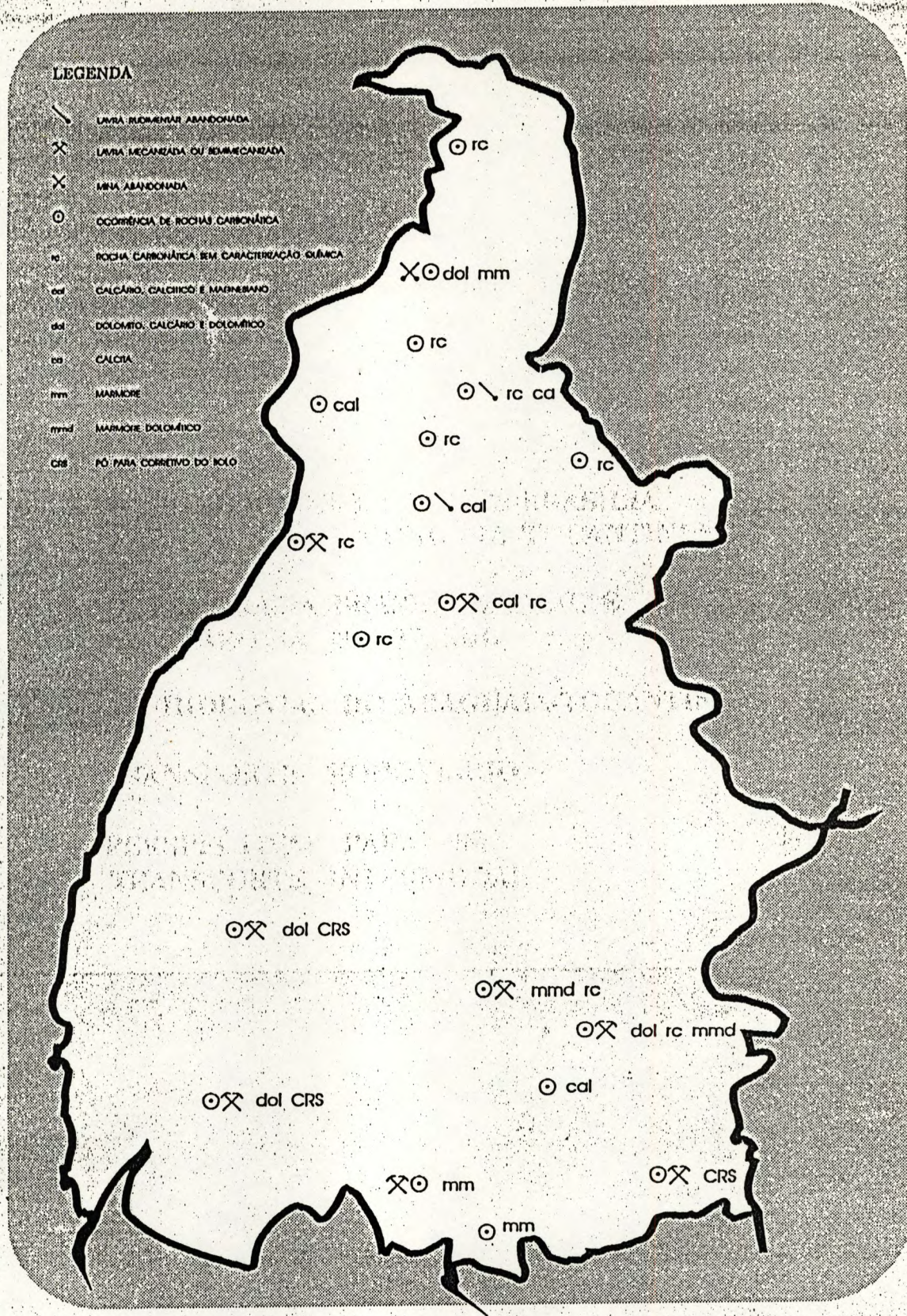


MAPA 2

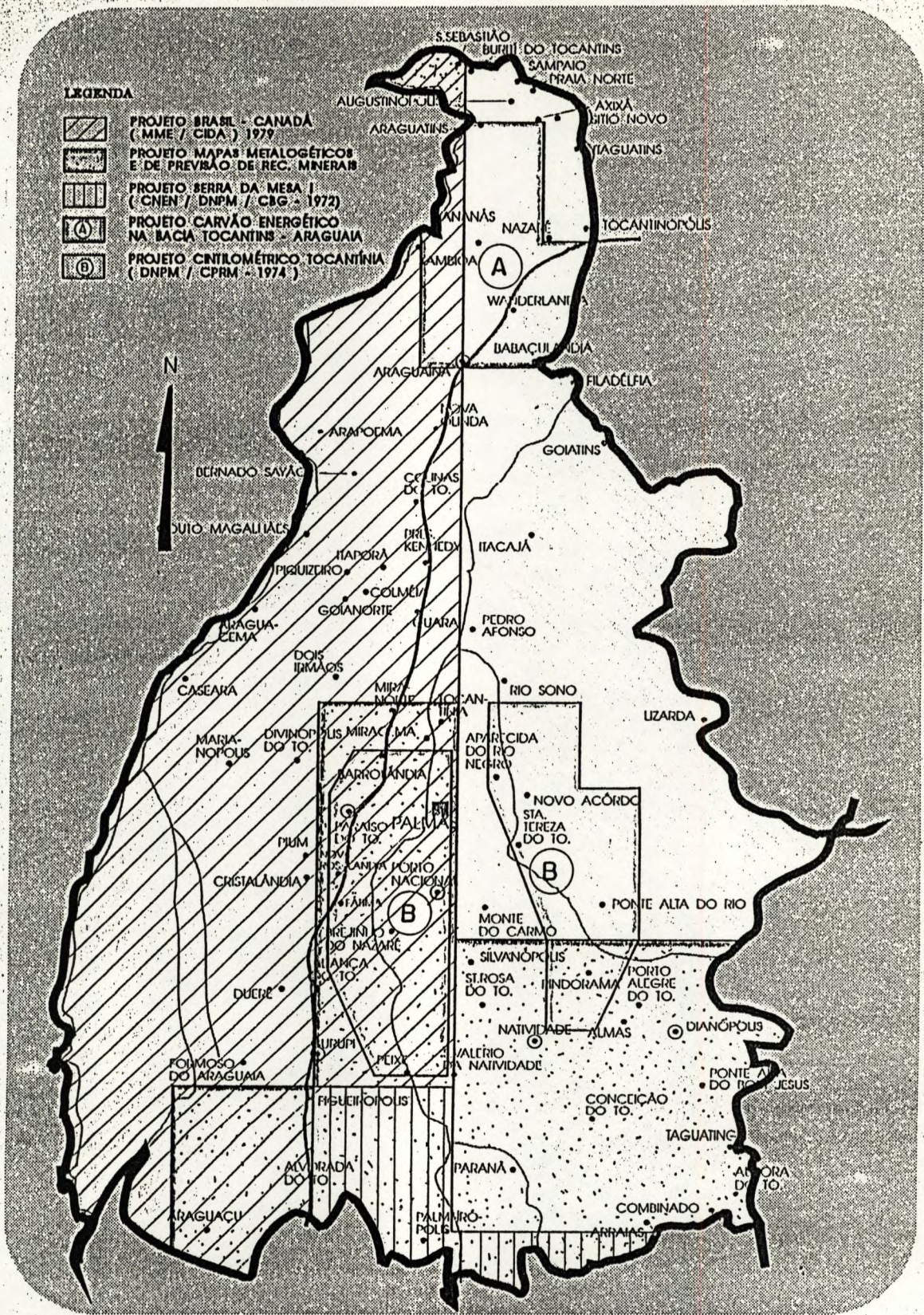
# MAPA DE OCORRÊNCIA DE ROCHAS CARBONÁTICAS

## LEGENDA

-  LAVRA REMANES ABANDONADA
-  LAVRA MECANIZADA OU SEMI-MECANIZADA
-  MINA ABANDONADA
-  OCORRÊNCIA DE ROCHAS CARBONÁTICAS
-  ROCHA CARBONÁTICA EM CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA
-  CALCÁRIO, CALCÍFICO E MARNEIRO
-  DOLOMITO, CALCÁRIO E DOLOMÍTICO
-  CALCITA
-  MÁRMORE
-  MÁRMORE DOLOMÍTICO
-  FÓ-FÓ PARA CORRETIVO DO SOLO



# MAPA COM PROJETOS



MAPA 3

A ativação desse potencial requer, a partir do estabelecimento de prioridades, um aprofundamento dos estudos técnicos de prospecção e análise das reservas existentes com o objetivo de se melhor conhecer as riquezas do sub-solo e de se avaliar a viabilidade econômica de recursos minerais permitindo, inclusive, o estabelecimento de ordens de prioridade.

A maturação do pleno aproveitamento dessa potencialidade requer a obtenção de tecnologias apropriadas e muitas vezes de ponta, como para quartzo de alta pureza e para as ligas cerâmicas, entre outros usos.

### 2.3 - O Potencial Turístico

O Estado reúne fatores diferenciados de atração para um mercado turístico internacional em franco crescimento - o turismo ecológico.

Dentre esses fatores, o complexo formado pela Ilha do Bananal e seu entorno - o "Pantanal do Centro-Oeste" - é provavelmente a maior atração. Seu ecossistema de transição do cerrado central brasileiro para a floresta amazônica é único. A magnífica riqueza de seu universo hídrico, com as cheias e as vazantes sazonais, possibilitam a proliferação de inúmeros lagos, criando um cenário similar ao do Pantanal Matogrossense. É um ambiente propício à vida, à biodiversidade. A riqueza e a exuberância da flora e fauna, terrestre e aquática, é extraordinária. Na ilha do Bananal situa-se a mais diversificada reserva indígena do país. O parque Nacional do Bananal é aberto à visitação pública e no seu entorno já começa a existir infraestrutura hoteleira de boa qualidade, com orientação voltada para o ecoturismo.

Hoje a UNESCO, órgão das Nações Unidas, estuda a transformação da Ilha em "Reserva da Biosfera". Sendo ali o verdadeiro portal para os ecossistemas da Amazonia, do Pantanal e dos Cerrados torna-se um local propício para o desenvolvimento de estudos e projetos ligados ao conhecimento desses eco-sistemas.

As praias formadas pelo Araguaia e os inúmeros lagos são convites permanentes ao lazer num cenário único, paradisíaco e exótico ao mesmo tempo. Este ambiente não se restringe somente ao entorno do Bananal, mas prolonga-se à jusante do rio Araguaia por centenas de quilômetros, bem como em vários trechos do Tocantins e seus afluentes.

A pesca amadora no rio Araguaia é também, em função da altíssima piscosidade do rio, fator por si só capaz de atrair o turismo integrando-se a outros elementos tais como a diversidade da vida silvestre existente no Estado, que possibilitaria a seleção de áreas diferenciadas e ricas para se constituírem em reservas para o turismo. Ações nesta linha teriam também o sentido de racionalizar atividades que necessariamente acabarão acontecendo nessa áreas, ameaçando os eco-sistemas e podendo tornar-se predatorias.

As águas termais ocorrentes no sul do Estado se constituem num rico potencial para ser explorado. No município de Paranã o afloramento identificado de águas quentes, apresenta uma beleza cênica incomum, em meio à vegetação exuberante e outros atrativos.

As regiões Sudeste e Leste do Estado apresentam, pela topografia, um ambiente de rios cristalinos, encachoeirados e principalmente tópicos. A beleza cênica somam-se as condições ideais para a prática de canoagem e outros esportes aquáticos.

Neste cenário deve ser destacada, nas nascentes dos rios Palmas, Palmeira e afluentes do Paranã, a beleza e a majestade das encostas da Serra Geral, com suas formações areníticas, belas pelo colorido vermelho e pelas impressionantes formas esculpidas através dos séculos pela ação da natureza.

Ali também ocorrem grutas e cavernas formando um conjunto de atrações que se somam aos rios formadores do Tocantins, por sua vez um colosso azul e cristalino na estação seca, formando uma sucessão de praias, ilhas e corredeiras, por centenas de quilômetros. A exuberância da natureza, ainda quase intocada, compõe a moldura deste cenário deslumbrante, que se estende longitudinalmente pelo centro do Estado.

### **3 - AS CARENCIAS IDENTIFICADAS**

#### **3.1 - Transportes**

Toda potencialidade do Tocantins, em termos de produção agro-pecuária, como de reservas minerais, de aproveitamento turístico, ou de qualquer outra atividade, está hoje prejudicada pela quase inexistência de um sistema de transporte, capaz de integrar o Estado em suas diversas regiões, e o conjunto dessas regiões com o país e o mundo.

# MAPA TURÍSTICO

**RESERVA ECOLÓGICA DO BICO DO PAPAGAIO**  
(encontro das águas)

ARAGUATINS

ITAGUATINS

XAMBIOÁ

TOCANTINS

54

ARAGUANÃ

FILADÉLFIA

ARAGUACEMA

Pralas do Araguaia

Pralas do Tocantins

PEDRO AFONSO

BOM SERÁ

MIRACEMA

PALMAS

PORTO NACIONAL  
centro histórico

cachoeiras

**ILHA DO BANANAL**

maior ilha fluvial do mundo  
reserva ambiental e Indígena

LAGOA DA CONFUSÃO

Flagos pantanal do Centro-Oeste

centro histórico

**NATIVIDADE**

cachoeiras

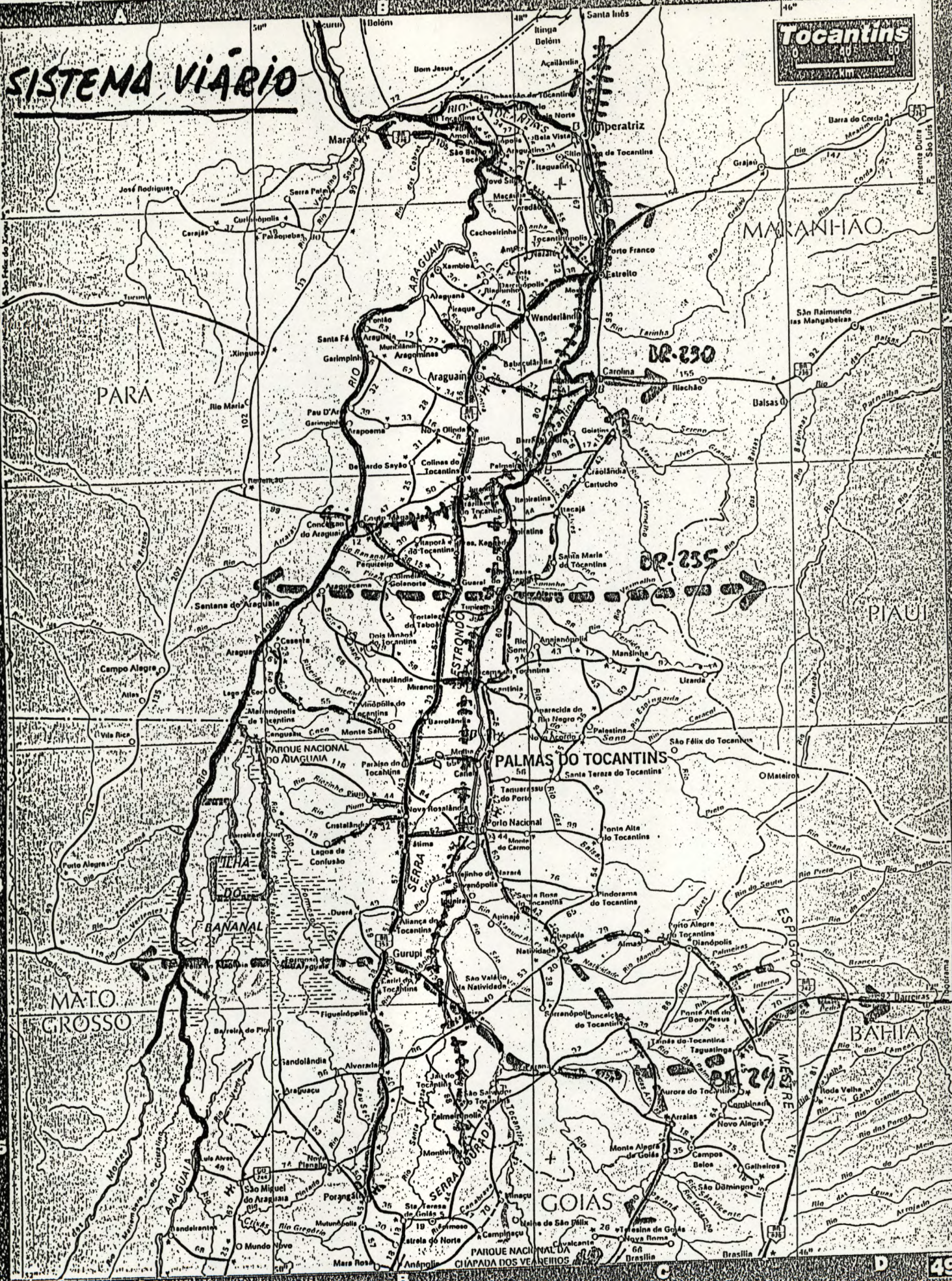
• PEIXE

águas termas

• PARANÃ



# SISTEMA VIÁRIO



## LEGENDA

- TRECHOS NAVEGÁVEIS
- RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS
- FERROVIA ATÉ ANO 2000
- FERROVIA ANO 2010

- ROBOVIA FEDERAL PAVIMENTADA
- ROBOVIA FEDERAL IMPLANTADA
- ROBOVIA FEDERAL EM PROJETO
- ROBOVIA ESTADUAL PAVIMENTADA
- ROBOVIA ESTADUAL EM PAVIMENTAÇÃO
- ROBOVIA ESTADUAL SEM PAVIMENTAÇÃO
- LOD. FEDERAL PLANOS/INTIÇÃO-RESERVA INDÍGENA

Esta carência, quase absoluta, contrasta com a viabilidade da montagem a prazo razoável de um sistema de transporte racional, integrado e de baixo custo, graças às condições específicas já existentes, ou que podem ser criadas.

Do ponto de vista natural, os grandes rios que cortam o Estado, do sul ao norte - o Araguaia e o Tocantins - podem com alguns investimentos se transformar em grandes hidrovias moduladas com o transporte rodoferroviário e marítimo, este através do porto de Barcarena, no Pará ou de Itaqui, em São Luiz do Maranhão.

A Rodovia BR 153 (Belém - Brasília), correndo à margem esquerda do Tocantins corta o Estado, igualmente de norte a sul, carecendo, no entanto, interligar as áreas da margem direita, bem como interligar-se aos sistemas de sentido leste-oeste acessando o nordeste do país, ligação sem a qual torna-se mais um corredor de passagem do que uma via de integração. No entanto, só se poderia considerar perfeitamente estruturado o sistema de transporte com a construção da ferrovia Norte-Sul, que ligando-se à ferrovia Carajás e através dela ao Porto de São Luiz e no sul ao sistema ferroviário do Centro Sul, daria um novo sentido ao transporte nacional e, evidentemente, ao desenvolvimento do Tocantins. Suas obras porém estão paralizadas e seria urgente sua retomada ao menos nos trechos indicados para desempenhar uma função estratégica no curto prazo para o sistema de transporte da região.

Na verdade, além da continuidade da Ferrovia Norte-Sul, da transformação do sistema Araguaia-Tocantins num grande sistema hidroviário, existe uma carência aguda de interligação desses sistemas no sentido leste-oeste, o que poderia ser feito com investimentos relativamente pequenos através a conclusão das rodovias BR 242, BR 235 e BR-230 que, cortando o Estado nessa direção, interligariam suas Regiões com os eixos norte-sul.

Desta forma o Estado hoje isolado e desintegrado passaria a interligar-se com o país e o exterior, dispondo de um sistema integrado, de significado estratégico não apenas para o próprio Tocantins mas para o país.

Sabe-se hoje, que a soja, por exemplo, produzida no Mato Grosso, Goiás ou Rondonia, se ao invés de ser transportada para os portos de Santos ou Paranaguá, fosse, através desse sistema, embarcada nos portos de São Luiz ou Barcarena, teria uma economia de transportes da ordem de U\$ 30 dólares à tonelada.

Se relativamente poucos investimentos nos sistemas de transportes inter-regionais integrariam o Tocantins e teriam um significado estratégico para a economia nacional, exige-se em paralelo um esforço em muitas frentes para dotar o Estado de um mínimo de rodovias capaz de integrá-lo internamente e conformar uma malha rodoviária razoável de estradas alimentadoras do sistema principal.

Nessas condições é prioritária a definição clara, incluindo a identificação das fontes de financiamento, do sistema estadual de rodovias de integração, viabilizando a integração regional e do sistema de transporte estrutural - rodovias federais, ferrovia e hidrovias - com as estradas alimentadoras municipais.

De fato, a superação da carência do sistema de Transporte do Tocantins é pressuposto de viabilidade de qualquer dos objetivos do Plano Estratégico e representa o elemento mais evidente do abandono do Estado nas etapas anteriores do desenvolvimento nacional.

### 3.2 - Energia

Da mesma forma que sem transporte, sem energia não há desenvolvimento.

O Estado do Tocantins com um potencial de hidroeletricidade inventariado em 10.500 MW de potência, é importador de energia e apresenta deficiência de atendimento. Seu sistema atual é composto por duas pontas de linha, uma do sistema Furnas que chega ao Estado pelo sul e a outra ao norte, oriunda de Tucuruí. Atualmente se equaciona a interligação desses sistemas, com dificuldade, enquanto não se concretizar a implantação da linha Imperatriz-Porto Franco.

Neste quadro, o Estado do Tocantins apresenta a situação singular de possuir um grande potencial para produzir energia, vendê-la e induzir o aproveitamento do potencial econômico de enorme região do País, enquanto encontra grandes dificuldades para realização desta potencialidade e de, sequer, atender-se a si mesmo.

No entanto, o diagnóstico das disponibilidades existentes, permitiria algumas alternativas:

a) investir na linhas de transmissão para utilizar o atual excedente de 400 MW de Tucuruí, alternativa pouco confiável pois apresenta o risco de que, com a retomada do crescimento rápido dos consumidores tradicionais, essa disponibilidade seja perdida em favor de outras regiões do país;

b) equacionar uma solução para a construção das hidrelétricas previstas para o Rio Tocantins;

c) aproveitar o grande potencial de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH'S) existente no território oriental do estado, induzindo-se projetos em sistemas integrados para fins agrícolas, agroindustriais e de produção mineral, além do desenvolvimento de formas de energia alternativa, como a biomassa, sobretudo nas áreas rurais.

O aproveitamento do potencial existente para pequenas hidroelétricas se torna viável especialmente a partir de algumas características locais:

- a depressão Araguaia-Tocantins se inicia na Chapada Ocidental da Bahia, de altitude; na divisa, da ordem de 900 metros, caindo para cerca de 200 metros no Vale do Rio Tocantins, numa distância média em linha reta levemente superior a 200 KM;

- essa área do Estado apresenta diversas manchas de solos aptos para a agricultura, inclusive terras roxas, sendo, no entanto a area de suprimento de energia elétrica mais deficiente do Estado; a região apresenta também diversidade de recursos minerais, com beneficiamento prejudicado por essa deficiência;

- os investimentos necessários para as PCH's são suportáveis para os investidores privados de médio porte, ou através de formas cooperativas de organização e distribuição da energia, ou, enfim diretamente, através de pequenas empresas concessionárias.

O Governo do Estado está priorizando ações referentes a alternativa da linha de transmissão Imperatriz - Porto Franco e à implementação de pequenas hidroelétricas, por serem exequíveis a curto prazo. Para o caso das pequenas hidroelétricas vem sendo inventariado o potencial de aproveitamento de cursos de água.

Quanto à primeira alternativa, depende de decisões de alçada do Governo Federal, através da Eletronorte.

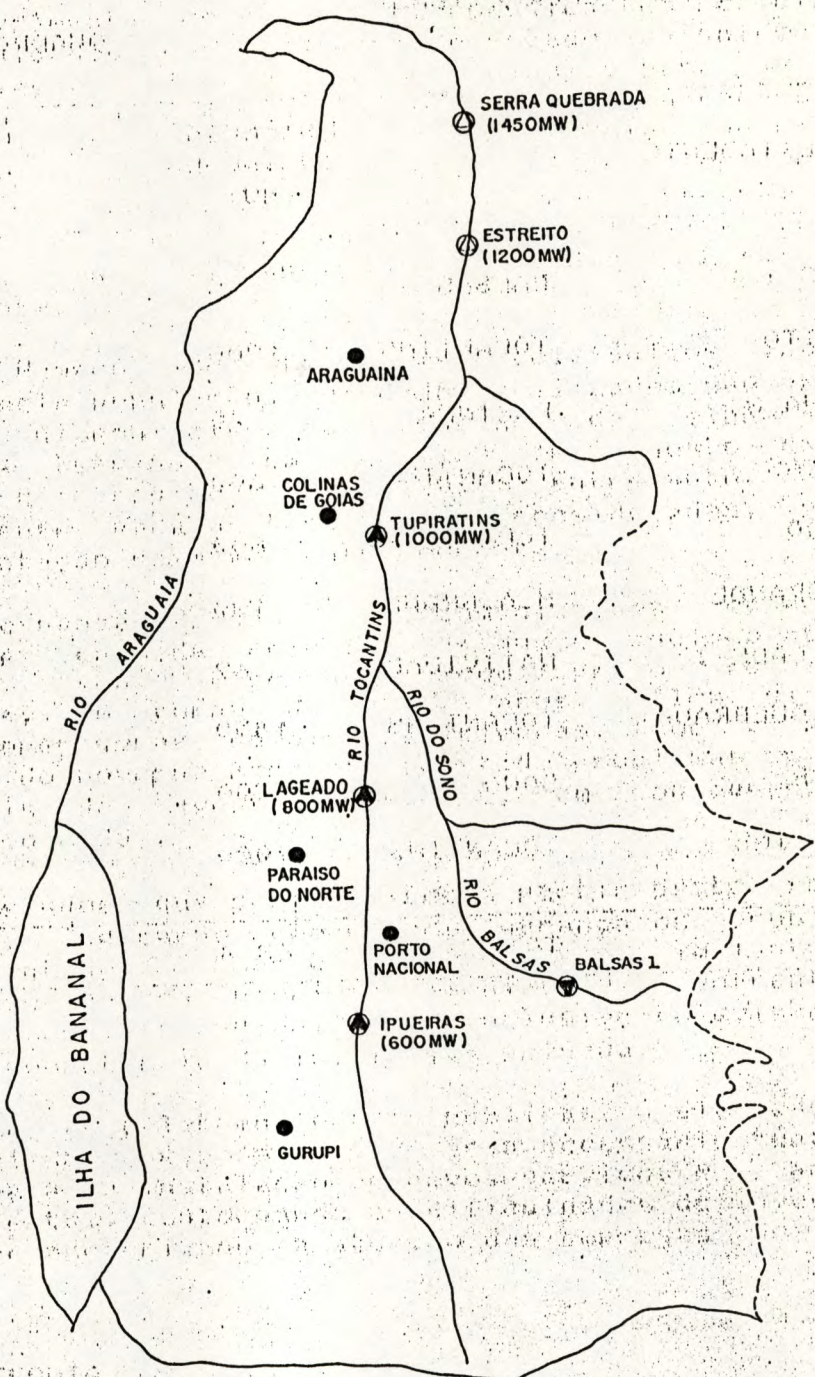
Sobre o uso da biomassa, ela poderá se viabilizar também como alternativa, uma vez que já se dispõe da tecnologia da gaseificação e geração de energia em turbinas aeroderivadas, em ciclo combinado. Entretanto esta rota, de grande alcance social imediato, face à existência de reserva extrativista de babaçu (cuja casca do côco detém alto poder calorífico e também apresenta alto rendimento e economicidade) está ainda em fase de experimentação em usinas piloto.

- Deve-se, enfim, considerar que a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins foi privatizada em 1989, questão que merece acompanhamento e análise com vistas à sua integração nos parâmetros do Plano Estratégico.

### 3.3 - Telecomunicações

O Tocantins é o único Estado brasileiro a não contar com uma empresa do sistema Telebrás. A telefonia no Estado continua, na maior parte de seu território, sendo operada pela Telegoiás e o restante pela Telebrasil.

# ESTADO DO TOCANTINS



APROVEITAMENTOS INVENTARIADOS MÉDIO TOCANTINS

Além dos aspectos políticos e econômicos que decorrem dessa situação anômala, é de se considerar que a dinamicidade do setor, a velocidade com que acontece a inovação tecnológica, exige decisões contínuas que escapam a esfera, ou à autonomia do Estado.

Resulta que, como consequência deste conjunto de fatores, são precárias as condições da telefonia do Estado, tanto qualitativa como quantitativamente, embora tendendo a se atenuar face aos atuais investimentos da Telegoiás.

A criação da Teletins significaria a possibilidade maior de superação dessas carências, o que é essencial para a dinamização de todos os processos econômicos e sociais a serem implementados.

### 3.4 - Ocupação Espacial

Como foi visto no item 1.1 a ocupação demográfica do Estado do Tocantins é extremamente rarefeita, da ordem de apenas 3,3 hab./Km<sup>2</sup>, população que ainda é 46% rural. A densidade populacional, portanto é muito inferior à do país, que é da ordem de 19, ou de algumas regiões, como Nordeste - 22,57, o Sudeste 56,31 e do Sul 33,86. Na Região Norte o índice é inferior ao do Tocantins, em função do grande vazio amazônico: apenas 1,65; no Centro-Oeste, porém, a taxa alcança 4,01 hab/km<sup>2</sup>.

As cidades se distribuem de forma razoavelmente homogênea no estado: pequenas cidades cuja população em geral está abaixo de 10 mil habitantes. Menos de uma dezena delas, se situam em faixas superiores ocupando funções de polos regionais. É o caso de Araguaína, Gurupi, Paraíso, Porto Nacional, Miracema, Dianópolis, e a própria cidade de Palmas, capital. Convém assinalar que a cidade de Palmas, já está ameaçada de transformar-se numa cidade inchada, com crescimento incontrolável de suas periferias.

O exposto permite dizer que a ocupação espacial do Estado ainda pode ser dirigida, organizada. Esta organização é necessária, pois, o fato de constituir-se o Tocantins num dos últimos vazios a serem ocupados - afora a Amazonia - necessariamente pode determinar o aumento dos fluxos migratórios que podem acontecer desordenadamente, deteriorando e comprometendo o meio ambiente, os eco-sistemas e a qualidade de vida.

Se acontecerem desordenadamente, além dos problemas sociais que decorrerão, haverá graves ameaças ao meio ambiente e a ecologia, e se poderia instalar no coração do Brasil um novo processo de destruição e degradação ambiental, como ocorreu em Rondonia.

De modo geral a agressão ao meio-ambiente no Estado do Tocantins ainda é bastante limitada, até mesmo em razão de sua baixa taxa de ocupação demográfica. O Tocantins é marcado por uma grande bio-diversidade, sobre a qual ainda não se dispõe de inteiro conhecimento, mas que, como todo ecossistema é altamente vulnerável à exploração predatória. Como na questão da ocupação demográfica, apresenta-se a oportunidade de não se ter ainda cristalizado uma situação degradada, num clima em que as questões ecológicas assumem importância mundial. O Estado, antecipando-se, já institucionalizou algumas ações na área de preservação ambiental, através da Naturatins, cuja ação deve ser ampliada.

Enfim, o instrumento por excelência para promover a harmonização entre o adequado uso espacial e a preservação ambiental - o Zoneamento Econômico-Ecológico - já se encontra em fase de inicial de implementação dotando o Estado em breve de um instrumento fundamental, capaz de imprimir um curso racional ao processo de sua ocupação.

### 3.5 - Tecnologia e Recursos Humanos

O estágio tecnológico com que se desenvolvem as principais atividades econômicas no Estado do Tocantins é, em geral, precário.

A pecuária é extensiva, com pouca inovação no que diz respeito à formação e manejo de pastagens, à melhoria das raças, bem como ao aproveitamento do produto, quer para derivados do leite, quer da carne, que é, em geral exportada "in natura".

Não existem praticamente tecnologias modernas sendo usadas para a exploração de pequenos animais, quer os tradicionais animais domésticos elevados a nível industrial, quer de animais silvestres que possam a ser criados em cativeiro.

No que se refere à agricultura, 70% da produção de grãos ainda é feita de forma tradicional, sem grande preocupação com a melhoria das sementes, ou do manejo da terra, irrigação, preparação do solos, especialmente com o aproveitamento dos cerrados. Assim essas atividades acontecem também de forma extensiva, localizando-se preferencialmente nas áreas que oferecem um máximo de condições naturais favoráveis.

A par da pouca produtividade, tal estágio pré-tecnológico pode rapidamente evoluir, com o esforço de aumento da ocupação e da produção, para processos de deterioração do meio ambiente e de destruição da ecologia regional.

A mesma ameaça pode vir a acontecer caso as atividades extrativas, vegetais ou minerais, não vierem acompanhadas, igualmente, da introdução de tecnologias adequadas que harmonizem a exploração econômica com o respeito à natureza.

O próprio turismo poderá se transformar em atividade predatória, ao invés de essencialmente ecológica, se não se adotarem as políticas e os processos tecnológicos adequados.

Há, em consequência, necessidade de um vasto programa de inovação e difusão tecnológica no Estado. Este esforço deverá fundamentar-se em duas preocupações:

- A adequação dos processos tecnológicos às características e potencialidades do Estado - tecnologias apropriadas ao manejo do cerrado, por exemplo.

- A alta produtividade, com respeito ao meio ambiente, ou seja, a promoção do desenvolvimento sustentado.

As unidades descentralizadas da UNITINS, propõem-se a ser os instrumentos para esta nova fase de introdução de novas tecnologias no Estado, faltando no momento recursos adequados ao enfrentamento desse desafio.

Neste, contexto, e considerando-se os altíssimos níveis de analfabetismo do Estado, que chega em algumas regiões a índices superiores a 70%, o esforço de inovação tecnológica deve fazer-se acompanhar de programas intensivos de formação e preparação de recursos humanos, em todos os níveis e modalidades, como pressuposto de viabilidade da inovação pretendida.

### 3.6 - Organização do Estado

A organização do Estado do Tocantins é tradicional, apresentando distorções e carencias frente à tarefa de implementar e articular um processo de desenvolvimento estratégico, como o proposto.

Constituem característica desse estágio:

1- A centralização, que tende a tornar a ação do governo morosa e pouco adequada às ações transformadoras necessárias, tendendo para a burocratização dos processos, o clientelismo e o paternalismo.

2- A fraca profissionalização, em geral, dos recursos humanos do setor público, quer a nível do governo estadual, quer na gestão municipal.

3- A carência de instrumentos adequados de resposta às demandas do desenvolvimento, de que serve como exemplo, no caso, a inexistência de qualquer mecanismo financeiro autônomo que permita ao Estado dispor de instrumentos adequados à sua realidade para promover o desenvolvimento.

Assim há necessidade de um programa de modernização do Estado, cujas características básicas permitam:

1- a descentralização da estrutura e das ações governamentais, e o fortalecimento das estruturas descentralizadas, incluindo os municípios, de modo que se dê uma nova eficácia a ação pública.

2- o preparo de Recursos Humanos, com vistas à sua profissionalização e melhoria de desempenho.

3- a criação de mecanismos e instrumentos que permitam maior eficiência à ação do Estado, tais como a disponibilidade de um sistema financeiro autônomo e de um sistema de planejamento adequadamente instrumentado para a organização racionalizada da ação do Estado e da Sociedade.

### 3.7 - As demandas sociais

O conceito de desenvolvimento social deve ser entendido como consequência e objetivo de toda ação transformadora, mas simultaneamente também como seu pressuposto.

Isto quer dizer que, de um lado, o bem estar da população, sua qualidade de vida, deve orientar o esforço de desenvolvimento em geral, mas de outro lado, se não houver recursos humanos - sociedade minimamente desenvolvida - para dirigir aquele esforço, não se irá a lugar nenhum.

Quer para responder a este requisito, quer pelo bem estar em si mesmo, as condições de desenvolvimento social do Tocantins são precaríssimas.

#### 3.7.1-Educação

A situação é precária. Como se disse, existem regiões do Estado onde o analfabetismo atinge 70% da população. A tabela seguinte mostra a situação do ensino fundamental.

Tabela 1 - Situação da educação

população na faixa etária (7 a 14 anos)	248.445
matriculas no 1º grau	163.282
índice de repetência	15,11 %
conclusões no 1º grau (1992)	4.787
nº de salas de aula	4.489
nº de professores habilitados	4.376

-A situação do ensino de 2º grau sofre de iguais carências.

Tabela 2

nr de estabelecimentos existentes	163
nr de alunos	14.616
nr de conclusões (1992)	846

-O ensino superior é incipiente e mantido apenas pela UNITINS - Universidade do Estado de Tocantins, através de Campus descentralizados em Arraias, Gurupi, Porto Nacional, Miracema, Araguaína, Paraíso, Colinas, além de Palmas.

Algumas questões devem ser consideradas prioritárias:

1-a capacidade do Estado de manter o sistema, de ensino superior na medida do crescimento do próprio sistema, das demandas da população e do desenvolvimento do Estado.

2-a formação e a valorização dos professores.

3-o equipamento para desenvolvimento de programas de pesquisa, extensão e tecnologia.

### 3.7.2-Saúde e saneamento

Precária é igualmente a situação da Saúde no Estado, como revela o índice de mortalidade infantil, de 10,2 % contra 3,9 % de média brasileira:

A infra-estrutura hospitalar, igualmente é insuficiente.

Tabela nr 3 - Condições hospitalares

	público	privados
nr de hospitais	152	55
nr de leitos	1.700	1.625

Os indicadores de saneamento revelam a quase total ausência de programas neste setor. Apenas 40 % da população das áreas urbanas tem serviços de água tratada.

### 3.7.3-Moradia

As condições de moradia, sobretudo nas zonas rurais, revelam o estado geral de pobreza do Estado. Os sistemas de construção obedecem a padrões tradicionais, em geral com paredes de barro e telhados de palha, sistemas propícios ao desenvolvimento de vetores de doenças, como o barbeiro, muito comum no Estado.

Nas cidades existe a ameaça contínua de crescimento das periferias, iniciando-se à medida do crescimento urbano o processo de favelização. Esta questão vem se tornando aguda, especialmente em Palmas - a capital do Estado.

As necessidades de programas específicos, atingem, portanto, as áreas rurais e urbanas.

### 3.7.4-Trabalho

As condições de trabalho, são as tradicionais. No entanto, à medida em que as áreas agrícolas sofrem o impacto, senão da modernização, que é lenta, mas da própria consciência dos direitos sociais, se inviabilizam essas formas, e começam a crescer os fluxos migratórios para as cidades.

Se a esses fluxos, vier a se somar um novo processo de ocorrência de fluxos migratorios não qualificados, como aconteceu, por exemplo em Palmas, o problema, que é grave, poderá se tornar calamitoso.

Em algumas regiões do Estado, especialmente do Bico do Papagaio, a situação de disputa de terras tem produzido conflitos, que podem agravar-se, bem como em outras áreas do Estado, caso não existam políticas atentas a evolução do processo.

Por sobre todas estas, a questão principal a ser considerada diz respeito à qualificação para o trabalho, da população nas áreas rurais e urbanas. Este é um pressuposto de viabilidade da transformação almejada.

### 3.7.5-Lazer e cultura

Neste contexto, as condições de lazer e cultura no Tocantins tem também características tradicionais.

O Estado possui um patrimonio cultural rico, a ser identificado, abrangendo desde as condições de sua ocupação e história ate os processos de miscigenação, que já se iniciaram no século XVI e XVII.

As condições naturais, propícias ao lazer - praias dos rios, pesca, e outras, - são exploradas quase que apenas artesanalmente, aguardando-se sua modernização, que poderá acontecer com o incremento do turismo e de circuitos culturais a serem promovidos.

#### 4 - CONCLUSÃO

É neste contexto que se conjugam alguns condicionantes que atuam como ameaças e oportunidades do Estado:

Existem condições objetivas de ordenar o processo na medida em que se pode dizer que no Tocantins se apresenta a peculiaridade histórica da figura do Estado preceder à ocupação do território;

A população atual do Estado do Tocantins apresenta-se constituída por um segmento majoritário de baixo nível sócio econômico-cultural e nessa condição seria fatalmente conduzida ao deslocamento para uma posição inferior, pelos imigrantes de melhor qualificação;

A ocorrência da ocupação, na escala e velocidade presumidas, tende, se desordenada, a desestruturar o Estado enquanto unidade econômica integrada, eventualmente levando ao desenvolvimento de áreas polarizadas por centros de influência fora do Estado, desagregando-o econômica e socialmente;

A realização das potencialidades do Tocantins toma, pelas razões expostas, dimensões de interesse estratégico para o país, tendo em conta o objetivo maior da reestruturação da economia nacional com vistas à nova inserção na economia mundial;

Simultaneamente é de se considerar que a plena realização do Plano integrará as regiões Norte e Nordeste, articulando-as com as economias do Centro Sul e, em especial com o Tocantins. Esta articulação, fazendo a economia do Centro-Sul e do Centro-Oeste fluir por esta nova rota pode vir a ser fator determinante do início de um processo de minoração das desigualdades regionais brasileiras.

A realização das potencialidades do Tocantins, neste contexto estratégico, corresponde também ao interesse internacional, embora ainda não totalmente explicitado, por ajustar-se ao novo padrão de divisão internacional do trabalho que se está delineando na economia mundial.

#### 5 - ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Considerando-se o diagnóstico estratégico e condicionantes derivam-se as orientações estratégicas indispensáveis à condução do processo de desenvolvimento do Estado do Tocantins. São elas:

1- A ordenação do processo de ocupação de modo a garantir a integração das regiões do Estado, forçando a orientação do desenho da infra-estrutura básica nesse sentido, e não apenas no de instrumentalizar os corredores de exportação;

2- O aumento do nível sócio-econômico-cultural da população dos extratos inferiores, para garantir uma melhor inserção no processo de ocupação acelerada que deverá ocorrer, bem como o aumento, de modo geral, do nível de qualificação dos recursos humanos locais. Tal política, inserida no contexto de desenvolvimento agropecuário do estado, atuará como fator de fixação do homem no campo, evitando o inchaço das cidades, e produzindo novos níveis de qualidade de vida nas áreas rurais.

3- O fortalecimento dos centros urbanos de maior expressão hoje existentes e a aceleração do desenvolvimento daqueles polarizadores de regiões potencialmente dinâmicas;

4- A organização o acesso e a difusão do acervo de tecnologias que combinem a produtividade e a preservação do meio ambiente;

5- A inserção do processo de ocupação num contexto de preservação ambiental, de maneira a garantir condições para o desenvolvimento sustentado;

6- A estruturação dos sistemas de transportes segundo as opções mais aptas a assegurar a economicidade do escoamento da produção (e mesmo de modo a introduzir novas vantagens comparativas), conjugando adequadamente rodovias-hidroviárias e ferrovias.

7- O fortalecimento do aparato institucional-técnico-administrativo do Estado do Tocantins, de modo a credenciá-lo como ator relevante do planejamento da realização acelerada de suas próprias potencialidades, em lugar de se colocar passivamente como objeto de um planejamento feito de fora, ou simplesmente da inexistência de qualquer planejamento;

8- A mobilização a nível nacional e internacional, dos agentes econômicos e financeiros no sentido da realização das potencialidades do Tocantins;

É nesta conjuntura histórica em que o Brasil busca novos caminhos de desenvolvimento, que o Tocantins, no coração do Brasil, enquanto equaciona seus próprios caminhos, clama por um projeto nacional onde possam suas potencialidades ser inseridas e contribuir para construção desta nova etapa de desenvolvimento nacional.

## RESUMO DO DIAGNOSTICO ESTRATEGICO

O P O R T U N I D A D E S	C A R E N C I A S
<p><u>Potencialidade agricolas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 60% dos solos agricultaveis ou 15 milhoes de ha.</li> <li>- Predominancia dos cerrados.</li> <li>- Calcario em adundancia.</li> <li>- Relativa disponibilidade de tecnologias.</li> <li>- Abundancia de recursos hidricos.</li> <li>- Disponibilidades de terras, gracias a ocupacao rarefeita.</li> </ul>	<p><u>O sistema de Transporte</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Precario, isolado o Estado - via de passagem apenas.</li> <li>- Paralizacao de abras (ferrovia norte-sul) e abandono do transporte fluvial.</li> <li>- Falta de sistema de interligacao das regioes do Estado.</li> <li>- Falta de estradas vicinais para escoamento da producao.</li> </ul>
<p><u>Potencialidade minerais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Grandes jazidas de calcario.</li> <li>- Disponibilidade de minerais nobres: ouro, etc.</li> <li>- Ilha do bananal.</li> <li>- Serra Geral - arenitos, figuras e esculpias, ect.</li> <li>- Parques e reservas ambientais e indigenas.</li> <li>- Articulaao com os eco-sistemas da Amazonia, do Nordeste e do Pantanal.</li> </ul>	<p><u>O sistema de Telecomunicacoes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de autonomia estadual.</li> </ul>
<p><u>Outras potencialidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos hidricos em abundancia.</li> <li>- Integracao do transporte fluvial com transporte rodoviario e ferroviario.</li> <li>- Posicao estrategica do estado para articulacao nacional.</li> <li>- Precedencia do Estado sobre a ocupacao do territorio.</li> <li>- Zoneamento Economico ecologico programado.</li> </ul>	<p><u>A ocupacao Espacial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de planejamento da ocupacao.</li> <li>- Fluxos migratorios desordenados (ameaca).</li> <li>- Predominancia do latifundio improdutivo.</li> </ul>
<p><u>Recursos humanos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existencia da UNITINS.</li> <li>- Disponibilidade de mao de obra a ser treinada e integrada.</li> </ul>	<p><u>Tecnologia e Recursos Humanos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiencia da UNITINS</li> <li>- Ausencia de outros centros ou mecanismos de formacao de recursos humanos e producao tecnologica.</li> </ul>
	<p><u>Demandas Sociais Insatisfeitas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Educacao - sistemas absolutamente carentes.</li> <li>- altos indices de analfabetismo.</li> <li>- Saude e saneamento - precarios, saneamento agua e esgoto quase inexistentes.</li> <li>- Moradia - precarias nas areas rurais e periferias urbanas.</li> <li>- Trabalho - falta de oportunidades - marginalizacao</li> <li style="padding-left: 40px;">falta de preparo da mao de obra.</li> </ul>
	<p><u>Organizacao do Estado</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizacao centralizada.</li> <li>- Deficiencia de recursos humanos.</li> <li>- Inexistencia de sistema financeiro estadual.</li> <li>- Falta de incentivos financeiros outros para atrair investimentos.</li> </ul>

## PARTE III

---

### CENARIOS PROJETADOS

---

#### 1 - Introdução

No contexto dos cenários nacionais e internacionais e consideradas suas características, a realidade atual e suas potencialidades, que cenários podem ser antecipados para o Tocantins, no horizonte do ano 2.010 ?

Das discussões com os órgãos governamentais e a sociedade civil para a elaboração do "Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins" realizada ao longo dos "forums" específicos, cabem algumas conclusões, devendo-se frisar inicialmente:

a) O êxito dos "forums" demonstrou o acerto do caminho escolhido para se atingir o objetivo principal de instituir o Plano Estratégico em patrimônio da sociedade e não do governo do Tocantins. O processo de planejamento adotado é expressão do aprofundamento do regime democrático em que queremos viver e, pela representatividade e pelo nível das discussões, legítima as aspirações da sociedade, num contexto lógico, revestindo-se, portanto, as proposições de um lado da força política emanada da vontade popular, e, de outro, da ordenação técnica dessas aspirações com vistas aos objetivos desejados.

b) O equacionamento e a solução dos problemas do Tocantins, visualizados através da concepção de cenários futuros do Estado e do país, diz respeito não só ao desenvolvimento do Estado, como à integração das regiões Norte-Nordeste ao Centro-Sul-Sudeste, sendo componente necessário de um projeto para o Brasil, capaz de contribuir para a retomada do crescimento brasileiro, para a diminuição das desigualdades regionais e para o atendimento das aspirações mais profundas do conjunto da sociedade brasileira.

c) As aspirações da sociedade sobre um padrão ou modelo de desenvolvimento desejado, manifestadas nos sucessivos "forums" de discussão promovidos, dizem respeito à criação de um Estado do Tocantins moderno, no qual ao crescimento econômico corresponda uma elevação do grau de justiça social, a minimização dos impactos ambientais, sendo a agregação do conhecimento e de tecnologias adequadas no aproveitamento das potencialidades do Estado, a principal ferramenta de promoção e integração social e do próprio processo de desenvolvimento desejado.

Da análise do conjunto desses fatores e da forma de como tratá-los surgem as propostas iniciais sobre os possíveis cenários futuros, que possam ser pensados no contexto do desenvolvimento do Estado. Estes cenários não podem ser simplesmente materiais. Eles envolvem aspectos éticos, sociólogos e psicólogos, numa visão integrada - holística do que se deve entender por progresso ou desenvolvimento das organizações humanas.

Esses aspectos não podem ser esquecidos no planejamento estratégico, isto é na visão dos caminhos e dos objetivos a serem alcançados.

### 1.1 - Objetivo síntese do Plano estratégico

Faça as considerações e análises efetuadas do ponto de vista técnico e as aspirações expressas nos Fóruns regionais, bem como às contribuições do Fórum Nacional de Palmas, e de outros eventos participativos praticados durante o processo, pode-se concluir que o objetivo capaz de sintetizar o perfil da sociedade desejada para o Tocantins, no horizonte dos próximos 20 anos, pode ser expresso da seguinte forma:

- Uma sociedade equilibrada, participativa e progressista

- Um modelo de organização social desconcentrado e regionalizado, que viabilize o equilíbrio inter-regional, a maior participação dos segmentos sociais e das pessoas, nos processos e que impulse, através desta participação, o desenvolvimento.

- Um governo centrado no desenvolvimento de suas funções básicas e capaz (instrumentado) de liderar (incentivar) a sociedade no rumo de seus objetivos, bem como de conduzir a negociação interna e externa sobre o rumo e as formas de seu desenvolvimento.

Estes objetivos conformarão o cenário ético para o Tocantins do ano 2.010.

### 1.2 - Cenário ético

#### 1.2.1 - A natureza e o modelo da sociedade a ser construída.

- Em relação à sociedade **equilibrada** que se deseja construir, o objetivo é a eliminação das diferenças extremas existentes entre as regiões do Estado e os segmentos sociais, de modo que já não haja lugar para a miséria, e se tenha garantido a todos o mínimo de condições para o auto - desenvolvimento e a participação nos processos sociais.

- Em relação à sociedade **participativa**, o que se quer é que a participação não seja promovida como dádiva do governo, ou de indivíduos, mas como direito essencial da cidadania que permita a cada um ser autor do próprio processo de crescimento e do crescimento da sociedade. Esta é a condição da liberdade e da dignidade humana, que deve ser reconhecida e praticada.

- Em relação à sociedade **progressista**, o que se deseja é promover o progresso não como um fim em si mesmo, ou não em função do Estado, do Governo, ou de grupos de qualquer espécie. Deseja-se o progresso que se reverte em bem comum para as pessoas e melhores níveis de qualidade de vida. Assim a sociedade progressista, que se quer é uma sociedade de bem estar, de respeito à natureza e a pessoa humana; e não que busque o progresso a qualquer preço, ou seja, a um preço que poderia torná-lo ilusório e frustrante.

O modelo de sociedade coerente com esta forma de ser, ou natureza, deverá ter as seguintes características:

- a **desconcentração**, pois que o equilíbrio, a participação e o progresso, assim concebidos, não são viáveis numa sociedade de bens restritos a uma pequena parcela. A concentração exclui as pessoas em razão diretamente proporcional. A exclusão produz a injustiça e desequilibra o progresso.

A organização desconcentrada da sociedade, torna-se assim condição de ampliação do acesso, para o maior número, aos bens produzidos e, portanto, da participação, da justiça e do desenvolvimento humano.

- a **regionalização** constitui colorário da desconcentração.

Só com o reconhecimento das realidades regionais e o fortalecimento de seus instrumentos de auto-gestão, e de promoção do seu próprio desenvolvimento se conseguirá efetiva desconcentração.

A regionalização implica em fortalecimento das regiões de modo que diminua seu nível de dependência do poder central. Fortalecidas, as regiões se transformam em centros (desconcentrar = multiplicar os centros e não apenas descentralizar = transferir funções) capazes de participar da promoção de seu próprio desenvolvimento, gerando forças endógenas, auto-sustentadas.

### 1.2.2 - As Funções do Governo e sua priorização na nova sociedade

- O princípio geral referente às funções do governo neste cenário, coerentemente com sua concepção, deve levar à conclusão que não é função do governo fazer aquilo que a sociedade pode fazer. Este princípio não constitui apenas um princípio de valor, por causa da prevalência da pessoa sobre o Estado, mas também uma diretriz pragmática em função da pouca eficiência do Estado, especialmente quando interfere no que a sociedade sabe e tem condições de fazer.

- Face a este princípio e a esta diretriz, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins, propõe como funções prioritárias de Governo:

- **O Planejamento Estratégico** e de gestão do processo de desenvolvimento da sociedade, de forma participativa e supra-partidária;

- **O oferecimento à população das condições e dos instrumentos mínimos** necessários à sua participação no processo de desenvolvimento da sociedade e do homem tocantinenses, através da garantia de acesso à:

educação,

saúde,

habitação e trabalho, entre outros direitos sociais, direitos a serem garantidos num contexto de preservação do meio ambiente, manutenção da qualidade de vida e o bem estar geral e individual da população.

Cabe ainda, ao Estado, o **oferecimento à sociedade Tocantinense da Infra-Estrutura necessária** ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais, no caso específico o acesso a sistemas adequados de:

. energia

. transportes

. comunicações

Enfim, emergencialmente se torna prioritária a **atuação do governo sobre setores carentes** da população, diminuindo as desigualdades regionais e sociais, de modo que a ação do Governo atue como fator decisivo na eliminação dessas carências e no fortalecimento das condições de participação da população no processo de desenvolvimento e seus resultados.

Esta a sociedade que os Tocantinenses querem construir no horizonte do ano 2.010, e que o Plano Estratégico de Desenvolvimento se propõe instrumentalizar. Por isto o Plano Estratégico, não é o Plano deste ou daquele governo, mas o desafio de uma geração.

## 2 - Os Cenários Projetados

Os cenários éticos, constituem aspirações e respondem a valores que a sociedade deseja desenvolver. No entanto, esses valores só se viabilizam na medida em que forem adotadas as opções estratégicas capazes de construir cenários reais compatíveis, adequados àquelas aspirações, ou seja, coerentes com os cenários éticos.

Nesta linha de projeção de cenários, passam a ser consideradas algumas hipóteses cujas realização ou não afastam ou aproximam do cenário desejado.

- Hipótese 1 - Cenário de estratificação da Situação de Inércia Degenerativa.
- Hipótese 2 - Cenário de inserção do Tocantins num processo voltado a conquista dos mercados externos via competição em produtos industriais e de ponta em geral, ou de Reestruturação Conservadora.
- Hipótese 3 - Cenário de inserção do Tocantins numa tendência internacional de redivisão do trabalho, com forte priorização de políticas agro-pecuárias voltadas à produção de alimentos nas áreas periféricas, ou de Reestruturação Social Produtiva.

### 2.1 - Cenário nº 1: Estratificação da Situação de Inércia Degenerativa

Das hipóteses referidas, a primeira levará à estratificação do modelo tradicional de organização social e econômica do Tocantins. Na verdade, a hipótese foi amplamente rejeitada pelos segmentos participativos do processo de elaboração do Plano Estratégico, como politicamente insustentável no longo prazo, prevendo-se sua superação, de uma forma ou de outra.

Estratificar a situação atual significaria aprofundar o isolamento do Estado, manter a estagnação e aprofundar as desigualdades e a pobreza da população.

Desta forma em relação ao Tocantins, esta estagnação privaria o país da contribuição de uma área com enormes potencialidades para o desenvolvimento nacional, e o país de seus melhores sonhos, acreditando-se que a consciência nacional não ficaria inerte diante dessa ameaça.

2.2 - Cenário nº 2: Inserção do Tocantins num processo voltado a competição internacional via setores de ponta em geral, ou tentativa de Reestruturação Conservadora.

Esta é uma hipótese que pode ocorrer independentemente da vontade, ou das opções do Estado do Tocantins face à prevalência das teorias que vêem a indústria como a única forma de inserção competitiva internacional.

A aplicabilidade absoluta dessa teoria nos países não desenvolvidos, defronta-se, antes de mais nada, com a atual indisponibilidade de capitais e tecnologias necessárias ao desenvolvimento de processos industriais e de serviços em níveis modernos e competitivos, a não ser em segmentos limitados da economia.

No caso brasileiro, a situação seria agravada ainda pela improdutividade da mão-de-obra, não preparada para processos competitivos, considerando-se que um projeto de suprir o mercado de trabalho de quadros qualitativa e quantitativamente preparados para esses processos, demandaria bem mais de uma década para produzir resultados.

Nessas condições, dificilmente o país e o Tocantins encontrariam caminhos para construir seu desenvolvimento e ocupar os espaços necessários a sua integração no concerto internacional.

Especificamente para o Estado do Tocantins as consequências da prevalência desta hipótese seriam extremamente graves. Não teria consistência imaginar que neste horizonte o Tocantins pudesse implementar seus próprios processos competitivos em níveis capazes de contribuir ao esforço nacional de competir num espaço nacional e internacional ocupado pelos que detem as tecnologias de ponta. Na verdade, esta hipótese colocaria o Tocantins em estado de absoluta inferioridade, pois a estratégia confrontaria com o aproveitamento de seus recursos naturais e com seu estágio atual de desenvolvimento. O Estado, mais ainda que o país, seria eliminado do processo competitivo e suas chances de desenvolvimento, por este caminho, reduzidas a um equívoco, como desdobrado no quadro a seguir.

Esta hipótese, se concretizada, relegaria as principais potencialidades do estado e do país - a produção de alimento e as atividades agro-pecuárias - a um plano secundário, perpetuando a situação existente de atraso e pobreza. Assim o cenário decorrente, por falta de sustentação técnica e econômica acabaria por gerar situações semelhantes as previstas para o cenário decorrente da primeira hipótese, desclassificando-se da mesma forma.

**2.3 - Cenário nº 3: Inserção do Tocantins numa tendência internacional de redivisão do trabalho, com forte priorização de políticas agropecuárias voltadas a produção de alimentos - Reestruturação Social Produtiva.**

A tendência mundial a uma nova divisão do trabalho, onde se abrem espaços ao desenvolvimento das potencialidades naturais de áreas periféricas do mundo, constitui fator determinante no desenvolvimento desta hipótese. A alternativa brasileira e do Tocantins de desenvolver o setor agropecuário, como prioridade, decorre inicialmente de dois fatores:

-O primeiro, ligado as potencialidades naturais do país, já definidas e identificadas, ou em fase de identificação e nas quais o Tocantins se situa em lugar de destaque. Assim, o aproveitamento dos cerrados que cobrem 90 % do Estado, as enormes potencialidades das áreas irrigáveis, a própria tradição do Estado, são fatores determinantes para fazer deste o Cenário Normativo do Plano.

-O segundo, ligado a demanda universal por alimentos e produtos primários em geral, com ameaça crescente de esgotamento nas áreas já industrializadas. Este fator, abre caminho natural para uma estratégia nacional de produção de alimentos inclusive por permitir com certa facilidade a geração ou a atração de capitais e tecnologias externas. Enfim é de se considerar que já existe razoável estoque de tecnologias disponíveis, os quais com maior rapidez e facilidade poderiam ser difundidas.

A tese que subjaz nesta hipótese é que se as atividades agro-pecuárias extrativas e turísticas forem desenvolvidas em padrões modernos, elas se tornam tão competitivas e geradoras de riqueza quanto qualquer outra atividade. Nesta percepção deve se considerar, no caso brasileiro e do Tocantins, a disponibilidade de condições naturais favoráveis; deve-se considerar a relativa facilidade de acesso a tecnologias existentes ou ao desenvolvimento próprio de novas tecnologias ou, ainda, a relativa facilidade de difusão dessas tecnologias combinada com uma rápida e maior facilidade de preparação de mão-de-obra; deve-se considerar, enfim, a rapidez com que o desenvolvimento do setor produz resultados em termos de produto e de remuneração do capital e em consequência dá suporte para um processo de desenvolvimento sustentado com o correspondente aumento do bem estar social. Isto considerado, o desenvolvimento desta hipótese e sua viabilidade, depende basicamente de uma decisão política e de um projeto que leve o país, e o Estado do Tocantins, com rapidez e segurança, a integrar-se no contexto da economia mundial de forma competitiva, eficaz e bem aceita.

O Cenário em que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado do Tocantins se insere no plano nacional, é o da Reestruturação Social Produtiva, no qual resgatam-se para o processo produtivo as regiões e as camadas populacionais marginalizadas, através de uma estratégia que respondendo às exigências mundiais, permitirá ao país sua nova inserção internacional, dentro de um novo equilíbrio econômico-social interno.

NESTE CENÁRIO A PARTICIPAÇÃO DO TOCANTINS NO ESFORÇO DE RECUPERAÇÃO DO EQUILÍBRIO DINÂMICO DA ECONOMIA NACIONAL ASSUME RELEVÂNCIA, ATRAVÉS DA PRIORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A DINAMIZAÇÃO DO "AGRIBUSSINESS" E DO USO SOCIAL DA TERRA, OBJETIVADAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS, COM ELEVAÇÃO DE RENDA E INSERÇÃO INTERNACIONAL - TANTO PELA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS QUANTO PELA ATRAÇÃO DE CAPITAIS PELA ESPANSÃO DO MERCADO INTERNO - TUDO ISSO NUM AMBIENTE DE DESCONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

## HIPOTESE Nº 1 - CENARIO TENDENCIAL - ESTRATIFICACAO DA INERCIA DEGENERATIVA

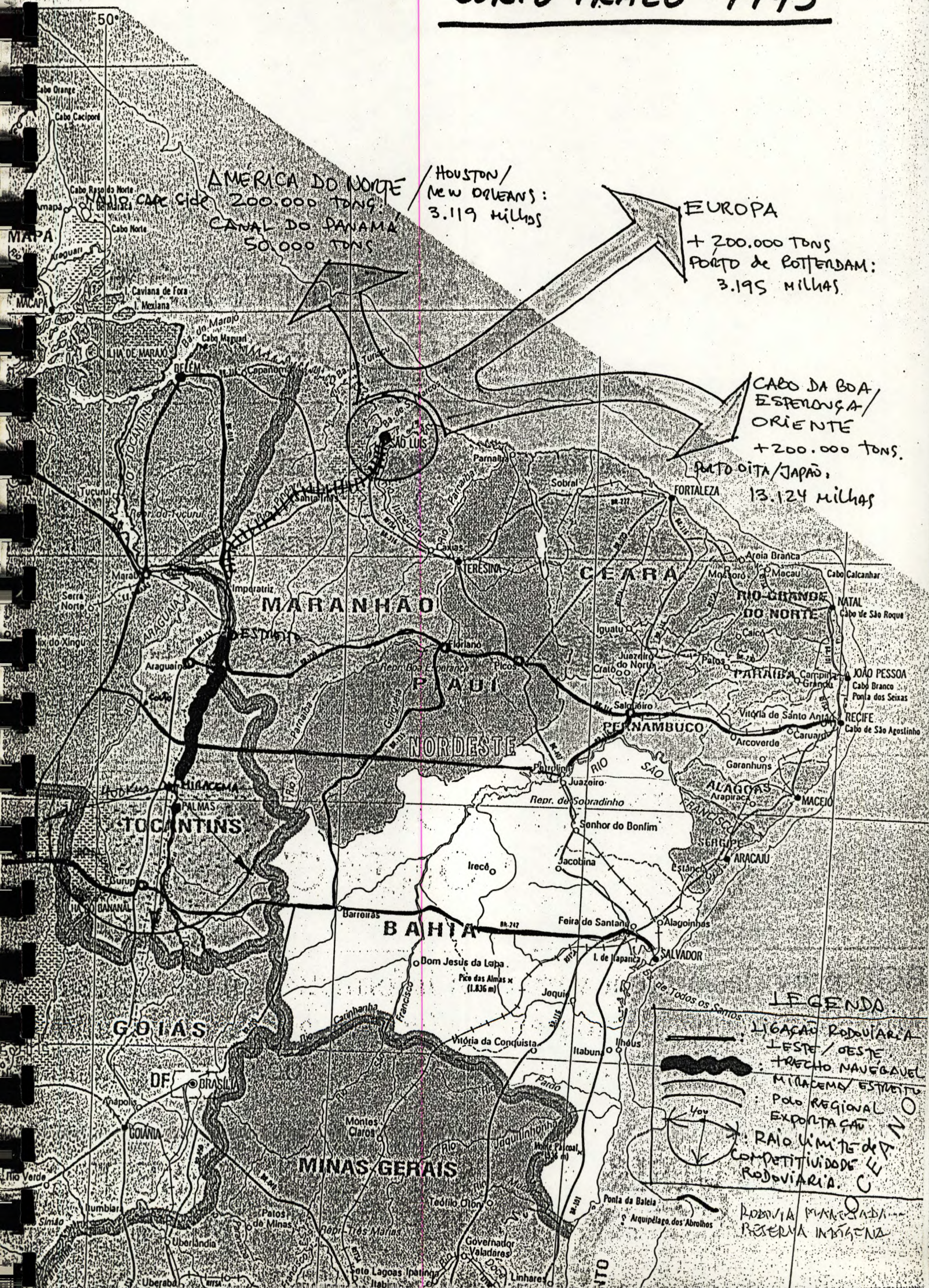
indicadores considerados	condicionantes nacionais e internacionais	cenario do Tocantins 2.010
1) Zonamento Economico Ocupacao Fundiaria	O esgotamento de areas produtivas no mundo podera gerar pressoes de toda a especie tendendo a afugentar a populacao nativa e concentrar a ocupacao nas maos de grandes grupos nacionais e/ou internacionais. A especulacao imobiliaria prevalecera sobre a producao.	A concentracao fundiaria tendera a gerar conflitos e a intensificar o exodo rural, determinando o inchaco das cidades e tornando agudos os problemas urbanos. Baixa densidade populacional, inviabilizando o acesso a servicos de infra-estrutura.
2) Producao de Alimentos (agro-pecuaria)	A especulacao imobiliaria unida a pressoes nacionais e internacionais por producao de alimentos, podera determinar ocupacao de areas, de forma concentrada e predatoria sem compromissos com a sociedade local e com a preservacao do meio ambiente.	Contrastes entre a producao para exportacao em maos de poucos grupos e a carencia de produtos para o consumo local ou simplesmente reservadas de areas para exploracao imobiliaria. Concentracao de renda exogena e pobreza interna. Provaveis conflitos.
3) Aproveitamentos de Recursos Minerais	Interesses apenas de grupos privados.	Exploracao indiscriminada e predatoria, sem geracao de renda local.
4) Promocao de Turismo	Procura de rotas turisticas dirigindo-se para outras areas-Amazonia, Pantanal e etc.	Isolamento e abandono do Estado, persistencia do turismo amador e predatorio. Empobrecimento da atividade turistica.
5) Implantacao de Sistema de Transporte de Integracao	O pais tendera a ser integrado interna, e externamente num mundo cada vez mais interdependente, por onde correrao os fluxos de desenvolvimento.	O Tocantins estara relegado a margem desses fluxos distanciando-se do pais e do mundo e desintegrando-se internamente. Isolamento e falta de perspectivas.
6) Politica de Meio Ambiente	Pressoes internacionais para preservacao do meio ambiente.	Ocupacao e exploracao predatoria de fortes grupos. Empobrecimento das iniciativas locais face as pressoes internacionais.
7) Politica de Educacao e Tecnologia	O mundo, e talvez o Brasil, avancam introduzindo novos niveis de produtividade e competicao, que exigem esses niveis sob pena de exclusao dos processos.	O Estado e a sociedade do Tocantins se distanciam dos niveis nacionais e mundiais, tornando mais contrastante a miseria e o isolamento da regio, em relacao ao Brasil e ao mundo.
8) Ampliacao do Emprego e Renda	O crescimento de emprego e renda nas regioes modernizadas atuara como chamariz ilusorio para as populacoes do Tocantins, que tendera a evadir-se.	A continua evasao privara a populacao local de seu potencial de mao-de-obra e a parcela migrante se transformara em mao-de-obra barata provavelmente proletarizada nas periferias urbanas dos grandes centros.
9) Bem Estar Social	Altos indices de bem estar mundial exarcebando as ilusoes e as expectativas nas areas pobres.	Frustracao da populacao causando a descrenca e acentuado conflitos de toda ordem. Indicadores do subdesenvolvimento exarcebados: analfabetismo, doenca, baixa renda, subalimentacao, mortalidade infantil, isolamento.

## HIPOTESE Nº 3 - CENARIO DESEJADO - UMA VISAO DE REESTRUTURACAO SOCIAL PRODUTIVA

Indicadores considerados	condicionantes nacionais e internacionais	cenario do Tocantins 2.010
1) Zonamento Economico-Ecológico - Ocupação Fundiária	Apoio internacionais e nacionais para politica de organização rural.	População adequadamente distribuída e espaço racionalmente ocupado inclusive com políticas migratorias definidas.
2) Produção de Alimentos: Apoio agro-pecuária	Demanda cada vez maior de alimentos no país e no mundo. Disponibilidade de financiamentos.	Grande produção de alimentos para próprio consumo e exportação em alta quantidade de produtos.
3) Produção Mineral e Agro-Indústria	Interesse de fontes de financiamento sobre tudo para a agro-industrial e insumos agrícolas.	Agro-indústria desenvolvida e processo de industrialização auto-sustentado.
4) Turismo	Demanda nacional e internacional pelo turismo ecológico.	Estado integrado nos roteiros turísticos inclusive como porta de entrada da Amazonia e do Pantanal. Ampliação de emprego e preservação ambiental.
5) Transporte Integrado	Aproximação dos grandes mercados.	Integração da economia e do Estado através do sistema de transporte moderno e economicamente viável.
6) Meio Ambiente	Interesse nacional e internacional para programas de preservação ambiental.	Meio ambiente preservado e desenvolvimento sustentado.
7) Educação e Tecnologia	Interesse nacional e internacional em colaborar.	Situação da educação e desenvolvimento tecnológico compatível com as demandas do Estado.
8) Expansão do Emprego e Renda	Interesse nacional em programas nessa área.	Adequada oferta de emprego e geração de renda distribuídas de modo a minimizar a exclusão e a marginalidade.
9) Bem Estar Social	Imagem positiva do Estado.	Níveis de bem estar compatíveis com os objetivos do Plano.

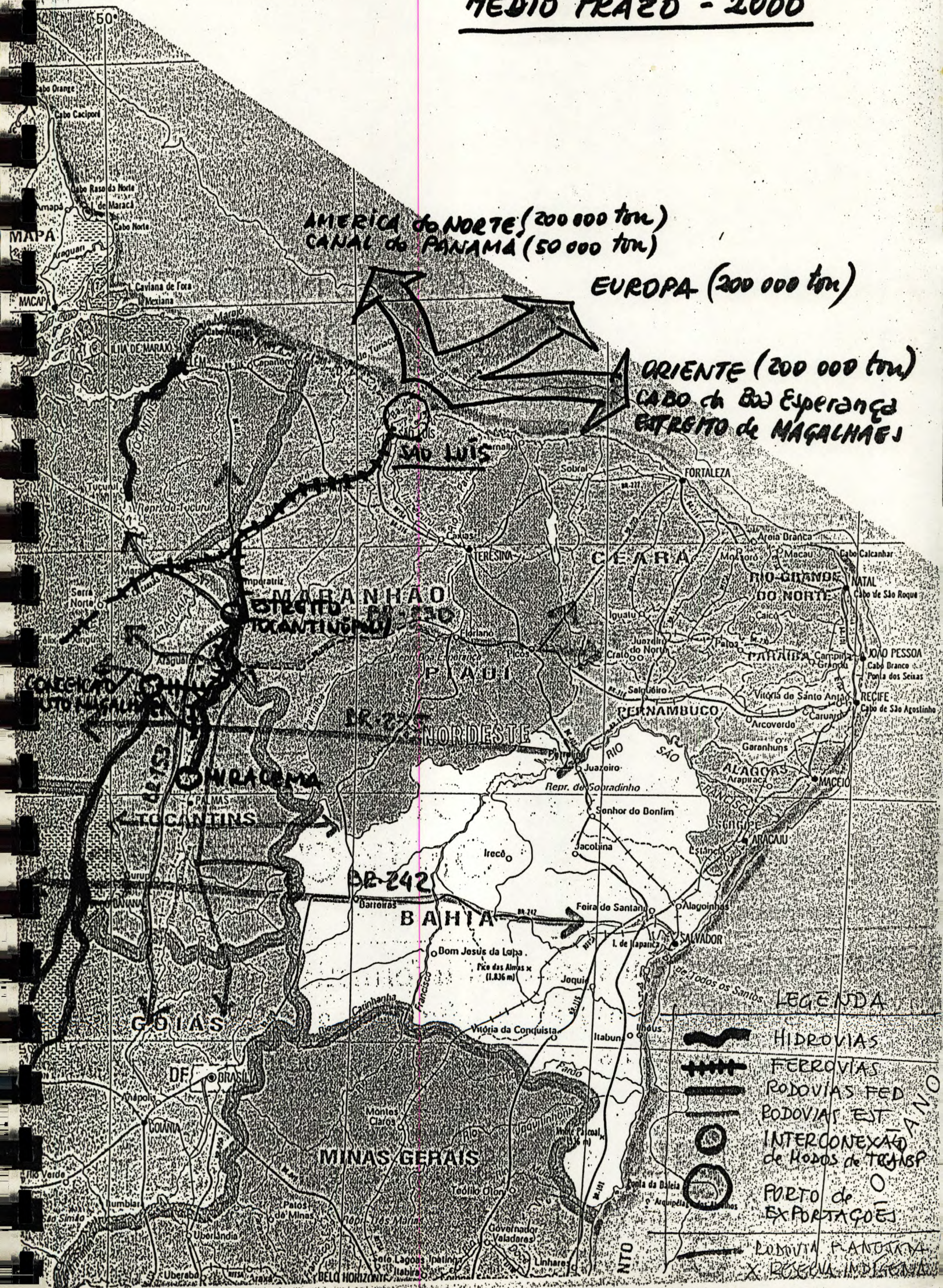
# SISTEMA de TRANSPORTES

## CURTO PRAZO - 1995



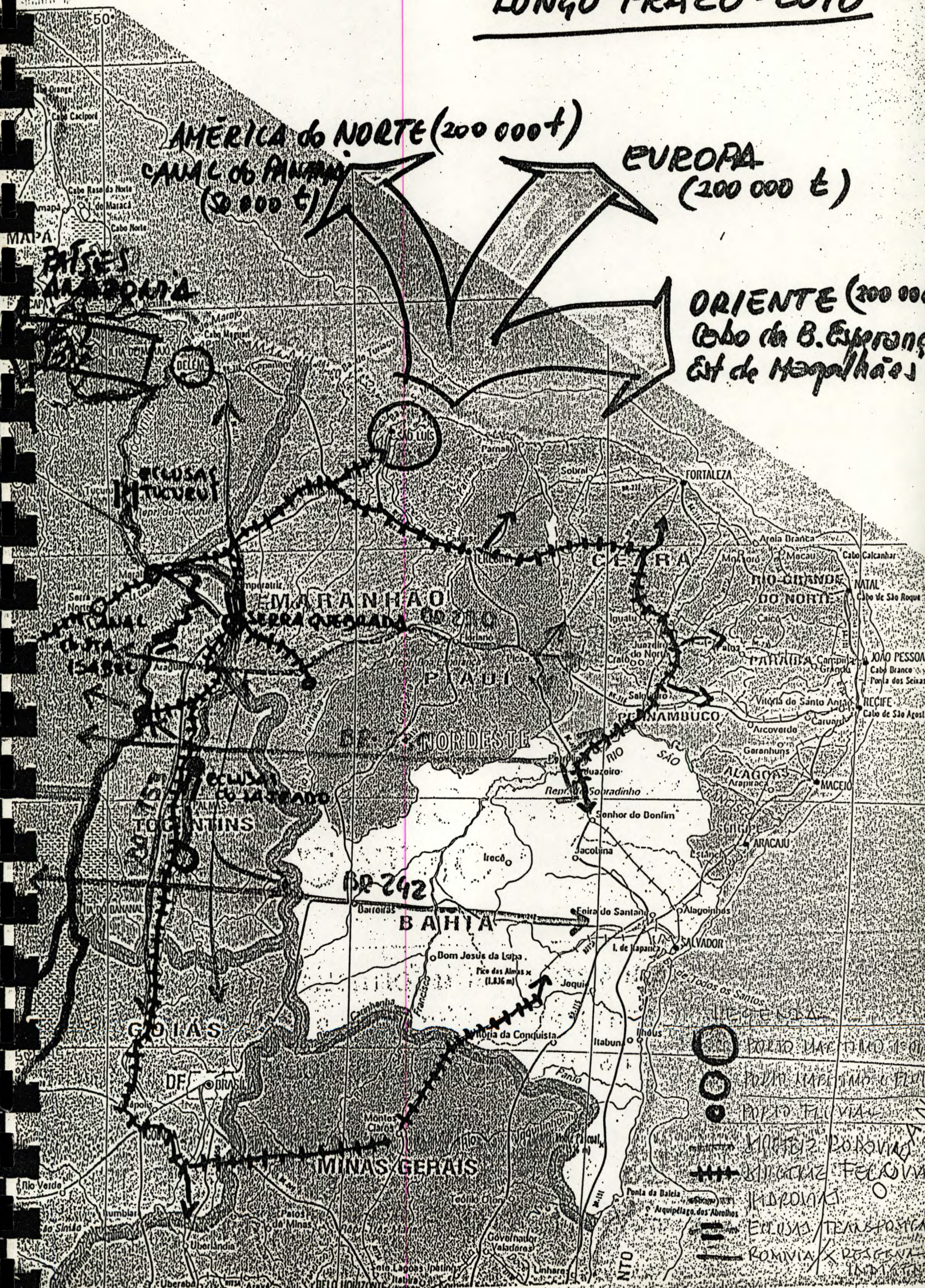
# SISTEMA de TRANSPORTES

MÉDIO PRAZO - 2000



# SISTEMA de TRANSPORTES

## LONGO PRAZO - 2010



CENARIOS INTERMEDIARIOS E CENARIO DO HORIZONTE 2.010

Prioridades estrategicas	Acoes estrategicas	Cenario 1995	Cenario ano 2000	Cenario 2010
<p>1-Zoneamento Economico Ecologico: - Racionalizacao dos Recursos Naturais - Organizacao fundiaria</p>	<p>1- Zoneamento Ecologico. Pa- - racionalizacao dos Recursos Natu- - rais - Organizacao fundiaria</p>	<p>1- Zoneamento Ecologico. Pa- - racionalizacao dos Recursos Natu- - rais - Organizacao fundiaria</p>	<p>1- Zoneamento Ecologico. Pa- - racionalizacao dos Recursos Natu- - rais - Organizacao fundiaria</p>	<p>1- Zoneamento Ecologico. Pa- - racionalizacao dos Recursos Natu- - rais - Organizacao fundiaria</p>
<p>2-Desenvolvimento agro-pecuario - Producao de alimentos</p>	<p>2- Desenvolvimento agro-pecuario - Producao de alimentos</p>	<p>2- Desenvolvimento agro-pecuario - Producao de alimentos</p>	<p>2- Desenvolvimento agro-pecuario - Producao de alimentos</p>	<p>2- Desenvolvimento agro-pecuario - Producao de alimentos</p>
<p>3-Interacao da Infra-estrutura: - Transporte Intermodal: - Hidrovia</p>	<p>3- Interacao da Infra-estrutura: - Transporte Intermodal: - Hidrovia</p>	<p>3- Interacao da Infra-estrutura: - Transporte Intermodal: - Hidrovia</p>	<p>3- Interacao da Infra-estrutura: - Transporte Intermodal: - Hidrovia</p>	<p>3- Interacao da Infra-estrutura: - Transporte Intermodal: - Hidrovia</p>
<p>4-Integracao dos sistemas ener- - geticos e producao de energia - Telecomunicacoes</p>	<p>4- Integracao dos sistemas ener- - geticos e producao de energia - Telecomunicacoes</p>	<p>4- Integracao dos sistemas ener- - geticos e producao de energia - Telecomunicacoes</p>	<p>4- Integracao dos sistemas ener- - geticos e producao de energia - Telecomunicacoes</p>	<p>4- Integracao dos sistemas ener- - geticos e producao de energia - Telecomunicacoes</p>
<p>5-Organizacao Institucional: - Descentralizacao do Poder - Publico</p>	<p>5- Organizacao Institucional: - Descentralizacao do Poder - Publico</p>	<p>5- Organizacao Institucional: - Descentralizacao do Poder - Publico</p>	<p>5- Organizacao Institucional: - Descentralizacao do Poder - Publico</p>	<p>5- Organizacao Institucional: - Descentralizacao do Poder - Publico</p>
<p>6-Desenvolvimento Urbano Inter- - mediario</p>	<p>6- Desenvolvimento Urbano Inter- - mediario</p>	<p>6- Desenvolvimento Urbano Inter- - mediario</p>	<p>6- Desenvolvimento Urbano Inter- - mediario</p>	<p>6- Desenvolvimento Urbano Inter- - mediario</p>

## PARTE IV

### PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO PLANO - PROJETOS ESTRUTURANTES

#### 1 - INTRODUÇÃO

O caminho crítico para levar o Tocantins do que é ao que deseja vir a ser constitui o eixo estratégico de desenvolvimento - conjunto de ações, ou projetos, capazes de estruturar o cenário desejado. Esses projetos estruturantes devem se constituir em prioridades governamentais e da sociedade tocantinense.

O cenário contemplado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins, delinea um Estado fundado numa agropecuária forte e moderna, integrada nas economias nacional e internacional, desenvolvida simultaneamente a uma agro-indústria paralela e conseqüente. Isto permitirá caracterizar o estado como grande produtor de alimentos e insumos agrícolas. Ampliando este eixo essencial deverá desenvolver-se um parque industrial basicamente de bens de consumo leves, insumos e implementos agrícolas, e um setor de serviços em correspondência com o porte dessas atividades produtivas. Complementando essas atividades produtivas deverão expandir-se também as atividades minerais e de exploração turística no Estado.

Essas atividades desenvolver-se-iam no contexto e entorno de núcleos urbanos desconcentrados, articulados entre si e dotados de infra-estrutura física e social mínimas, gerando o Estado equilibrado que se pôs como objetivo síntese do Plano.

Chegar lá, porém, não é apenas uma afirmação de vontade. Há necessidade de que se implementem as ações estratégicas, que conduzam o Estado da situação atual à situação desejada.

Neste contexto há um pressuposto estratégico essencial para a consecução do cenário desejado. Este pressuposto se constitui na própria tomada de consciência interna dessa oportunidade, a mobilização da administração estadual e dos municípios, bem como da sociedade civil organizada, em torno dela. É necessário simultaneamente mover a consciência política nacional, não apenas porque a viabilidade do Projeto depende da compreensão nacional, mas porque o Projeto interessa ao desenvolvimento nacional.

Criada, desta forma, a consciência política, viabilizam-se as prioridades estratégicas representadas pela execução dos "projetos estruturantes", vigas que irão sustentar a construção do cenário desejado. Essas vigas, poucas mas essenciais, não esgotam todas as dimensões do planejamento necessário para a configuração do cenário, mesmo por que a essência estratégica do planejamento se limita aos "vetores de transformação", à identificação do essencial.

Tudo o mais que deve acompanhá-los, nos campos da educação, saúde, difusão de tecnologia, preservação do meio ambiente, promoção social, etc., constitui matéria de planos específicos, de natureza setorial.

## **II - PROJETOS ESTRATÉGICOS**

### **2.1 - INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE INTERMODAL, PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES**

O projeto de integração da infra-estrutura de transporte, é a própria espinha dorsal que viabiliza a integração do Tocantins e de sua economia. Se constitui, portanto, na espinha dorsal do próprio Plano Estratégico de Desenvolvimento.

As ações estratégicas a seguir propostas constituem apenas as mais imediatas, que darão origem ao início do projeto de integração intermodal de transporte.

Os projetos deverão ser desenvolvidos para que até o horizonte do ano 2.010 o Tocantins possa estar integrado interna e externamente, viabilizando os níveis de integração previstos no Plano.

Nesta etapa imediata do Programa, são os seguintes os módulos de transportes a serem implantados, dando início ao sistema intermodal proposto:

- Ferrovia Norte-Sul;
- Hidrovia Araguaia-Tocantins.
- Rodovia BR-235;
- Rodovia BR-242;

#### **a- Ferrovia Norte-Sul**

Nesta primeira etapa, trata-se da extensão, da ferrovia Norte-Sul, já construída até Imperatriz (MA), a uma distância de 100 Km dos limites do Estado, até Tocantinópolis, atravessando o Rio Tocantins, aproveitando as obras de terraplanagem já feitas e a estrutura da ponte já construída, com investimento adicional de US\$ 100 milhões.

Com a execução desse trecho, todo o Estado estará colocado em condições de aproveitamento da ferrovia, mediante articulação com o transporte hidroviário/rodoviário, permitindo o acesso de seus produtos a preço competitivo ao Porto de Itaqui, no Maranhão.

A inclusão do Estado do Tocantins incorpora uma área de 277.480 Km<sup>2</sup> ao processo de desenvolvimento econômico nacional, atualmente restrito às regiões Sul e Sudeste, à zona litorânea do Nordeste e a parte Sul do Centro-Oeste, numa área equivalente a 2.358.000 Km<sup>2</sup>, ou seja, a construção da ferrovia Norte-Sul acresce em 12% a área incorporada ao processo de produção agrícola do país.

O potencial econômico incluso na região pode ser indicado pelos valores abaixo:

-Produção de grãos: 15 milhões de toneladas, ocupando 20% de sua área.

-Reflorestamento: 85 milhões de toneladas, ocupando 25% de sua área.

Essa capacidade de geração de carga ultrapassaria a capacidade prevista para a Ferrovia, que, num primeiro estágio, chegaria apenas a 75 milhões de toneladas.

No campo social, a integração dessa área geraria algo em torno de 750.000 empregos diretos, o que implicaria em viabilizar fluxos migratórios da ordem de 2.000.000 de pessoas, com impacto altamente positivo na economia das demais regiões do país.

Isto possibilitaria, nas devidas proporções, o deslocamento para esta região de fluxos migratórios que, atualmente, se dirigem aos grandes centros urbanos, particularmente no eixo Rio/São Paulo, aliviando as tensões que se generalizam nestas regiões.

O investimento necessário para a extensão da ferrovia Norte-Sul até Colinas do Tocantins, etapa seguinte, é da ordem de U\$ 342 milhões.

#### **b- Rodovia BR 235**

O projeto prevê a implementação de serviços de implantação e de pavimentação, compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras complementares, serviços e obras de artes correntes e especiais. Extensão total a implantar e pavimentar: aproximadamente 323 Km.

Esta rodovia beneficia diretamente o Sul do Pará e o Norte de Mato Grosso, passando pela sub região central do Estado do Tocantins, de grande potencial agrícola, expresso na existência de grandes manchas de solos de qualidade e de água em abundância.

Seu traçado permite, por transposição rodoviária já existentes no Araguaia, ligar Conceição do Araguaia ao sistema rodoviário do Nordeste, através do Sul do Maranhão e do Piauí, e atingir o ponto de interconexão de Petrolina (PE) - Juazeiro (BA), uma vez que sua diretriz margeia ao norte o lago de Sobradinho.

O valor estimado para esta ligação alcança a U\$ 42,0 milhões.

#### **c-Rodovia BR 242**

Interligando com a Bahia e a região Leste-Nordeste, o projeto prevê a implementação de serviços de implantação e de pavimentação, compreendendo terraplenagem, pavimentação drenagem, obras complementares, serviços diversos, obras de artes correntes e especiais, com investimento estimado de U\$ 60 milhões.

Extensão total a implantar é de 230 Km e o trecho a ser pavimentado alcança 512 Km.

Esta ligação tem profunda função estratégica para a economia Tocantinense, pois unirá a maior região agrícola do Estado (a planície dos rios Formosos e Javaés) com o mercado do Leste e do Nordeste do País; beneficiará também diretamente a região sudeste do Estado, onde se localizam os solos mais férteis e onde existem indústrias de beneficiamento de calcário que atendem extensas áreas agrícolas do Estado e do oeste baiano.

A implantação definitiva desta rodovia possibilitará a adoção do transporte intermodal, na conexão em Ibotirama com a hidroferrovia do São Francisco até o porto de Suape em Pernambuco, para os fluxos comerciais com o Nordeste e também para o exterior. Possibilitará ainda a ligação rodoviária com o porto de Salvador e o parque industrial dessa região, buscando a região Leste e mesmo Centro Sul do país.

#### **d- Hidrovia do Tocantins: Trecho Miracema - Tocantinópolis**

Trecho total a ser integrado: 550 Km - compreendendo dois segmentos:

Trecho Santo Antonio - Estreito - 100 Km

Trecho Estreito - Miracema do Tocantins - 450 Km.

Esta etapa não contempla, ainda, a integração do Rio Araguaia, cuja navegabilidade depende de obras a serem feitas no noroeste do Estado.

A natureza dotou a Região Central do Brasil e em particular o Estado do Tocantins, com o sistema composto pelos rios Tocantins e Araguaia, capaz de proporcionar transporte de alta economicidade, pelo fato de interligar-se com os portos de Belém e/ ou Barcarema e de São Luiz, através da E.F. Carajás. Estudos elaborados indicam uma economia de U\$ 30,00 /toneladas de grãos para o embarque no último porto, de produtos do Centro-Oeste que hoje buscam o exterior via Portos de Santos e Paranaguá.

Entre as diversas obras necessárias que constituem o Sistema da Hidrovia Tocantins-Araguaia, incluiu-se a variante alternativa do canal lateral para a transposição das corredeiras de Sta. Izabel, promovendo-se também a navegabilidade do trecho Tocantínia - Tocantinópolis.

No que se refere ao Estado do Tocantins, já se observariam resultados notáveis apenas com a implantação da hidrovia no trecho Miracema/Tocantínia a Estreito, onde já chegaram as obras da Ferrovia Norte-Sul, possibilitando exportações em condições de economicidade pelo porto de Ponta da Madeira em São Luiz. O custo de transbordo de grão de um modal para outro, situa-se ao redor de U\$ 3,50/toneladas, o que viabiliza esta alternativa, considerando-se o diferencial de U\$ 30,00/toneladas de operação em relação ao frete rodoviário.

A utilização da modalidade hidroviária de transporte é de enorme benefício para o Tocantins e a região, podendo resolver no curto prazo, na alternativa acima descrita, o problema de escoamento para a exportação dos produtos agrícolas locais.

A operação da hidrovia apenas no período de águas médias e altas mostra-se plenamente viável, devido à coincidência deste período com o da colheita de grãos na região (FEV/JUN).

O custo de integração do Rio Tocantins, tornando-o navegável 6 meses/ano, ao sistema de transporte intermodal integrado, nesta etapa, é da ordem de U\$ 9,52 milhões.

#### **e- Integração dos Sistemas Energéticos: e Produção e Distribuição de Energia**

Paralelamente a esses investimentos prioritários no sistema de transportes, coloca-se a necessidade de reforço do sistema energético, com uma linha de transmissão de Imperatriz a Porto Franco, numa distância aproximada de 100 Km.

Esta obra, emergencial, naturalmente não esgota as necessidades do setor energético, mas melhora consideravelmente as condições atuais, com um investimento de US\$ 8,41 milhões.

O Estado do Tocantins com um potencial hidroelétrico inventariado em 10.500 mw de potência instalada é importador de energia, apresentando deficiências no atendimento, como referido no Diagnóstico Estratégico.

O programa de reforço do sistema elétrico, ainda na sua etapa emergencial, deve vir a desenvolver três outras atividades:

-a construção de pequenas hidro-elétricas, aproveitando as reservas hídricas e seu natural declive que chega a quase 600 m da encosta leste ao vale do Tocantins;

-a distribuição nas áreas rurais, através preferencialmente do sistema de cooperativas ou empresas concessionárias, que poderiam ser responsáveis também pela produção;

-o desenvolvimento de formas alternativas de energia especialmente pelo aproveitamento da biomassa.

Desta forma se estaria dando ao Plano Estratégico condições de viabilizar as atividades agropecuárias, de forma desconcentrada, como convém ao setor.

#### **f- Desenvolvimento das Telecomunicações**

É necessário que o Estado desenvolva em ritmo acelerado seu sistema de comunicações.

A viabilização de um projeto nesta concepção pressupõe a capacidade autônoma de definições do Estado, hoje dependentes de Empresas do Distrito Federal (Telebrasil) ou Goiás (Telegoiás).

A criação de empresa própria do Sistema Telebrás para o desenvolvimento das Comunicações do Estado, é o primeiro passo no rumo desta autonomia necessária.

### **2.2 - ZONEAMENTO ECONOMICO ECOLÓGICO DO ESTADO DO TOCANTINS (ZEE - TO).**

O meio físico, biológico e sócio-econômico, em seu conjunto, pode ser considerado como um sistema ambiental em sentido amplo. A análise holística da distribuição espacial dos fatos e processos dos meios físicos, biológico e sócio-econômico de um determinado território, tendo como resultado a caracterização de paisagens homogêneas quanto a potenciais ecológico-econômico e restrições ambientais, constitui o Zoneamento Ecológico-Econômico.

O ZEE é um instrumento técnico elaborado com o auxílio de todos os recursos tecnológicos disponíveis, desde trabalho de campo até análises de dados por sensoriamento remoto, processados em sistemas de informações geográficas.

O governo do Estado do Tocantins já criou a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico, através do Decreto nº 5562/92 de 30 de abril corrente com vista à compatibilização dos trabalhos estaduais com aqueles executados pelo Governo Federal, integrando-se com a SAE, Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre outros órgãos e programas.

Através da utilização racional dos recursos naturais e ordenamentos dos espaços territoriais, o programa buscará o equilíbrio necessário à sustentabilidade dos ecossistemas, com a exploração racional dos recursos disponíveis.

Este conhecimento é básico para o desenvolvimento da agropecuária e dos outros programas estruturantes do Plano, quer no sentido do maior aproveitamento econômico dos recursos naturais, quer para organização espacial do Estado e seu desenvolvimento sustentado.

Assim, além de se constituir na base para o desenvolvimento do núcleo central do Plano Estratégico, o ZEE - TO, é instrumento essencial para todo planejamento estadual, assim como é base para as ações compreendidas em três projetos específicos que, igualmente se inserem como projetos estruturantes:

- a) o aproveitamento de recursos minerais;
- b) o desenvolvimento do turismo ecológico;
- c) a organização fundiária do Estado.

Deve-se consignar que a identificação desses projetos não limita a importância do ZEE - TO para outros projetos, especialmente na área da infra-estrutura, recursos hídricos etc.

O Projeto de aproveitamento de recursos minerais objetiva a identificação desses recursos: localização, reservas, concessões e a elaboração de projetos específicos de exploração, envolvendo investimentos, tecnologias, produto e políticas de preservação ambiental.

O Projeto de desenvolvimento do turismo ecológico, envolve não apenas o turismo interno, a partir das próprias potencialidades do Estado: rios, pesca, circuitos culturais, ilha do Bananal, etc. A ideia é que a privilegiada situação do Tocantins, como portal de entrada da Amazonia, o indicaria como um polo de distribuição do turismo regional, que poderia ter na ilha do Bananal seu epicentro para circuitos envolvendo aquelas regiões.

O Projeto de organização fundiária envolve a montagem de um cadastro central, ou regional, da situação jurídica das propriedades do Tocantins, juntando-se, na medida do possível, as características e possibilidades com vistas a torná-las produtivas. No contexto é de se estudar também a criação de bolsas de terra, com vista a dinamizar negócios e introduzir modalidades de uso produtivo: arrendamentos, comodatos, participação e outros. Áreas poderão ser também identificadas para programas especiais de imigrações, assentamentos e projetos de melhoria da produção.

Após os trabalhos iniciais do ZEE - TO, é essencial que se dê continuidade à sua interpretação e aplicação constante como instrumento para as ações referentes, o que exige a implementação de duas atividades específicas:

-a implantação de um Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto e a formulação de um Sistema de Gestão Territorial em todo os níveis de detalhamento;

-o desenvolvimento de um projeto de treinamento e capacitação que inclui especialização e reciclagem de pessoal.

O custo do projeto de ZEE - TO, está estimado em U\$ 7.59 milhões.

### 2.3 - DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Este Programa faz referência ao núcleo estratégico identificado como a grande potencialidade de desenvolvimento do Tocantins e objeto de sua integração nas economias regional e nacional, e através delas à economia internacional.

O Plano estratégico o propõe como um esforço permanente dos governos federal, estadual e municipais, bem como da sociedade, para elevar o Estado à condição de grande produtor de alimentos - especialmente grãos, na área agrícola, e carnes e laticínios no setor pecuário, bem como de peixes e de frutas tropicais.

Já se viu que a potencialidade de produção agrícola do estado poderia chegar a uma capacidade teórica de produção de grãos da ordem de 45 milhões de toneladas.

Os projetos apresentados a seguir representam apenas o início do processo, devendo ser ampliados para outros setores, especialmente a pecuária, bem como projetados no tempo, até o ano 2.010. Esses projetos iniciais estão dimensionados apenas para a área agrícola, no horizonte de curto prazo 1994-1995.

São os seguintes os programas e projetos supostos capazes de demarrar o processo de desenvolvimento agrário:

- a) Programa plurianual de investimentos para a irrigação;
- b) Programa plurianual de investimentos para o sequeiro;

#### **a) Programa Plurianual de Investimentos para irrigação**

O Programa Plurianual de Investimentos para Irrigação visa atender, com infra-estrutura de uso coletivo, suporte técnico e suporte institucional, os projetos atuais (60.000 ha) e os projetos programados (47.750 ha) para o próximo biênio.

Atualmente os projetos de irrigação carecem de obras hidráulicas complementares (reservatórios de água, macrodrenagem, adução de água) as quais permitiriam duplicar as áreas de cultivo. Também deve ser destacada uma demanda reprimida de 22.000 kw de energia elétrica para bombas de irrigação e drenagem, sendo atualmente utilizado o óleo diesel, insumo caro e altamente poluidor.

#### **b) Programa Plurianual de Investimento para Sequeiro**

O Programa Plurianual de Investimentos para Sequeiro, visa o fomento e o financiamento para a instalação de uma unidade esmagadora de soja e a alocação de recursos através de financiamento com juros subsidiados para aquisição de calcário e insumos para correção e cultivo de 150 mil ha. O programa priorizará o setor de produção de soja.

O Programa Plurianual de Investimentos para a Irrigação e Sequeiro visa articular os meios institucionais, técnicos e financeiros disponíveis, no sentido de otimizar o aproveitamento dos recursos naturais (clima, hídricos, solo, topografia e áreas disponíveis) e humanos (mão de obra ociosa), promovendo o desenvolvimento estadual. Este objetivo comporta ações em:

- Infra-estrutura de Uso Coletivo
- Suporte Técnico
- Suporte Institucional

Como resultados do ponto de vista técnico, econômico e social o Programa proporcionará:

- a geração de 140.000 empregos diretos e indiretos, minimizando os problemas sociais existentes e em perspectiva;

-a fixação do homem ao campo, evitando o êxodo rural e consequente inchaço das cidades, com o surgimento de favelas e outros problemas de deterioração urbana;

-a criação de polos de desenvolvimento, favorecendo o surgimento de unidades de beneficiamento de arroz, esmagadora de soja, unidades acondicionadoras de alimentos, enfim, agregando maiores receitas com a comercialização dos produtos;

-a viabilização do sistema intermodal de transporte proposto, pela geração de volumes de carga para ser transportada economicamente.

É de se considerar que se os produtos gerados forem levados ao nível ao menos de pré-industrialização, a oferta de empregos diretos e indiretos aumentará em cerca de 70%.

Esses programas envolvem os seguintes projetos e respectivas ações:

**c) Projeto Javaés, envolvendo:**

-o suporte Elétrico à Irrigação: construção de 370 Km de LDR (Linha de Distribuição Rural), 90 Km de LT (Linha de Transmissão), e uma Subestação Rebaixadora;

-a captação e Adução de Água: movimentação de 1.350.000 m<sup>3</sup> de terra, para construção de 3 barragens e de 115 Km de adutora;

-a macrodrenagem: movimentação de 2.625.000 m<sup>3</sup> de terra, para construção de 468 Km de diques e canais coletores;

-os estudos Sócio-Econômicos: Diagnósticos do setor agrícola (Projeto de Viabilidade Técnico-Econômica e Social) dos investimentos a serem programados;

-o levantamento e os Estudos dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: Estudos dos Impactos Ambientais e Relatório de Impactos do Meio Ambiente, trabalho a ser articulado com o projeto de ZEE - TO;

-a Assistência Técnica e Extensão Rural: Treinamento de Técnicos, aquisição de veículos, materiais e equipamentos, e especialmente o desenvolvimento e a difusão de tecnologias apropriadas;

-a administração dos recursos hídricos, levantamento e cadastramento dos usuários de água e regulamentação do uso de águas.

Obs.: A identificação imediata dessas ações, não esgota as atividades a serem programadas.

**d) Projeto Tocantins, envolvendo as seguintes ações:**

-o suporte elétrico à irrigação: construção de 225 Km de LDR, 50 Km de LT e uma subestação rebaixadora;

-a captação e adução de água: movimentação de 869.000 m3 de terra, para construção de 6 barragens e 68,4 Km de adutora;

-a macrodrenagem: movimentação de 483.000 m3 de terra para construção de 60 Km de dique e canal coletor;

-os estudos sócio-econômicos: diagnósticos do setor agrícola (Projeto de Viabilidade Técnico-Econômica e Social) dos investimentos a serem programados;

-o levantamento e os estudos dos recursos e do meio ambiente: Estudos dos impactos ambientais e relatório de impactos do Meio Ambiente, trabalhando articulado com o projeto do ZEE - TO;

-a assistência técnica e extensão rural: treinamento de técnicos, aquisição de veículos, materiais e equipamentos, incluindo o desenvolvimento e a difusão de tecnologias apropriadas;

-a administração dos recursos hídricos, levantamento e cadastramento dos usuários de água e regulamentação do uso de águas.

**e) Projeto Araguaia, envolvendo as seguintes ações:**

-o suporte elétrico à irrigação: construção de 90 Km de LDR;

-a captação e adução de água: movimentação de 220.000 m3 de terra, para construção de 40 Km de adutora;

-a macrodrenagem: movimentação de 176.000 m3 de terra, para construção de 22 Km de diques estrada e canal coletor;

-os estudos sócio-econômicos: diagnósticos do setor agrícola (Projetos de Viabilidade Técnico-Econômica e Social);

-o levantamento e estudos dos recursos naturais e do meio ambiente: estudo dos impactos ambientais e relatório de Impactos no Meio Ambiente;

-a assistência técnica e extensão rural: treinamento de técnicos, aquisição de veículos, materiais e equipamentos, incluindo o desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas;

-a administração dos recursos hídricos, levantamento e cadastramento dos usuários de água e regulamentação do uso de águas.

Obs.: A identificação e o elenco dessas ações não esgota as atividades a serem programadas.

f) Projeto Soja, envolvendo três ações básicas:

-a correção de solos, para adaptá-los as exigências do cultivo;

-a instalação de uma indústria esmagadora, capaz de permitir a entrega do produto em início de processo de industrialização;

-o estabelecimento de uma política e mecanismos para o custeio agrícola.

É de se observar que:

-Sem correção de solos, o Estado apresenta uma produtividade média de:

Soja: 1,67 t/ha

Milho: 1,90 t/ha

-Com correção de solos, o estado apresenta uma produtividade média de:

Soja: 2,10 t/ha

Milho: 4,50 t/ha

Os recursos necessários para o desenvolvimento dos projetos, nesta fase inicial, somam um montante global de U\$ 68,7 milhões assim discriminados:

Projeto Javaés	U\$ 17,50 milhões
Projeto Tocantins	U\$ 8,00 milhões
Projeto Araguaia	U\$ 2,10 milhões
Projeto Soja	U\$ 40,54 milhões
Estudos, levantamentos	U\$ 0,56 milhões
Assistência Técnica, etc.	

TOTAL U\$ 68,70 milhões

O projeto de desenvolvimento da pecuária não está formulado nesta etapa devendo no entanto ser incluído como prioritário na implementação do Plano Estratégico.

#### 2.4 - Recursos Humanos e Tecnologia.

No mundo contemporâneo a competição e a integração econômica pressupõe o conhecimento e a capacidade de aplicação de tecnologias adequadas ao desenvolvimento dos processos de produção. O Tocantins carece de forma aguda quer dos recursos humanos, quer das tecnologias necessárias a implementação dos programas que compõem o Plano Estratégico do Desenvolvimento.

Neste contexto, as tecnologias de sentido estratégico deverão voltar-se especialmente ao aproveitamento econômico do cerrado e ao aproveitamento dos abundantes recursos naturais do Estado, com respeito à preservação dos eco-sistemas. Recursos humanos aptos em todos os níveis devem ser formados para operar o desenvolvimento estadual.

Este processo de desenvolvimento de recursos humanos e de tecnologias apropriadas, pressupõe a vontade e a capacidade de montagem de um sistema de cooperação a nível nacional e internacional, para o desenvolvimento e transferência de tecnologias existentes de interesse do Estado, bem como programas de atração de recursos humanos capacitados, intercâmbio e outras formas de cooperação.

Assume desta forma, uma dimensão estratégica a necessidade de dotar a UNITINS - Universidade do Tocantins de condições operacionais para desempenhar esse papel, considerando-se, inclusive, o interesse de dotar o sistema de um centro capaz de aglutinar interesses e necessidades nacionais e internacionais em desenvolvimento de projetos tecnológicos, voltados para os setores de aproveitamento pleno dos cerrados e de preservação dos eco-sistemas da Amazônia e do Bananal bem como de outros existentes.

Neste contexto cabe o desenvolvimento de projetos especiais de significado estratégico, como:

- 1 - o desenvolvimento, liderado pela UNITINS, de programas de pesquisa, transferência e difusão de tecnologias adequadas, junto a pequena e média empresa, e em cooperação com a iniciativa privada em geral e organismos nacionais e internacionais.
- 2 - o desenvolvimento de um sistema de informações conectado a nível estadual, nacional e internacional, sobre tecnologias disponíveis, inclusive com banco de projetos, destinado a atrair e estimular iniciativas e difundir a aplicação dessas tecnologias.

É de se considerar, nesta perspectiva, a necessidade de promover e apoiar outras iniciativas de ampliação de Centros de formação de Recursos humanos de alto nível e de desenvolvimento tecnológico, pois em breve o Estado de Tocantins não terá condições de por si só responder quantitativa e qualitativamente à pressão das demandas, através da UNITINS.

O Estado não dispõe de uma Universidade Federal, como dispõem as outras Unidades da Federação.

O projeto UNITINS terá de fortalecer, de alguma forma, a presença da União neste processo, como forma de preencher esta lacuna.

De outro lado, é necessário continuar ampliando a integração da iniciativa privada nesta tarefa atraindo pessoas e instituições interessadas em somar no processo e desenvolver centros de excelência para pesquisa, difusão tecnológica e desenvolvimento de recursos humanos.

Assim a presença de organismos como o SENAI, o SENAC e o SENAR, no treinamento e na formação de Recursos Humanos, ou do Sistema - Embrapa - Emater (Ruraltins) no desenvolvimento e na difusão tecnológica bem como na extensão rural, constituem parte essencial da viabilização dos novos padrões de produção propostos.

#### **2.5 - Ordenação institucional, descentralização, regionalização e capacitação do poder público.**

No cenário que se desenhou para o Tocantins do ano 2.010, não se prevê um estado intervencionista, que ocupe o lugar da sociedade. Ao contrário, cabe à iniciativa privada, à sociedade o desenvolvimento daquelas ações que lhe são próprias.

Ao Estado cabe o papel de indutor dos caminhos do desenvolvimento, a viabilização das condições prévias para que esses caminhos sejam construídos bem como o desempenho competente de funções específicas, especialmente ligadas a área social e a capacitação do homem do Tocantins para ser, além de beneficiário, o autor de seu próprio processo de desenvolvimento.

Para desempenhar suas funções, o Estado deve ser estrutural e funcionalmente preparado. De acordo com a concepção deste Plano, a estrutura do Estado coerente com a organização proposta, deve orientar-se para a descentralização e multiplicação da oferta de bens e serviços, bem como para o fortalecimento das estruturas locais e regionais, para que se facilite o maior acesso do cidadão a esses bens e serviços.

De outra parte, é importante que esses bens e serviços sejam oferecidos de forma eficaz, o que significa assumir um esforço permanente de capacitação das pessoas e das instituições para o desenvolvimento das ações esperadas pela sociedade.

Consideram-se ações estratégicas na organização do Estado:

1 - Um projeto de desenvolvimento organizacional do Estado, que descentralize estruturas e funções, do Governo incluindo suas funções de planejamento, induzindo o esforço da sociedade na promoção do seu próprio desenvolvimento, e respondendo mais rápida e mais adequadamente às necessidades básicas da população, especialmente no campo social. Nesta reorganização do Estado se insere a política de regionalização do Tocantins.

A política de regionalização visa não apenas a descentralização das ações do Estado mas a organização e o

2 - Um esforço contínuo de dotar o Estado, inclusive a nível municipal, de recursos humanos preparados ao desempenho das funções e das tarefas de responsabilidade do Estado, desenvolvendo para isto atividades intensivas de treinamento e modernização administrativa.

3 - A implantação de um sistema financeiro estadual que dê suporte aos investimentos necessários do Estado, de acordo com as suas necessidades e as características específicas. Na verdade é essencial que o Estado disponha de instrumentos que lhe dêem maior velocidade e autonomia no disponibilizar de recursos financeiros para o desenvolvimento de seus próprios programas e o apoio ao desenvolvimento econômico, especialmente nas áreas estratégicas. O sistema, ao mesmo tempo em que captaria poupanças assumiria linhas de financiamento de fontes específicas, fundos, programas e outros mecanismos. O Sistema poderia portanto, contar, ao menos, com um Banco de Desenvolvimento.

**2.6 - Desenvolvimento social e atendimento a demandas imediatas.**

O objetivo último do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Tocantins é a pessoa humana, colocada não apenas como beneficiária, mas autora deste processo.

Em consequência, a capacitação da sociedade tocantinense para o desempenho desta tarefa é parte inerente da estratégia de desenvolvimento preconizada. O desenvolvimento social centra-se, assim, e se resume, na capacitação do homem, que deve incluir, basicamente:

- o acesso ao trabalho e à renda.
- o acesso universal à educação fundamental e a preparação mínima para o trabalho e a produção de renda.

- a melhoria das condições de saúde, envolvendo as condições de moradia e saneamento nas áreas urbanas e rurais.
- a difusão de oportunidade de acesso à cultura e ao lazer.

Dentro desta perspectiva do homem tocantinense, sujeito e objeto de seu próprio processo de desenvolvimento, identificam-se como projetos a serem desenvolvidos, no contexto da implementação do Plano Estratégico:

#### a) Ampliação do Emprego e geração de renda

Este projeto visa à criação de condições favoráveis para a geração de emprego e renda, visando a compatibilização imediata da estabilização econômica com o desenvolvimento.

Nesse sentido inclui-se dentre os "projetos estruturantes" a preocupação com o combate à miséria, através de programas capazes de integrar a população à produção e ao consumo.

Na verdade, a não integração dessas áreas e desses segmentos populacionais no processo de desenvolvimento, ou o que seria mais grave, o crescimento dessas áreas marginalizadas, poderá vir a ser obstáculo definitivo à viabilidade do país.

O programa de ampliação de emprego e geração de renda se propõe, pois, a gerar continuamente novas oportunidades de trabalho identificando-as, capacitando as pessoas para exercê-las e organizando-as produtivamente.

O programa tanto deverá atingir as áreas urbanas, sobretudo as periféricas, como as áreas rurais, numa ação permanente, deflagrada a partir da identificação de demandas, caracterização de bolsões de depressão, desemprego ou pobreza crônica.

Baseado em metodologia própria, desenvolvida pela FAO e contando com a assistência desse organismo internacional, o Programa se desenvolverá a partir da conscientização da comunidade a respeito das oportunidades produtivas existentes na própria comunidade, e das condições de seu desenvolvimento.

Em seguida o processo se dará em três fases:

- o treinamento para as potencialidades visualizadas, de acordo com as habilidades da clientela;

- a organização de empresas de produção de tipo comunitário ou cooperativo, viabilizando o acesso a financiamentos adequados e em geral incentivados para a montagem do negócio;

**PLANO ESTRATEGICO DE DESENVOLVIMENTO DO  
ESTADO DO TOCANTINS**

**- IDENTIFICACAO DOS VETORES DE TRANSFORMACAO -  
- PROJETOS ESTRUTURANTES -**

AREA	PROJETOS	INVESTIMENTO ESTIMADO US\$ MILHOES	
I - INFRA-ESTRUTURA TRANSPORTE	- FERROVIA NORTE-SUL - Continuado num trecho de 60 km ate Tocantinopolis, otimizando-se a terraplanagem existente e a estrutura ja feita da ponte do Rio Tocantins, criando eixo intermodal de transportes com a Hidrovia do Tocantins, viabilizando o escoamento da producao de todo o Estado pelo porto de Itaquil (MA).	100,00	
	- RODOVIA BR - 235 - Implantacao e pavimentacao de 323 km, beneficiando diretamente o Sul do Para e o Norte do Mato Grosso, passando pela sub-regiao central do Tocantins. Seu tracado permite ligar essas regioes produtoras ao Nordeste Oriental, beneficiando tambem os Estados do Maranhao e Piaul.	42,00	
	- RODOVIA BR - 242 - Implantacao de 230 km e pavimentacao de 512 km-uma a maior regio agricola do Estado (a planico dos rios Formoso e Javaes) com os mercados do Leste e Nordeste do pais - Beneficia tambem a regio Sudeste do Estado, onde se localizam os solos mais fertis e as industrias de beneficiamento do cacau.	66,60	
	- HIDROVIA DO TOCANTINS - Trocho Miracoma - Tocantinopolis, numa extensao de 550 km - A utilizacao da modalidade hidroviaria, resolve no curto prazo o escoamento dos produtos agricolas do Tocantins, possibilitando o atingimento do porto de Sao Luiz (MA) por transbordo para ferrovia em Estreito.	9,52	
	- ENERGIA		
	- REFORCO DO SISTEMA ELETRICO - Linha de transmissao da Imperatriz a Porto Franco numa extensao aproximada de 100 km - Atendimento das necessidades de curto prazo de energia.	0,41	
	- COMUNICACOES		
	- CRIACAO DA TELETINS - Visa a autonomia do Estado em tele-comunicacoes, hoje a cargo da Tele-Brasilia e Tele-Goiás.		
	II-DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	- IMPLANTACAO DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTACOES DE ARAGUAIA.	7,00
	III- DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	- PROGRAMA PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA IRRIGACAO E PROGRAMA PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA SEQUEIRO - O Programa Plurianual de Investimento para irrigacao visa o atendimento de projetos atuais e programados, num total de 107.750 ha e o Programa Plurianual de Investimento para sequeiro contempla 150.000 ha. Estima-se que esses programas criaram 140.000 empregos diretos e indiretos, o que podera ser aumentada em 70% pela pro-industrializacao ou industrializacao dos produtos. Sao os seguintes os projetos programados:	17,50
- PROJETO JAVAES - Suporte eletrico a irrigacao; captacao e aducao de agua; macrodrenagem; estudos socio-economicos; estudos de impactos ambientais; assistencia tecnica e extensao rural; administracao dos recursos hidricos.		0,00	
- PROJETO TOCANTINS - Suporte eletrico a irrigacao; captacao e aducao de agua; macrodrenagem; estudos socio-economicos; estudos de impactos ambientais; assistencia tecnica e extensao rural; administracao dos recursos hidricos.		2,10	
- PROJETO ARAGUAIA - Suporte eletrico a irrigacao; captacao e aducao de agua; macrodrenagem; estudos socio-economicos; estudos de impactos ambientais; assistencia tecnica e extensao rural; administracao dos recursos hidricos.		40,54	
- PROJETO SOJA - Implantacao da industria esmagadora correcao de solos, cultura agricola.		59,10	
IV - DESENVOLVIMENTO SOCIAL		- PROGRAMA DE GERACAO DE EMPREGO E RENDA (PROGER-TO) Objetiva a consolidacao da base social e economica do Estado, na linha do combate a miseria pela integracao da populacao a producao e ao consumo do mercado.	7,57
V - PESQUISA E PLANEJAMENTO	- ZONEAMENTO ECONOMICO - ECOLOGICO DO TOCANTINS (ZEE-TO) - Levantamento e analise da distribucao espacial dos fatos e processos das malhas fisicas, biologica e socio-economica do Estado, para dar amparo ao planejamento executivo conseqente ao Plano Estrategico.	368,64	
<b>T O T A L</b>		<b>368,64</b>	